



banrisul

Demonstrações Financeiras

Junho de 2025

Sumário

Press Release	3
Análise de Desempenho Financeiro	10
Relatório da Administração	25
Balanco Patrimonial	37
Demonstração do Resultado	39
Demonstração do Resultado Abrangente	40
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	41
Demonstração dos Fluxos de Caixa	42
Demonstração do Valor Adicionado	43
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	44
Nota 01 – Contexto Operacional.....	44
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	44
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	53
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	65
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos.....	67
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	87
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	87
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	87
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	88
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	89
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros.....	94
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	96
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	96
Nota 14 – Outros Ativos	97
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	97
Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas.....	98
Nota 17 – Imobilizado de Uso	99
Nota 18 – Intangível	100
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	102
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros.....	103
Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	103
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	103
Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	105
Nota 24 – Outros Passivos	107
Nota 25 – Patrimônio Líquido.....	107
Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços	109
Nota 27 – Despesas de Pessoal.....	110
Nota 28 – Outras Despesas Administrativas.....	110
Nota 29 – Outras Receitas Operacionais	110
Nota 30 – Outras Despesas Operacionais.....	111
Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	111
Nota 32 – Lucro por Ação	111
Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados.....	112
Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	124
Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas.....	125
Nota 36 – Outras Informações	127
Nota 37 – Evento Subsequente.....	127
Relatórios	128
Relatório do Comitê de Auditoria	128
Parecer do Conselho Fiscal.....	131
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	132

Press Release

Apresentamos a seguir, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no primeiro semestre e segundo trimestre de 2025.

Ambiente de Negócios

O cenário econômico global em 2025 tem sido marcado por um aumento das incertezas, com destaque para os impactos das novas políticas tarifárias dos Estados Unidos (EUA). Nesse contexto, o crescimento econômico mundial deve desacelerar para 2,5% em 2025 (vs. 2,9% em 2024). EUA, China e zona do euro mostram sinais de moderação. Em contrapartida, a Argentina surpreende positivamente, com crescimento acima de 4%, o que pode beneficiar as exportações brasileiras, especialmente as do Rio Grande do Sul.

No Brasil, a economia mostra resiliência, em que pese alguma expectativa de desaceleração, com previsão de crescimento de 2,1% em 2025 (vs. 3,4% em 2024). A inflação elevada, pressionada pela desvalorização cambial de 2024, pelo impulso fiscal e pela resiliência da atividade econômica e do mercado de trabalho doméstico, levou o Banco Central (Bacen) a adotar uma política monetária restritiva, com a taxa Selic definida em 15,0% ao ano a partir de junho de 2025.

No Rio Grande do Sul, no primeiro trimestre de 2025 o PIB cresceu 1,3% em relação ao trimestre anterior, desempenho semelhante ao da média nacional. Na comparação com o mesmo período de 2024, o PIB estadual cresceu 1,8%, abaixo dos 2,9% da economia brasileira. O mercado de crédito apresentou crescimento interanual de 15,7%, acima da média nacional de 11,8%.

Nossa carteira de crédito alcançou R\$64.018,3 milhões em junho de 2025, com destaque para o crédito comercial, financiamentos de longo prazo e câmbio. No segmento Pessoa Física, acompanhando o mercado, passamos a oferecer o Crédito Consignado CLT, ampliando nossa atuação no segmento de consignado. No segmento Pessoa Jurídica, no 2T2025 a Conta Única (limite de crédito rotativo e recorrente, gerenciado pelo próprio empresário) manteve sua posição de destaque como principal produto voltado às empresas. Adicionalmente, implementamos uma nova modalidade de capital de giro flexível e multigarantias para empresas de todos os portes, que conta com opção de pagamento parcelado ou em parcela única e que permite a composição de diferentes garantias em uma mesma operação. Nossa carteira de câmbio, impulsionada pela expansão da atuação comercial, tem apresentado um desempenho notável, refletido no crescimento expressivo de 51,1% em comparação a junho de 2024 e de 9,7% em comparação a dezembro de 2024.

Em abril de 2025 a agência de classificação Moody's Local Brasil elevou os *ratings* de emissor e de depósitos de longo prazo do Banrisul de A+.br para AA-.br, e reafirmou o *rating* de depósito de curto prazo em ML A-1.br com perspectiva estável. A Fitch Ratings confirmou os *ratings* do Banrisul de longo prazo e nacional de longo prazo, respectivamente em BB- e AA+(bra) com perspectiva estável, elevou o *score* do perfil de negócios de bb- para bb e o *score* do Banco de b para b+, reflexo do crescimento da receita operacional total e resiliência do Banco frente ao recente período de estresse.

Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Margem Financeira	3.183,0	2.906,0	1.640,7	1.542,3	1.494,7	9,5%	9,8%	6,4%
Perdas Líquidas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito	(519,1)	(471,9)	(184,4)	(334,7)	(185,6)	10,0%	-0,7%	-44,9%
Receitas de Prestação de Serviços	1.046,9	1.028,8	525,5	521,5	511,5	1,8%	2,7%	0,8%
Despesas Administrativas	(2.359,5)	(2.255,2)	(1.200,1)	(1.159,4)	(1.141,1)	4,6%	5,2%	3,5%
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(254,5)	(264,8)	(131,7)	(122,9)	(143,1)	-3,9%	-8,0%	7,2%
Outras Receitas / (Despesas operacionais)	(34,4)	(133,1)	1,7	(36,1)	(79,7)	-74,1%	-102,1%	-104,7%
Lucro Líquido	619,2	434,9	377,7	241,5	247,3	42,4%	52,7%	56,4%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Jun 2025	Jun 2024	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024	Jun2025/ Jun2024	Jun2025/ Dez2024	Jun2025/ Mar2025
Ativos Totais	156.054,2	137.345,2	156.054,2	151.262,2	147.417,9	13,6%	5,9%	3,2%
Tesouraria ⁽¹⁾	46.811,2	42.752,4	46.811,2	41.619,6	39.801,8	9,5%	17,6%	12,5%
Operações de Crédito ⁽²⁾	64.018,3	54.717,0	64.018,3	63.467,6	62.058,9	17,0%	3,2%	0,9%
Provisão para Perdas Esperada Assoc. ao Risco de Crédito	(3.537,2)	(2.606,6)	(3.537,2)	(3.328,0)	(2.600,5)	35,7%	36,0%	6,3%
Créditos em Atraso ⁽³⁾	1.387,7	1.266,2	1.387,7	1.388,2	1.072,0	9,6%	29,5%	0,0%
Recursos Captados e Administrados	123.982,0	110.961,3	123.982,0	118.274,2	116.129,2	11,7%	6,8%	4,8%
Patrimônio Líquido	10.648,9	10.099,5	10.648,9	10.413,2	10.413,7	5,4%	2,3%	2,3%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	11.759,4	10.911,9	11.759,4	11.582,5	11.564,6	7,8%	1,7%	1,5%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos ⁽⁴⁾	246,4	171,1	156,4	90,0	50,0	44,0%	29,2%	73,8%
Valor de Mercado	4.731,8	4.641,9	4.731,8	4.392,4	4.641,9	1,9%	1,9%	7,7%
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	26,04	24,69	26,04	25,46	24,69	5,5%	5,5%	2,3%
Preço Médio da Ação (R\$) ⁽⁵⁾	10,83	12,77	11,37	10,29	11,66	-15,2%	-2,4%	10,5%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,51	1,06	0,92	0,59	0,60	43,0%	52,7%	56,4%
Índices Financeiros	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024			
ROAA Ajustado Anualizado ⁽⁶⁾	0,8%	0,7%	1,0%	0,6%	0,7%			
ROAE Ajustado Anualizado ⁽⁷⁾	11,8%	8,8%	14,3%	9,3%	9,9%			
Índice de Eficiência Ajustado ⁽⁸⁾	63,4%	64,9%	63,4%	64,8%	64,9%			
Índice de Inadimplência ⁽⁹⁾	2,17%	2,31%	2,17%	2,17%	2,31%			
Índice de Cobertura ⁽¹⁰⁾	254,9%	205,9%	254,9%	239,7%	205,9%			
Índice de Provisionamento ⁽¹¹⁾	5,5%	4,8%	5,5%	5,2%	4,8%			
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	16,2%	18,5%	16,2%	15,8%	18,5%			
Indicadores Estruturais	Jun 2025	Jun 2024	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024			
Agências	498	492	498	493	492			
Postos de Atendimento	115	125	115	116	118			
Pontos de Atendimento Eletrônico	313	395	313	311	360			
Colaboradores	9.266	9.411	9.266	9.364	9.462			
Indicadores Econômicos	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024			
Selic Efetiva Acumulada	6,42%	5,22%	3,33%	2,99%	2,53%			
Variação Cambial (%)	-9,02%	10,04%	-3,48%	-5,74%	8,21%			
IGP-M	-0,95%	1,09%	-1,92%	0,99%	2,02%			
IPCA	2,99%	2,48%	0,93%	2,04%	1,05%			

(1) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades e deduz as obrigações compromissadas.

(2) Inclui, a partir de 2025, as debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5, e a Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de janeiro de 2025, está incluso o valor do custo de origem, referente aos correspondentes bancários.

(3) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos entre 90 e 360 dias.

(4) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(5) Cotações já ajustadas por proventos, inclusive dividendos.

(6) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(7) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

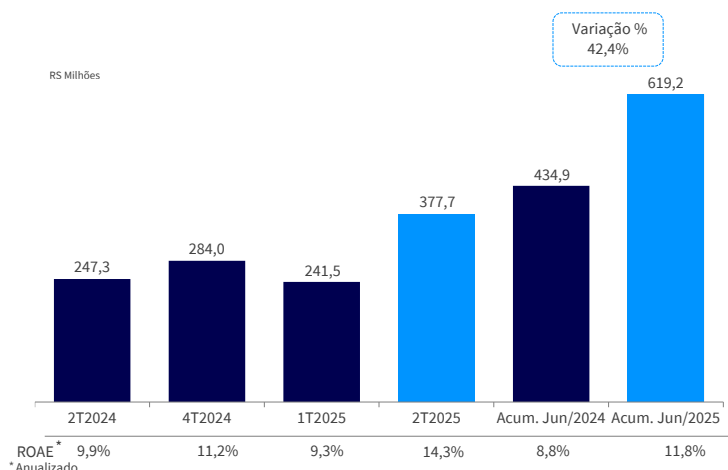
(8) (Despesas de pessoal + outras despesas administrativas) / (margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais - outras despesas operacionais - despesas cíveis, fiscais e trabalhistas)). Considera receitas e despesas realizadas nos últimos 12 meses.

(9) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias/Operações de Crédito. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos entre 90 e 360 dias/Operações de Crédito.

(10) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / operações com atrasos entre 90 e 360 dias.

(11) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / Operações de Crédito. A partir 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / Operações de Crédito.

Destaques Financeiros



O **lucro líquido** alcançou **R\$619,2 milhões** no 1S2025, um aumento de 42,4% ou R\$184,3 milhões frente ao lucro líquido do 1S2024, refletindo especialmente: (i) aumento da margem financeira, (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, (iv) moderado crescimento das despesas administrativas, (v) resultado favorável de outras receitas e despesas operacionais e (vi) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas e (vii) consequente efeito tributário.

Frente ao 1T2025, o lucro líquido do 2T2025 apresentou aumento de 56,4% ou R\$136,2 milhões, desempenho que reflete especialmente (i) aumento da margem financeira, (ii) redução das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) relativa estabilidade das receitas de prestação de serviços, (iv) moderado aumento das despesas administrativas, (v) resultado favorável de outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis, e (vii) consequente efeito tributário.

A **margem financeira** no 1S2025 totalizou **R\$3.183,0 milhões**, com aumento de 9,5% ou R\$276,9 milhões frente ao 1S2024, trajetória que reflete, em especial, o crescimento das receitas com juros mais expressivo que o aumento das despesas com juros, em um contexto de aumento da Taxa Selic efetiva e aumento no volume de operações de crédito.

A **margem financeira sobre ativos rentáveis** anualizada do 1S2025, 4,60%, apresentou redução de 0,38 p.p. em relação ao 1S2024.

Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo a provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de *rating*: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As **perdas esperadas associadas ao risco de crédito**, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, do 1S2025 apresentaram crescimento de 10,0% ou R\$47,1 milhões frente ao 1S2024, refletindo, especialmente, o incremento da carteira de crédito e das operações em atraso. Frente ao 1T2025, período este que apresentou elevação nas operações em atraso e operações de crédito, causando maior provisionamento, houve redução de 44,9% ou R\$150,4 milhões quando comparado ao 2T2025, no qual houve relativa estabilidade da carteira de crédito e das operações em atraso.

As **receitas de prestação de serviços** no 1S2025 apresentaram aumento de 1,8% ou R\$18,2 milhões frente ao 1S2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo aumento das rendas de cartão de crédito e de administração de fundos, minimizada em parte pela redução da receita com serviços da Banrisul Pagamentos. Frente ao 1T2025, as receitas de prestação de serviços do 2T2025 apresentaram relativa estabilidade.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ Milhões

	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Administração de Fundos	63,7	54,5	33,4	30,3	27,1	16,8%	23,3%	10,2%
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	266,6	277,5	131,8	134,9	139,7	-3,9%	-5,7%	-2,3%
Cartão de Crédito	120,5	104,9	61,5	59,0	51,8	14,9%	18,8%	4,2%
Cobrança e Serviços de Custódia	27,5	25,8	13,8	13,8	13,8	6,6%	-0,3%	-0,2%
Comissões de Corretagem de Seguros	149,4	142,4	75,0	74,4	72,9	4,9%	2,9%	0,8%
Serviços de Conta Corrente	303,7	302,8	151,5	152,3	149,5	0,3%	1,3%	-0,5%
Administração de Consórcio	62,4	71,1	31,4	31,0	34,7	-12,3%	-9,6%	1,4%
Demais Receitas ⁽¹⁾	53,0	49,7	27,2	25,9	22,0	6,7%	23,3%	5,0%
Total	1.046,9	1.028,8	525,5	521,5	511,5	1,8%	2,7%	0,8%

(1) Inclui, principalmente, serviços de arrecadação e resultado de prestação de serviços cambiais.

As **despesas administrativas**, constituídas por despesas de pessoal e outras despesas administrativas, no 1S2025, apresentaram aumento de 4,6% ou R\$104,2 milhões frente as despesas administrativas do 1S2024 e de 3,5% ou R\$40,8 milhões no comparativo entre o 2T2025 e o 1T2025.

As despesas de pessoal apresentaram aumento de 6,3% ou R\$77,5 milhões na comparação entre o 1S2025 e o mesmo período de 2024, influenciada, principalmente, pelos acordos coletivos da categoria; enquanto as outras despesas administrativas cresceram 2,6% ou R\$26,7 milhões no período, influenciadas, especialmente, pelo aumento das despesas com amortização e depreciação, devido à mudança de normativo, Resolução CMN nº 4.975/21, que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários e a consequente redução das despesas com aluguéis e condomínios; elevação nas despesas com manutenção e conservação de bens, bem como a despesa com comunicações. Na comparação entre o 2T2025 e o 1T2025, as despesas de pessoal apresentaram aumento de 5,5% ou R\$35,1 milhões, refletindo o efeito férias, com maior concentração no 1T2025; as outras despesas administrativas apresentaram aumento de 1,1% ou R\$5,7 milhões, influenciadas, especialmente, pelo aumento das despesas com serviços técnicos especializados e com serviços de terceiros, minimizada, em parte, pela redução das despesas com aluguéis e condomínios e manutenção e conservação de bens.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ Milhões

	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 2S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Despesas de Pessoal	1.314,1	1.236,6	674,6	639,5	630,6	6,3%	7,0%	5,5%
Outras Despesas Administrativas	1.045,4	1.018,6	525,5	519,8	510,5	2,6%	3,0%	1,1%
Amortização e Depreciação	199,6	155,9	99,6	100,0	79,6	28,0%	25,1%	-0,4%
Água, Energia e Gás	16,7	15,0	6,9	9,8	5,9	11,3%	17,3%	-30,1%
Aluguéis e Condomínios	27,6	80,0	11,3	16,3	41,2	-65,5%	-72,5%	-30,3%
Comunicações	37,2	27,1	19,6	17,6	13,8	37,5%	42,6%	11,3%
Manutenção e Conservação de Bens	57,0	37,9	26,8	30,2	17,0	50,4%	57,7%	-11,1%
Materiais	5,4	4,9	3,0	2,4	2,4	9,0%	23,1%	25,9%
Processamento de Dados	128,4	133,5	65,3	63,1	75,5	-3,8%	-13,5%	3,6%
Propaganda, Promoções e Publicidade	79,0	80,6	38,3	40,7	35,9	-2,0%	6,6%	-6,1%
Serviços de Terceiros	241,5	253,8	124,8	116,7	126,2	-4,9%	-1,1%	7,0%
Serviços Técnicos Especializados	105,8	96,6	58,7	47,0	44,2	9,5%	32,8%	24,8%
Serv. Vigilância, Seg. e Transp. Valores	69,1	65,6	36,1	33,0	32,9	5,3%	9,8%	9,3%
Serviços do Sistema Financeiro	21,0	22,0	10,8	10,3	11,2	-4,5%	-3,9%	5,1%
Demais Despesas	57,1	45,7	24,3	32,8	24,6	24,8%	-1,4%	-26,0%
Total	2.359,5	2.255,2	1.200,1	1.159,4	1.141,1	4,6%	5,2%	3,5%

O **índice de eficiência** alcançou 63,4% nos doze meses acumulados até junho/2025, frente a 64,9% dos doze meses acumulados até junho/2024, refletindo, principalmente, o aumento de 12,2% na margem financeira, crescimento de 4,2% nas receitas de prestação de serviços, evolução desfavorável de outras despesas operacionais, líquidas de outras receitas operacionais e aumento de 9,7% nas despesas com provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, frente ao aumento de 6,5% nas despesas administrativas.

Destaques Operacionais

Os **ativos totais** alcançaram R\$156.054,2 milhões em junho de 2025, com incremento de 13,6% frente ao mês de junho de 2024, de 5,9% na comparação com dezembro de 2024 e aumento de 3,2% frente ao mês de março de 2025. Os principais componentes de ativo e passivo serão comentados na sequência.

As **aplicações em tesouraria** (títulos e valores mobiliários - TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$70.510,2 milhões em junho de 2025; subtraídas das operações compromissadas, as aplicações em tesouraria apresentaram incremento de R\$4.058,8 milhões na comparação com junho de 2024 e de R\$7.009,4 milhões frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos a prazo e dos recursos em letras, em um contexto de direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e do cumprimento dos recolhimentos compulsórios no Bacen. Frente a março de 2025, houve incremento de R\$5.191,6 milhões, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos a prazo e dos recursos em letras, em um contexto do cumprimento dos recolhimentos compulsórios no Bacen.

A **carteira de crédito** do Banrisul alcançou R\$64.018,3 milhões em junho de 2025, ajustada pelas despesas de origemação das operações de crédito consignado contratadas a partir de janeiro de 2025. As **operações de crédito** registraram aumento de 17,0% ou R\$9.301,3 milhões frente a junho de 2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, financiamento de longo prazo, rural e carteira de câmbio. Em comparação com dezembro de 2024, houve aumento de 3,2% ou R\$1.959,3 milhões, trajetória influenciada, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, financiamento de longo prazo e carteira de câmbio, minimizado pela redução do crédito rural. Frente a março de 2025, as operações de crédito registraram relativa estabilidade.

Demonstrativo da Carteira de Crédito - R\$ Milhões

	Jun 2025	% Total Crédito	Mar 2025	Dez 2024	Jun 2024	Jun 2025/ Jun 2024	Jun 2025/ Dez 2024	Jun 2025/ Mar 2025
Câmbio	2.320,6	3,6%	2.209,7	2.116,0	1.535,4	51,1%	9,7%	5,0%
Comercial ⁽¹⁾	39.248,5	61,3%	38.606,4	37.677,8	34.085,7	15,1%	4,2%	1,7%
Pessoa Física	29.246,8	45,7%	29.154,5	28.579,1	25.828,1	13,2%	2,3%	0,3%
Consignado	20.630,7	32,2%	21.060,0	20.882,4	19.266,4	7,1%	-1,2%	-2,0%
Outros	8.616,1	13,5%	8.094,5	7.696,7	6.561,7	31,3%	11,9%	6,4%
Pessoa Jurídica	10.001,7	15,6%	9.451,9	9.098,7	8.257,6	21,1%	9,9%	5,8%
Capital de Giro	6.136,0	9,6%	5.825,2	5.999,0	6.440,9	-4,7%	2,3%	5,3%
Outros	3.865,7	6,0%	3.626,7	3.099,7	1.816,7	112,8%	24,7%	6,6%
Financiamento de Longo Prazo	2.365,7	3,7%	2.216,3	1.854,1	433,0	446,4%	27,6%	6,7%
Imobiliário	6.552,1	10,2%	6.577,2	6.549,1	6.197,8	5,7%	0,0%	-0,4%
Rural	13.372,2	20,9%	13.698,7	13.701,2	12.311,8	8,6%	-2,4%	-2,4%
Outros	159,2	0,2%	159,4	160,7	153,3	3,8%	-0,9%	-0,1%
Total	64.018,3	100,0%	63.467,6	62.058,9	54.717,0	17,0%	3,2%	0,9%

(1) Inclui custo de origemação por meio dos correspondentes bancários; Inclui Arrendamento Mercantil.

O volume concedido em ativos de crédito no 1S2025, R\$26.583,0 milhões, apresentou crescimento de 12,0% ou R\$2.846,2 milhões frente ao volume concedido no 1S2024, refletindo, especialmente, o aumento no volume de crédito concedido na carteira de crédito comercial pessoa jurídica. Na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024, o volume concedido em crédito demonstrou elevação de 5,7% ou R\$729,9 milhões e de 2,3% ou R\$304,1 milhões frente ao 1T2025, influenciado principalmente pelo crescimento do volume concedido no crédito comercial pessoa jurídica, minimizado pela redução no volume concedido no crédito rural e comercial pessoa física.

Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento – R\$ Milhões

	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Câmbio	1.673,1	1.198,6	938,4	734,7	649,7	39,6%	44,4%	27,7%
Comercial ⁽¹⁾	21.361,6	18.795,9	10.966,8	10.394,8	9.946,3	13,7%	10,3%	5,5%
Pessoa Física	12.455,8	12.623,9	6.124,5	6.331,2	6.605,6	-1,3%	-7,3%	-3,3%
Pessoa Jurídica	8.905,9	6.172,1	4.842,3	4.063,6	3.340,7	44,3%	44,9%	19,2%
Financiamento de Longo Prazo	380,7	117,8	116,8	263,8	76,9	223,0%	51,9%	-55,7%
Imobiliário	385,8	612,0	168,5	217,3	297,5	-37,0%	-43,4%	-22,5%
Rural	2.781,9	3.012,6	1.253,1	1.528,8	1.743,3	-7,7%	-28,1%	-18,0%
Total	26.583,0	23.736,9	13.443,6	13.139,5	12.713,6	12,0%	5,7%	2,3%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

O **índice de inadimplência** representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 2024 e a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas entre 90 e 360 dias, em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de junho de 2025, 2,17% das operações de crédito, apresentou redução de 0,14 p.p. em doze meses, aumento de 0,44 pp em seis meses e estabilidade em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas entre 90 e 360 dias apresentou aumento de 9,6% em doze meses, aumento de 29,5% em seis meses e relativa estabilidade em três meses. A provisão para perdas esperada associada ao risco de crédito apresentou crescimento de 35,7% em doze meses, de 36,0% em seis meses e crescimento de 6,3% frente a março de 2025, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21, que substituiu o modelo de provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de *rating*: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3, a partir de 2025.

Indicadores de Qualidade do Crédito – %

	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024	Jun 2024
Índice de Inadimplência ⁽¹⁾	2,17%	2,17%	1,73%	2,31%
Índice de Cobertura ⁽²⁾	254,9%	239,7%	242,6%	205,9%
Índice de Provisionamento ⁽³⁾	5,5%	5,2%	4,2%	4,8%

(1) No ano de 2024, refere-se aos atrasos > 90 dias/Operações de Crédito. A partir de 2025, visando manter a comparabilidade, são consideradas as operações com atrasos entre 90 e 360 dias/Operações de Crédito.

(2) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / atrasos > 90 dias. A partir de 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / operações com atrasos entre 90 e 360 dias.

(3) No ano de 2024, refere-se à provisão para perdas de crédito / Operações de Crédito. A partir 2025, refere-se à provisão para perda esperada associada ao risco de crédito / Operações de Crédito.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$123.982,0 milhões em junho de 2025, com aumento de R\$13.020,7 milhões em comparação com junho de 2024, de R\$7.852,7 milhões em comparação com dezembro de 2024 e aumento de R\$5.707,8 milhões frente a março de 2025, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento dos depósitos a prazo e dos recursos em letras.

Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões

	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024	Jun 2024	Jun 2025/ Jun 2024	Jun 2025/ Dez 2024	Jun 2025/ Mar 2025
Depósitos	92.711,9	88.421,1	88.194,9	85.066,9	9,0%	5,1%	4,9%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	9.742,8	8.359,1	7.358,3	6.826,6	42,7%	32,4%	16,6%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.663,3	1.723,4	1.880,7	1.683,3	-1,2%	-11,6%	-3,5%
Total Recursos Captados	104.118,0	98.503,6	97.433,9	93.576,8	11,3%	6,9%	5,7%
Recursos Administrados	19.864,0	19.770,6	18.695,4	17.384,5	14,3%	6,3%	0,5%
Total Recursos Captados e Administrados	123.982,0	118.274,2	116.129,2	110.961,3	11,7%	6,8%	4,8%

(1) Letras Financeiras, Letras Financeiras Subordinadas, Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

(2) Refere-se à captação externa subordinada.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$10.648,9 milhões em junho de 2025, com aumento de 5,4% ou R\$549,4 milhões frente a junho de 2024 e de 2,3% ou R\$235,2 milhões no comparativo com dezembro de 2024, trajetórias refletidas, especialmente, pela incorporação de resultados gerados, o pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC 33 (R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21. Frente a março de 2025, o PL apresentou crescimento de 2,3% ou R\$235,7 milhões, influenciado principalmente pela incorporação de resultados gerados, os pagamentos de juros sobre o capital próprio, o provisionamento de dividendos e a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC 33 (R1)).

Em **impostos e contribuições próprios**, o Banrisul recolheu e provisionou R\$449,9 milhões em junho de 2025. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$459,4 milhões no período.

Guidance

As perspectivas divulgadas do *Guidance* em 31 de dezembro de 2024 estão mantidas, conforme tabela a seguir.

	Ano 2025 Projetado
Carteira de Crédito Total	6% a 10%
Margem Financeira ⁽¹⁾	7% a 12%
Custo de Crédito ⁽²⁾	1,2% a 2,2%
Despesas Administrativas ⁽³⁾	7% a 11%

(1) Excluídas as Receitas de Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo.

(2) Despesas de Provisão para Perdas de Crédito líquidas das Receitas de Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo.

(3) Despesas Administrativas excluídas as comissões de correspondentes bancários.

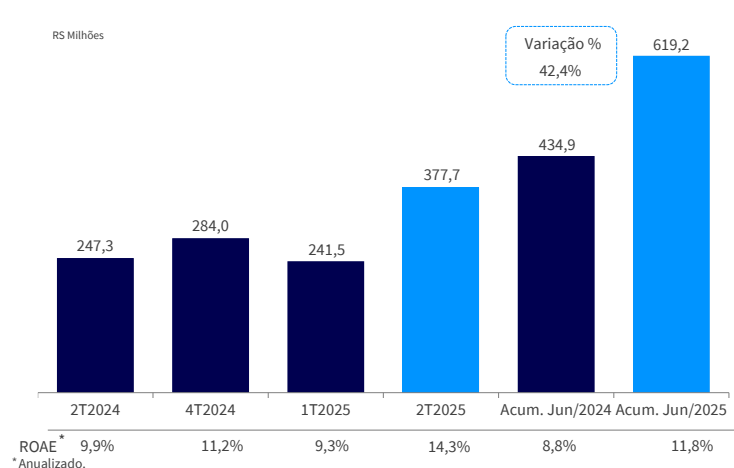
As informações refletem os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviços da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no mix de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Guidance* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não o atualizar mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2025.

Análise de Desempenho Financeiro

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao primeiro semestre e segundo trimestre de 2025.

Lucro Líquido



O lucro líquido do 1S2025 totalizou R\$619,2 milhões e apresentou elevação de 42,4% ou R\$184,3 milhões frente ao lucro líquido do 1S2024, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira, em R\$276,9 milhões; (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, em R\$47,1 milhões; (iii) aumento das receitas de prestação de serviços, em R\$18,2 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas, em R\$104,2 milhões; (v) resultado favorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$98,7

milhões; (vi) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$10,2 milhões, e (vii) consequente efeito tributário.

O lucro líquido do 2T2025 totalizou R\$377,7 milhões e apresentou elevação de 52,7% ou R\$130,4 milhões frente ao 2T2024, refletindo especialmente (i) aumento da margem financeira em R\$145,9 milhões, (ii) aumento das receitas de prestação de serviços em R\$13,9 milhões, (iii) moderado aumento das despesas administrativas em R\$59,1 milhões, (iv) resultado favorável das outras receitas operacionais líquidas de outras despesas operacionais, em R\$81,3 milhões, (v) menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$11,4 milhões, e (vi) consequente efeito tributário.

Frente ao 1T2025, o lucro líquido do 2T2025 apresentou incremento de 56,4% ou R\$136,2 milhões, refletindo especialmente (i) crescimento da margem financeira em R\$98,3 milhões; (ii) redução das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito em R\$150,4 milhões; (iii) relativa estabilidade das receitas de prestação de serviços em R\$4,0 milhões; (iv) moderado aumento das despesas administrativas, em R\$40,8 milhões; (v) resultado favorável das outras receitas operacionais, líquidas de outras despesas operacionais, em R\$37,8 milhões; (vi) maior fluxo das despesas com provisões trabalhistas, fiscais e cíveis em R\$8,8 milhões; e (vii) consequente efeito tributário.

Margem Financeira Analítica

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela a seguir apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas de intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas. As rendas de clientes que apresentam operações de créditos vencidas acima de 90 dias, que são considerados créditos problemáticos, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas; até o ano de 2024, o reconhecimento das rendas de operações de crédito cessava em operações vencidas acima de 60 dias. Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez e os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A margem sobre ativos rentáveis reduziu 0,38 p.p. na comparação entre o 1S2025 e o 1S2024, alcançando 4,60% no 1S2025. Os ativos médios rentáveis aumentaram 19,2% enquanto os passivos onerosos apresentaram crescimento de 20,0%.

A variação cambial e a elevação da Taxa Selic impactaram as taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos no período. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos, bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

No que se refere à estrutura, dentre os ativos rentáveis, destacam-se: a) operações de tesouraria, totalizando 47,8% desses ativos, com aumento de 0,7 p.p. entre o 1S2025 e o 1S2024; b) operações de crédito, representando 43,0% desses ativos, com elevação de 0,2 p.p. no período. Em relação aos passivos onerosos, destacam-se: a) depósitos a prazo, representando 50,5% desses passivos no 1S2025, com redução de 0,9 p.p. frente ao 1S2024; b) captação no mercado aberto, representando 19,3% dos passivos onerosos, com aumento de 1,7 p.p. no período; c) depósitos de poupança, representando 8,8% dos passivos onerosos, com redução de 1,7 p.p. no período; d) depósitos judiciais e administrativos, representando 7,0% desses passivos, com redução de 0,4 p.p. e e) recursos em letras, representando 6,8% dos passivos onerosos, com aumento de 0,3 p.p. no período.

A partir do primeiro trimestre de 2025, as receitas e despesas estão reconhecidas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. Nos períodos anteriores, as receitas e despesas estão mensuradas pelos critérios vigentes a época.

Margem Financeira Analítica - R\$ Milhões e %

	1S2025			1S2024		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	138.244,6	10.047,7	7,27%	116.634,6	8.003,8	6,86%
Operações de Crédito ⁽¹⁾	59.489,7	5.460,1	9,18%	49.967,4	4.499,4	9,00%
Tesouraria ⁽²⁾	66.074,7	4.064,5	6,15%	54.952,4	2.715,7	4,94%
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	199,1	(276,2)	-138,74%	30,7	205,8	669,89%
Compulsórios	12.481,1	799,3	6,40%	11.684,1	582,9	4,99%
Ativos Não Rentáveis	14.046,0			14.621,2		
Ativos Totais	152.290,6	10.047,7	6,60%	131.255,8	8.003,8	6,10%
Passivos Onerosos	127.332,8	(6.864,8)	5,39%	106.126,5	(5.097,8)	4,80%
Depósitos Interfinanceiros	1.893,2	(71,8)	3,79%	2.165,2	(72,5)	3,35%
Depósitos de Poupança	11.161,6	(421,0)	3,77%	11.180,8	(365,8)	3,27%
Depósitos a Prazo	64.311,3	(3.574,1)	5,56%	54.566,0	(2.407,1)	4,41%
Depósitos Judiciais e Administrativos	8.854,1	(511,8)	5,78%	7.815,2	(391,9)	5,01%
Captações no Mercado Aberto	24.589,4	(1.552,3)	6,31%	18.674,1	(966,2)	5,17%
Recursos em Letras ⁽⁴⁾	8.714,3	(518,4)	5,95%	6.936,9	(339,2)	4,89%
Dívida Subordinada	1.726,5	160,5	-9,30%	1.538,5	(280,0)	18,20%
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	3.669,6	(108,8)	2,97%	1.998,6	(57,5)	2,88%
Obrigações por Empréstimos e Rep. em Moeda Estrang.	2.412,8	(267,1)	11,07%	1.251,2	(217,7)	17,40%
Passivos Não Onerosos	14.459,5			15.255,9		
Patrimônio Líquido	10.498,4			9.873,4		
Passivos e PL	152.290,6	(6.864,8)	4,51%	131.255,8	(5.097,8)	3,88%
Spread			2,09%			2,21%
Margem Financeira		3.183,0	2,30%		2.906,0	2,49%
Margem Financeira Anualizada			4,60%			4,98%

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui as aplicações interfinanceiras de liquidez.

(3) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio.

(4) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Variações nas receitas e despesas de juros: volumes e taxas

A margem financeira do 1S2025, R\$3.183,0 milhões, apresentou crescimento de 9,5% ou R\$276,9 milhões em relação ao 1S2024, refletindo o aumento das receitas com juros em volume maior que as despesas com juros. O crescimento das receitas está relacionado à ampliação do volume médio dos ativos rentáveis, em especial nas operações de crédito e nas aplicações em tesouraria, e elevação nas taxas médias, principalmente nas aplicações em tesouraria, influenciadas pelo aumento da Taxa Selic efetiva. A elevação das despesas está relacionada, especialmente, ao aumento no volume médio dos passivos onerosos, principalmente nos

depósitos a prazo e captações no mercado aberto, e ao crescimento nas taxas médias, em especial dos depósitos a prazo e captações no mercado aberto, impactados pela elevação da Taxa Selic efetiva.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros, incluídas as variações no câmbio, sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o saldo médio multiplicado pela taxa do período mais recente e o anterior.

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 1S2025 vs 1S2024.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas – R\$ Milhões

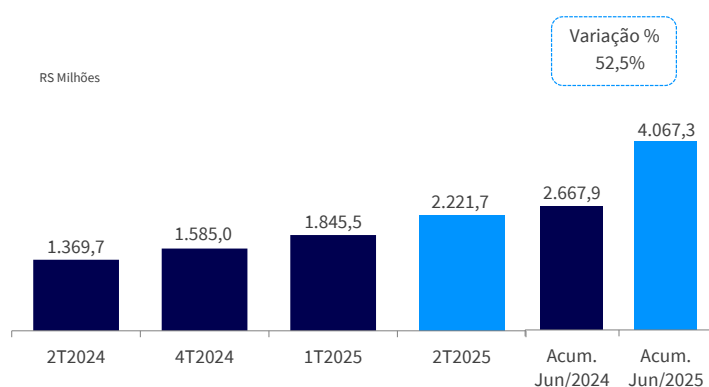
	1S2025/1S2024		
	Aumento / Redução		
	Devido à Variação em:		
	Volume Médio	Taxa Média	Variação Líquida
Ativos Rentáveis	1.537,1	506,8	2.044,0
Operações de Crédito ⁽¹⁾	872,5	88,2	960,7
Tesouraria	610,5	738,3	1.348,8
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽²⁾	12,1	(494,2)	(482,0)
Compulsórios	41,9	174,5	216,4
Passivos Onerosos	(1.124,9)	(642,1)	(1.767,1)
Depósitos Interfinanceiros	9,7	(9,0)	0,6
Depósitos de Poupança	0,6	(55,9)	(55,3)
Depósitos a Prazo	(475,4)	(691,7)	(1.167,1)
Depósitos Judiciais e Administrativos	(55,8)	(64,0)	(119,8)
Captações no Mercado Aberto	(345,8)	(240,3)	(586,1)
Recursos em Letras ⁽³⁾	(97,1)	(82,1)	(179,2)
Dívida Subordinada	(30,4)	470,9	440,5
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	(49,5)	(1,8)	(51,3)
Obrigações por Empréstimos de Repasses em Moeda Estrangeira	(81,2)	31,8	(49,4)
Margem Financeira	412,2	(135,2)	276,9

(1) Inclui adiantamentos de contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento.

(2) Inclui posições na modalidade de swap, de contratos futuros de DI e contratos da carteira de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banrisul para mitigar os riscos de oscilações cambiais da captação no mercado externo e de variações na taxa CDI para operações casadas com Título Públicos Federais prefixados. Nesse sentido, as variações apresentadas podem ser analisadas em conjunto com os ativos e passivos aos quais estão vinculados.

(3) Inclui letras financeiras, letras financeiras subordinadas, letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Resultado de Tesouraria



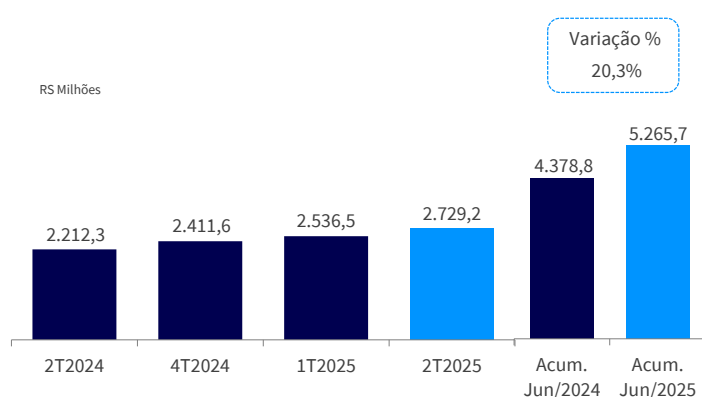
O resultado de aplicações em tesouraria (soma das receitas de títulos e valores mobiliários – TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez) do 1S2025 apresentou crescimento de 52,5% ou R\$1.399,4 milhões frente ao 1S2024, de 62,2% ou R\$852,1 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024 e de 20,4% ou R\$376,2 milhões frente ao 1T2025, refletindo o aumento no saldo e o aumento da Taxa Selic efetiva.

Resultado de Aplicações Compulsórias

O resultado de aplicações compulsórias do 1S2025 somou R\$796,6 milhões, com elevação de 37,2% ou R\$216,0 milhões frente ao 1S2024, e totalizou R\$428,3 milhões no 2T2025, com aumento de 50,0% ou R\$142,9 milhões em relação ao 2T2024; refletindo especialmente, em ambas trajetórias, o aumento nas rendas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, devido, em especial, ao aumento de saldo e à elevação da Taxa Selic efetiva, minimizado pela redução nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos de poupança, em virtude da liberação dos compulsórios sobre os depósitos de poupança até junho de 2025 (Resolução BCB nº 379/2024).

Frente ao 1T2025, o resultado de aplicações compulsórias do 2T2025 apresentou crescimento de 16,3% ou R\$60,1 milhões face, principalmente, ao incremento nas receitas de depósitos compulsórios vinculados aos recursos a prazo, refletindo o aumento de saldo e a elevação da Taxa Selic efetiva.

Receitas de Operações de Crédito



As receitas de operações de crédito do 1S2025, que incluem as receitas de arrendamento mercantil e de outros créditos (a partir de 2025 também estão contabilizados os custos de originação de crédito por meio dos correspondentes bancários e incluídas as receitas de debêntures, no âmbito da implantação do novo COSIF 1.5 e da Resolução CMN nº 4.966/21), apresentaram crescimento de 20,3% ou R\$886,9 milhões frente ao 1S2024, de 23,4% ou R\$516,9 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024 e

de 7,6% ou R\$192,6 milhões frente ao 1T2025; trajetórias influenciadas, em especial, pelo aumento nas rendas do crédito comercial e do crédito rural.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas do crédito comercial pessoa física – PF representam 74,8% do total de receitas do crédito comercial no 1S2025, e apresentaram aumento de 11,7% ou R\$307,7 milhões na comparação com o 1S2024 e de 12,3% ou R\$164,7 milhões no comparativo entre o 2T2025 e o 2T2024, influenciado especialmente, em ambas as trajetórias, pelo incremento nas receitas do cartão de crédito rotativo/parcelado, do crédito pessoal, rendas do cheque especial e da conta única rural, impactados pelo aumento nos saldos desses produtos, minimizado em parte pela redução das receitas do crédito consignado. Frente ao 1T2025, as receitas do crédito comercial PF do 2T2025 demonstraram elevação de 4,2% ou R\$60,8 milhões face, em especial, ao crescimento das receitas do crédito pessoal, do cartão de crédito rotativo/parcelado e das rendas com renegociações de dívidas, refletindo o aumento no saldo desses produtos.

As receitas do crédito comercial pessoa jurídica – PJ representam 25,2% do total de receitas do crédito comercial no 1S2025, e aumentaram 27,4% ou R\$212,5 milhões frente ao 1S2024 e de 40,7% ou R\$155,1 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pela elevação nas receitas das operações de conta única, que iniciou as operações no 2T2024, e da conta empresarial, minimizada em parte pela redução nas receitas do capital de giro, frente à redução no saldo das linhas de crédito com fundos garantidores. Em relação ao 1T2025, as receitas do crédito comercial PJ do 2T2025 apresentaram elevação de 18,6% ou R\$84,2 milhões refletindo, em especial, o crescimento nas receitas com operações de conta única, de capital de giro e rendas com adiantamento a depositantes, influenciado pelo aumento nos saldos desses produtos, e elevação nas receitas da conta empresarial, em função do aumento de taxa.

As receitas do crédito comercial do 1S2025 apresentaram aumento de 15,3% ou R\$520,2 milhões frente ao 1S2024, de 18,6% ou R\$319,8 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024 e de 7,7% ou R\$145,0 milhões frente ao 1T2025.

Receitas do Crédito Comercial – Pessoa Física e Jurídica – R\$ Milhões

	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Pessoa Física	2.938,7	2.631,0	1.499,8	1.439,0	1.335,1	11,7%	12,3%	4,2%
Aquisição de Bens	27,0	27,7	13,6	13,3	13,6	-2,6%	0,5%	2,2%
Cartão de Crédito Rotativo/ Parc.	257,9	132,6	138,9	119,0	55,7	94,5%	149,3%	16,7%
Cheque Especial	303,6	266,5	155,9	147,7	127,0	13,9%	22,7%	5,5%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	34,0	-	19,6	14,5	-	100%	100%	35,2%
Crédito Pessoal	438,3	336,3	230,3	208,0	182,8	30,3%	26,0%	10,7%
Crédito Consignado	1.754,6	1.781,3	858,2	896,4	911,8	-1,5%	-5,9%	-4,3%
Outros ⁽³⁾	123,4	86,7	83,4	40,0	44,2	41,2%	88,5%	108,3%
Pessoa Jurídica	988,9	776,4	536,5	455,9	381,4	27,4%	40,7%	18,6%
Aquisição de Bens	23,0	21,4	11,5	11,5	10,3	7,5%	11,8%	-0,4%
Cartão de Crédito	13,7	8,1	7,7	6,0	4,3	70,3%	78,1%	28,3%
Capital de Giro	488,4	540,6	252,2	236,2	265,4	-9,7%	-5,0%	6,8%
Conta Empresarial	185,6	151,1	99,1	86,4	74,5	22,8%	33,1%	14,7%
Conta Única ⁽²⁾	213,2	2,0	119,9	93,3	2,0	10501,1%	5861,0%	28,5%
Desconto de Recebíveis	18,6	6,2	10,2	8,3	2,6	200,3%	298,4%	22,2%
Outros ⁽³⁾	46,4	47,0	35,9	14,0	22,3	-2,1%	59,5%	240,4%
Total	3.927,6	3.407,4	2.036,3	1.894,9	1.716,5	15,3%	18,6%	7,7%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (3) Inclui renegociação de dívidas.

Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado do 1S2025 apresentaram elevação de 34,6% ou R\$1.666,2 milhões frente as despesas do 1S2024 e de 41,4% ou R\$1.031,1 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024, refletindo, em ambas as trajetórias, o aumento das despesas com depósitos, com operações compromissadas e despesas com recursos em letras, impactados pelo crescimento no saldo e na Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação; minimizado pela redução nas despesas com a dívida subordinada, face à variação cambial e marcação a mercado da obrigação.

Frente ao 1T2025, as despesas de captação no mercado do 2T2025 apresentaram elevação de 18,7% ou R\$554,7 milhões, impactada, em especial, pelo crescimento das despesas com depósitos e recursos em letras, face ao aumento do saldo e da Taxa Selic efetiva, e aumento das operações compromissadas.

Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões

	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Depósitos ⁽¹⁾	4.578,7	3.237,2	2.441,5	2.137,2	1.652,1	41,4%	47,8%	14,2%
Operações Compromissadas	1.552,3	966,2	848,8	703,5	479,5	60,7%	77,0%	20,6%
Recursos em Letras ⁽²⁾	518,4	339,2	291,6	226,8	166,9	52,8%	74,7%	28,6%
Resultado da Dívida Subordinada	(160,5)	280,0	(60,1)	(100,5)	192,2	-157,3%	-131,3%	-40,2%
Total	6.488,8	4.822,6	3.521,8	2.967,1	2.490,7	34,6%	41,4%	18,7%

(1) Inclui as despesas do FGC. (2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos e os recursos de aceites e emissão de títulos.

O preço médio da captação no 2T2025, 2,72%, aumentou em relação ao 2T2024 e frente ao 1T2025, em linha com a trajetória da Taxa Selic efetiva. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic efetiva, 81,60% no 2T2025, apresentou redução de 0,16 p.p. frente ao 2T2024 e de 0,82 p.p. na comparação com o 1T2025.

O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 65,1% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, em relação à Taxa Selic efetiva, alcançou 86,48% no 2T2025, com elevação de 1,17 p.p. em relação ao 2T2024 e redução de 0,24 p.p. frente ao 1T2025.

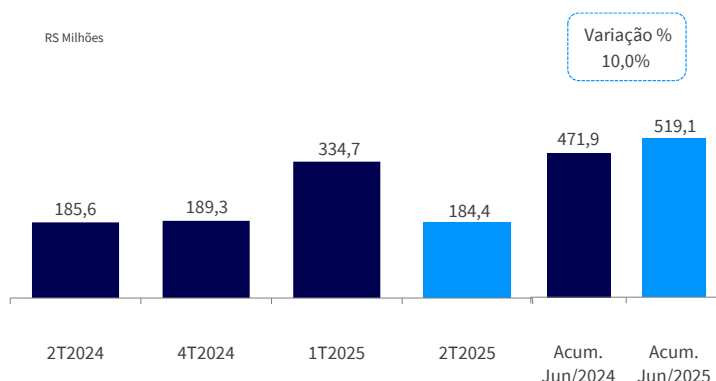
Custo de Captação - R\$ Milhões e %

	2T2025			1T2025			2T2024		
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio ⁽¹⁾	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos a Prazo	65.536,8	(1.886,1)	2,88%	63.069,7	(1.636,4)	2,59%	55.909,5	(1.206,4)	2,16%
Depósitos de Poupança	11.132,3	(214,0)	1,92%	11.190,8	(207,1)	1,85%	11.258,3	(189,1)	1,68%
Depósitos à Vista	3.122,8	-	0,00%	3.034,4	-	0,00%	3.605,6	-	0,00%
Depósitos Interfinanceiros	2.025,3	(39,1)	1,93%	1.761,0	(32,7)	1,86%	2.054,5	(35,3)	1,72%
Depósitos Judiciais e Admin.	9.226,9	(276,1)	2,99%	8.481,3	(235,7)	2,78%	7.958,1	(197,9)	2,49%
Outros Depósitos	251,1	(0,0)	0,01%	252,0	(0,0)	0,01%	265,4	(0,0)	0,00%
Letras Financeiras ⁽²⁾	2.939,4	(99,2)	3,38%	2.032,1	(62,3)	3,07%	1.363,2	(38,2)	2,81%
Letras de Crédito Imobiliário	2.984,9	(88,6)	2,97%	2.680,4	(72,4)	2,70%	1.897,7	(43,7)	2,30%
Letras de Crédito do Agronegócio	3.424,8	(103,8)	3,03%	3.367,0	(92,2)	2,74%	3.650,8	(84,9)	2,33%
Despesas de Contribuição FGC	-	(26,2)	-	-	(25,3)	-	-	(23,5)	-
Saldo Médio Total / Desp. Total	100.644,2	(2.733,1)	2,72%	95.868,8	(2.364,0)	2,47%	87.962,9	(1.819,0)	2,07%
Selic			3,33%			2,99%			2,53%
Custo Médio / Selic			81,60%			82,42%			81,76%
Custo Depósito a Prazo / Selic			86,48%			86,72%			85,31%

(1) Saldos médios obtidos a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados.

(2) Inclui Letras Financeiras Subordinadas.

Perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito



Em 2025 com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, houve substituição do modelo a provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de *rating*: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquidas das recuperações de operações baixadas à prejuízo, somaram R\$519,1 milhões no 1S2025 e apresentaram aumento de 10,0% ou R\$47,1 milhões na comparação com o

1S2024, refletindo, especialmente, o aumento dos créditos em atraso e das operações de crédito. As perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito do 2T2025, que somaram R\$184,4 milhões, demonstraram relativa estabilidade frente ao 2T2024 e, em relação ao 1T2025, período este que apresentou elevação nas operações em atraso e operações de crédito, causando maior provisionamento, houve redução de 44,9% ou R\$150,4 milhões quando comparado ao 2T2025, no qual houve relativa estabilidade da carteira de crédito e das operações em atraso.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços do 1S2025 apresentaram crescimento de 1,8% ou R\$18,2 milhões em relação às receitas do 1S2024 e de 2,7% ou R\$13,9 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024, com destaque, em ambas as trajetórias, para o aumento das rendas de cartão de crédito, de administração de fundos e rendas de comissões de corretagem e seguros, minimizado em parte pela redução das receitas com serviços da Banrisul Pagamentos. Frente ao 1T2025, as receitas de prestação de serviços do 2T2025 demonstraram relativa estabilidade, com aumento de R\$4,0 milhões, impactado especialmente pela elevação das receitas com administração de fundos e cartão de crédito.

Composição das Receitas de Prestação de Serviços - R\$ Milhões

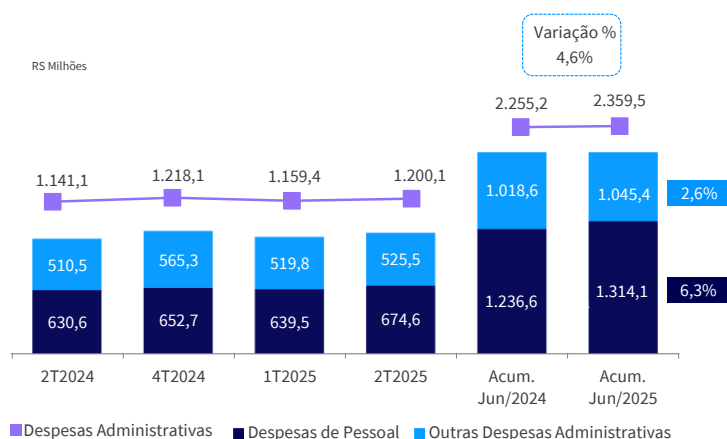
	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Administração de Fundos	63,7	54,5	33,4	30,3	27,1	16,8%	23,3%	10,2%
Receitas de Serviços Banrisul	266,6	277,5	131,8	134,9	139,7	-3,9%	-5,7%	-2,3%
Cartão de Crédito	120,5	104,9	61,5	59,0	51,8	14,9%	18,8%	4,2%
Cobrança e Serviços de Custódia	27,5	25,8	13,8	13,8	13,8	6,6%	-0,3%	-0,2%
Comissões de Corretagem de Seguros	149,4	142,4	75,0	74,4	72,9	4,9%	2,9%	0,8%
Serviços de Conta Corrente	303,7	302,8	151,5	152,3	149,5	0,3%	1,3%	-0,5%
Administração de Consórcio	62,4	71,1	31,4	31,0	34,7	-12,3%	-9,6%	1,4%
Demais Receitas ⁽¹⁾	53,0	49,7	27,2	25,9	22,0	6,7%	23,3%	5,0%
Total	1.046,9	1.028,8	525,5	521,5	511,5	1,8%	2,7%	0,8%

(1) Inclui, principalmente, rendas de garantias prestadas, receitas de serviço de arrecadação.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do 1S2025 apresentaram crescimento de 4,6% ou R\$104,2 milhões frente às despesas administrativas do 1S2024, de 5,2% ou R\$59,1 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024 e de 3,5% ou R\$40,8 milhões em relação ao 1T2025.

As despesas de pessoal do 1S2025 apresentaram crescimento de 6,3% ou R\$77,5 milhões frente às despesas de pessoal do 1S2024 e de 7,0% ou R\$44,0 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024, influenciado pelos acordos coletivos da categoria. Frente ao 1T2025, as despesas de pessoal do 2T2025 apresentaram elevação de 5,5% ou R\$35,1 milhões, refletindo o efeito férias, com maior concentração no 1T2025.



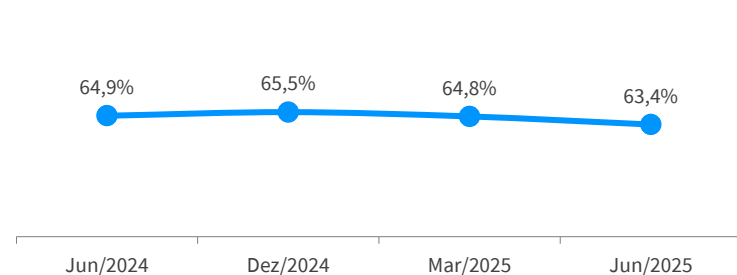
As outras despesas administrativas do 1S2025 apresentaram crescimento de 2,6% ou R\$26,7 milhões frente ao 1S2024 e de 3,0% ou R\$15,1 milhões na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024, trajetórias influenciadas, especialmente, pelo aumento nas despesas com amortização e depreciação, devido à mudança de normativo, Resolução CMN nº 4.975/21, que unificou a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários e a consequente redução das despesas

com aluguéis e condomínios; e elevação nas despesas com manutenção e conservação de bens, comunicações e serviços técnicos especializados. Frente ao 1T2025, as outras despesas administrativas do 2T2025 apresentaram crescimento de 1,1% ou R\$5,7 milhões refletindo, principalmente, o aumento das despesas com serviços técnicos especializados e com serviços de terceiros, minimizado em parte pela redução nas despesas com aluguéis e condomínios, com manutenção e conservação de bens, despesas com água, energia e gás e despesas com propaganda, promoções e publicidade.

Composição das Despesas Administrativas - R\$ Milhões

	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Despesas de Pessoal	1.314,1	1.236,6	674,6	639,5	630,6	6,3%	7,0%	5,5%
Remuneração Direta, Benefícios e Encargos Sociais	1.175,9	1.112,0	596,4	579,5	566,5	5,7%	5,3%	2,9%
Treinamentos	2,6	2,9	2,2	0,4	1,5	-9,9%	48,0%	411,9%
Participação nos Lucros	135,6	121,7	76,0	59,6	62,6	11,5%	21,3%	27,5%
Outras Despesas Administrativas	1.045,4	1.018,6	525,5	519,8	510,5	2,6%	3,0%	1,1%
Amortização e Depreciação	199,6	155,9	99,6	100,0	79,6	28,0%	25,1%	-0,4%
Água, Energia e Gás	16,7	15,0	6,9	9,8	5,9	11,3%	17,3%	-30,1%
Aluguéis e Condomínios	27,6	80,0	11,3	16,3	41,2	-65,5%	-72,5%	-30,3%
Comunicações	37,2	27,1	19,6	17,6	13,8	37,5%	42,6%	11,3%
Manutenção e Conservação de Bens	57,0	37,9	26,8	30,2	17,0	50,4%	57,7%	-11,1%
Materiais	5,4	4,9	3,0	2,4	2,4	9,0%	23,1%	25,9%
Processamento de Dados	128,4	133,5	65,3	63,1	75,5	-3,8%	-13,5%	3,6%
Propaganda, Promoções e Publicidade	79,0	80,6	38,3	40,7	35,9	-2,0%	6,6%	-6,1%
Serviços de Terceiros	241,5	253,8	124,8	116,7	126,2	-4,9%	-1,1%	7,0%
Serviços Técnicos Especializados	105,8	96,6	58,7	47,0	44,2	9,5%	32,8%	24,8%
Serviço Vigilância, Segurança e Transp. Valores	69,1	65,6	36,1	33,0	32,9	5,3%	9,8%	9,3%
Serviços do Sistema Financeiro	21,0	22,0	10,8	10,3	11,2	-4,5%	-3,9%	5,1%
Demais Despesas	57,1	45,7	24,3	32,8	24,6	24,8%	-1,4%	-26,0%
Total	2.359,5	2.255,2	1.200,1	1.159,4	1.141,1	4,6%	5,2%	3,5%

Índice de Eficiência



O **índice de eficiência** alcançou 63,4% nos doze meses acumulados até junho/2025, frente a 64,9% dos doze meses acumulados até junho/2024, refletindo, principalmente, o aumento de 12,2% na margem financeira, crescimento de 4,2% nas receitas de prestação de serviços e aumento de 9,7% nas despesas com provisões cíveis,

fiscais e trabalhistas, frente ao aumento de 6,5% nas despesas administrativas.

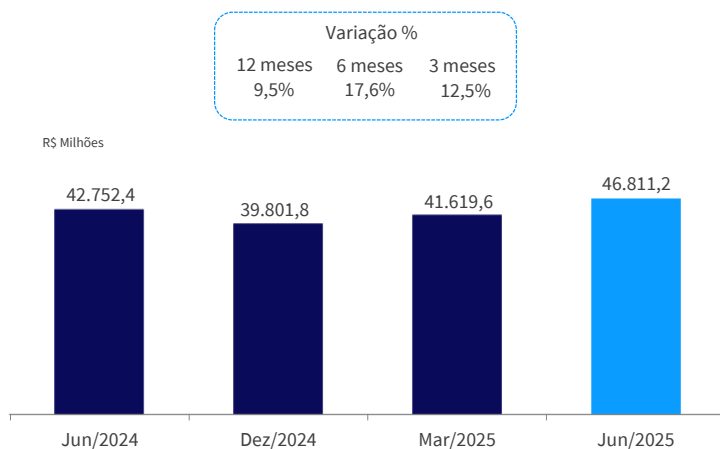
Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais, R\$337,3 milhões no 1S2025, apresentaram elevação de 15,7% ou R\$45,8 milhões frente ao 1S2024; no 2T2025, R\$201,3 milhões, demonstraram crescimento de 29,8% ou R\$46,2 milhões na comparação com o 2T2024 e de 48,0% ou R\$65,3 milhões frente ao 1T2025, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo aumento das receitas com reversão de outras provisões operacionais e das receitas de atualização das obrigações atuariais de benefícios pós-emprego (CPC 33 (R1)).

As outras despesas operacionais, R\$371,8 milhões no 1S2025, apresentaram redução de 12,5% ou R\$52,9 milhões em relação ao 1S2024; e no 2T2025, R\$199,6 milhões, apresentaram diminuição de 15,0% ou R\$35,1 milhões frente ao 2T2024; com destaque em ambos os períodos para o aumento das despesas com descontos concedidos em renegociações e com tarifas de convênio INSS. Na comparação com o 1T2025, as outras despesas do 2T2025 demonstraram elevação de 15,9% ou R\$27,4 milhões, refletindo, em especial, o crescimento das despesas com descontos concedidos em renegociações.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Tesouraria



As aplicações em tesouraria (TVM, aplicações interfinanceiras de liquidez e disponibilidades) totalizaram R\$70.510,2 milhões em junho de 2025. A partir de janeiro/2025, o saldo de tesouraria é apresentado líquido da provisão.

As aplicações em tesouraria deduzidas as obrigações por operações compromissadas totalizaram R\$46.811,2 milhões em junho de 2025, apresentando crescimento de 9,5% ou R\$4.058,8 milhões na comparação com junho de 2024, de 17,6% ou R\$7.009,4

milhões frente a dezembro de 2024 e de 12,5% ou R\$5.191,6 milhões em relação a março de 2025, refletindo, especialmente, o crescimento na captação de depósitos, aumento dos recursos em letras, direcionamento dos recursos para a carteira de crédito e cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório no Bacen.

Depósitos Compulsórios no Bacen

O saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, R\$12.473,0 milhões em junho de 2025 apresentou crescimento de 16,1% ou R\$1.732,9 milhões frente a junho de 2024 e de 6,5% ou R\$756,1 milhões na comparação com dezembro de 2024, trajetórias influenciadas principalmente pelo aumento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo, minimizado em parte pela redução dos depósitos voluntários, nos termos da Resolução BCB nº 129/21, e dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista. A partir de junho de 2025, houve a retomada do recolhimento dos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança, após o período de liberação pela Resolução Bacen Nº 379/2024.

Em relação a março de 2025, o saldo dos depósitos compulsórios no Bacen de junho de 2025 demonstrou elevação de 7,3% ou R\$852,0 milhões face, especialmente, ao crescimento dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo e dos depósitos voluntários.

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul alcançou R\$64.018,3 milhões em junho de 2025, registrando aumento de 17,0% ou R\$9.301,3 milhões frente a junho de 2024, trajetória influenciada, especialmente, pelo crescimento do crédito comercial, financiamento de longo prazo, crédito rural e carteira de câmbio.

Na comparação com dezembro de 2024, a carteira de crédito de junho de 2025 apresentou elevação de 3,2% ou R\$1.959,3 milhões face, principalmente, ao incremento do crédito comercial, do financiamento a longo prazo e carteira de câmbio, minimizado pela redução do crédito rural.

Frente a março de 2025, a carteira de crédito de junho de 2025 apresentou relativa estabilidade, com aumento de 0,9% ou R\$550,6 milhões, refletindo em especial o crescimento do crédito comercial e do financiamento de longo prazo, minimizado em parte pela retração do crédito rural.

Composição das Operações de Crédito - R\$ Milhões

	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024	Jun 2024	Jun2025/ Jun2024	Jun2025/ Dez2024	Jun2025/ Mar2025
Comercial ⁽¹⁾	39.248,5	38.606,4	37.677,8	34.085,7	15,1%	4,2%	1,7%
Imobiliário	6.552,1	6.577,2	6.549,1	6.197,8	5,7%	0,0%	-0,4%
Rural	13.372,2	13.698,7	13.701,2	12.311,8	8,6%	-2,4%	-2,4%
Financiamento de Longo Prazo	2.365,7	2.216,3	1.854,1	433,0	446,4%	27,6%	6,7%
Câmbio	2.320,6	2.209,7	2.116,0	1.535,4	51,1%	9,7%	5,0%
Outros ⁽²⁾	159,2	159,4	160,7	153,3	3,8%	-0,9%	-0,1%
Total	64.018,3	63.467,6	62.058,9	54.717,0	17,0%	3,2%	0,9%

(1) Inclui arrendamento mercantil e custo de originação por meio dos correspondentes bancários; (2) Inclui Setor Público.

Crédito Comercial

A carteira comercial totalizou R\$39.248,5 milhões em junho de 2025, compondo 61,3% do saldo total de operações de crédito. Em relação à composição do crédito comercial, a pessoa física - PF correspondeu a 74,5% e a pessoa jurídica - PJ representou 25,5% do saldo em junho de 2025.

Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica - R\$ Milhões

	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024	Jun 2024	Jun2025/ Jun2024	Jun2025/ Dez2024	Jun2025/ Mar2025
Pessoa Física	29.246,8	29.154,5	28.579,1	25.828,1	13,2%	2,3%	0,3%
Aquisição de Bens	279,7	297,1	325,5	313,5	-10,8%	-14,1%	-5,8%
Cartão de Crédito à vista e Débito	2.541,6	2.507,5	2.713,0	2.545,8	-0,2%	-6,3%	1,4%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	763,0	741,3	557,7	286,9	165,9%	36,8%	2,9%
Cheque Especial	671,6	672,8	568,9	425,8	57,7%	18,1%	-0,2%
Conta Única Rural ⁽¹⁾	235,4	192,8	127,3	-	-	84,9%	22,1%
Crédito Pessoal	3.033,0	2.852,3	2.605,9	2.367,7	28,1%	16,4%	6,3%
Crédito Consignado ⁽²⁾	20.630,7	21.060,0	20.882,4	19.266,4	7,1%	-1,2%	-2,0%
Outros ⁽⁴⁾	1.091,9	830,8	798,3	622,1	75,5%	36,8%	31,4%
Pessoa Jurídica	10.001,7	9.451,9	9.098,7	8.257,6	21,1%	9,9%	5,8%
Aquisição de Bens	239,1	260,1	244,8	260,2	-8,1%	-2,3%	-8,1%
Cartão de Crédito à vista e Débito	215,1	215,3	206,8	153,8	39,9%	4,0%	-0,1%
Cartão de Crédito Rotativo/Parcelado	36,4	34,6	30,2	30,8	18,2%	20,5%	5,3%
Capital de Giro	6.136,0	5.825,2	5.999,0	6.440,9	-4,7%	2,3%	5,3%
Conta Empresarial	353,4	361,2	303,4	354,8	-0,4%	16,5%	-2,2%
Conta Única ⁽³⁾	2.065,0	1.865,8	1.512,1	179,1	-	36,6%	10,7%
Desconto de Recebíveis	171,6	164,1	152,6	25,4	576,9%	12,4%	4,5%
Outros ⁽⁴⁾	785,0	725,5	649,8	812,7	-3,4%	20,8%	8,2%
Total	39.248,5	38.606,4	37.677,8	34.085,7	15,1%	4,2%	1,7%

(1) Linha de crédito iniciada no terceiro trimestre de 2024. (2) A partir de 2025, no âmbito da Resolução CMN nº 4.966/21, o custo de originação das operações de crédito consignado passaram a ser incluídas no crédito consignado. (3) Linha de crédito iniciada no segundo trimestre de 2024. (4) Inclui Renegociação de dívidas.

O crédito comercial PF, composto por linhas de menor risco, alcançou R\$29.246,8 milhões em junho de 2025, apresentando elevação de 13,2% ou R\$3.418,7 milhões em relação a junho de 2024, face em especial ao aumento do crédito consignado, crédito pessoal, cartão de crédito rotativo/parcelado e renegociação de dívidas. Frente a dezembro de 2024, demonstrou crescimento de 2,3% ou R\$667,7 milhões, refletindo, especialmente, o incremento do crédito pessoal, renegociação de dívidas e do cartão de crédito rotativo/parcelado, minimizado, em parte, pela redução do crédito consignado. Na comparação com março de 2025, o crédito comercial PF demonstrou relativa estabilidade.

Composição do Crédito Consignado - R\$ Milhões

	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024	Jun 2024	Jun2025/ Jun2024	Jun2025/ Dez2024	Jun2025/ Mar2025
Rede de Agências	14.092,5	14.362,2	14.168,7	12.555,9	12,2%	-0,5%	-1,9%
Correspondentes	6.538,2	6.697,7	6.713,7	6.710,5	-2,6%	-2,6%	-2,4%
Total	20.630,7	21.060,0	20.882,4	19.266,4	7,1%	-1,2%	-2,0%

O crédito comercial PJ totalizou R\$10.001,7 milhões em junho de 2025, apresentando elevação de 21,1% ou R\$1.744,1 milhões em relação a junho de 2024, refletindo, principalmente, o aumento nas operações de conta única, que teve início da comercialização no 2T2024, minimizado em parte pela redução do capital de giro, face a redução nas linhas de crédito com fundos garantidores. Frente a dezembro de 2024 e março de 2025,

demonstrou crescimento de 9,9% ou R\$903,0 milhões e 5,8% ou R\$549,8 milhões respectivamente, face, em especial, ao incremento nas operações de conta única e do capital de giro.

Créditos Especializados

O saldo em crédito rural, R\$13.372,2 milhões em junho de 2025, que representa 20,9% do total de ativos de crédito, apresentou expansão de 8,6% ou R\$1.060,4 milhões na comparação com junho de 2024, redução de 2,4% ou R\$329,0 milhões em relação a dezembro de 2024 e de 2,4% ou R\$326,5 milhões frente a março de 2025.

O crédito imobiliário, R\$6.552,1 milhões em junho de 2025, apresentou aumento de 5,7% ou R\$354,3 milhões em relação a junho de 2024 e relativa estabilidade frente a dezembro de 2024 e março de 2025. A carteira de crédito imobiliário representava 10,2% do total de operações de crédito em junho de 2025.

O saldo de financiamentos de longo prazo atingiu R\$2.365,7 milhões em junho de 2025, com incremento de 446,4% ou R\$1.932,7 milhões na comparação com junho de 2024, aumento de 27,6% ou R\$511,6 milhões frente a dezembro de 2024 e de 6,7% ou R\$149,4 milhões na comparação com março de 2025.

A carteira de câmbio alcançou R\$2.320,6 milhões em junho de 2025, com elevação de 51,1% ou R\$785,2 milhões na comparação com junho de 2024, de 9,7% ou R\$204,6 milhões em relação a dezembro de 2024 e de 5,0% ou R\$110,9 milhões frente a março de 2025.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito à pessoa jurídica totalizaram R\$15.121,2 milhões em junho de 2025, compondo 23,6% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 60,3% estão alocados em crédito às médias, pequenas e microempresas.

As operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram elevação de 31,1% ou R\$3.583,7 milhões na comparação com junho de 2024, refletindo principalmente o aumento no crédito às médias e grandes empresas. Frente a março de 2025, as operações de crédito aplicadas na PJ apresentaram incremento de 1,2% ou R\$181,3 milhões, motivado em especial pelo crescimento no crédito às grandes empresas.

Composição do Crédito por Porte de Empresas - R\$ Milhões

	Jun 2025			Mar 2025			Jun 2024			Variação Saldo	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Jun2025/ Jun2024	Jun2025/ Mar2025
Grandes Empresas	5.997,8	39,7%	9,4%	5.850,4	39,2%	9,2%	4.649,7	40,3%	8,5%	29,0%	2,5%
Médias/Pequena/Micro	9.123,5	60,3%	14,3%	9.089,6	60,8%	14,3%	6.887,9	59,7%	12,6%	32,5%	0,4%
Médias Empresas	5.711,1	37,8%	8,9%	5.653,3	37,8%	8,9%	3.891,2	33,7%	7,1%	46,8%	1,0%
Pequenas Empresas	2.849,4	18,8%	4,5%	2.916,7	19,5%	4,6%	2.522,4	21,9%	4,6%	13,0%	-2,3%
Microempresas	562,9	3,7%	0,9%	519,6	3,5%	0,8%	474,3	4,1%	0,9%	18,7%	8,3%
Total	15.121,2	100%	23,6%	14.940,0	100,0%	23,5%	11.537,6	100,0%	21,1%	31,1%	1,2%

Porte segregado segundo faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas empresas até R\$400 mil, Médias empresas até R\$25 milhões, Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

O volume concedido em ativos de crédito no 1S2025, R\$26.583,0 milhões, apresentou crescimento de 12,0% ou R\$2.846,2 milhões frente ao volume concedido no mesmo período de 2024, refletindo, especialmente, o aumento do volume concedido na carteira de crédito comercial pessoa jurídica.

Na comparação entre o 2T2025 e o 2T2024, o volume concedido em crédito demonstrou elevação de 5,7% ou R\$729,9 milhões e de 2,3% ou R\$304,1 milhões frente ao 1T2025, influenciado principalmente pelo crescimento do volume concedido no crédito comercial pessoa jurídica, minimizado pela redução no volume concedido no crédito rural e comercial pessoa física.

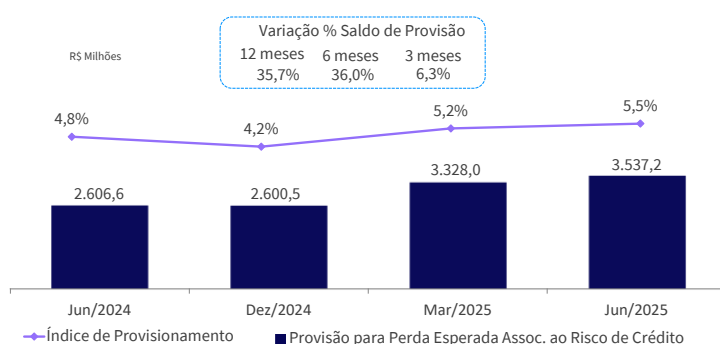
Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento - R\$ Milhões

	1S2025	1S2024	2T2025	1T2025	2T2024	1S2025/ 1S2024	2T2025/ 2T2024	2T2025/ 1T2025
Câmbio	1.673,1	1.198,6	938,4	734,7	649,7	39,6%	44,4%	27,7%
Comercial ⁽¹⁾	21.361,6	18.795,9	10.966,8	10.394,8	9.946,3	13,7%	10,3%	5,5%
Pessoa Física	12.455,8	12.623,9	6.124,5	6.331,2	6.605,6	-1,3%	-7,3%	-3,3%
Pessoa Jurídica	8.905,9	6.172,1	4.842,3	4.063,6	3.340,7	44,3%	44,9%	19,2%
Financiamento de Longo Prazo	380,7	117,8	116,8	263,8	76,9	223,0%	51,9%	-55,7%
Imobiliário	385,8	612,0	168,5	217,3	297,5	-37,0%	-43,4%	-22,5%
Rural	2.781,9	3.012,6	1.253,1	1.528,8	1.743,3	-7,7%	-28,1%	-18,0%
Total	26.583,0	23.736,9	13.443,6	13.139,5	12.713,6	12,0%	5,7%	2,3%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Qualidade da carteira de crédito

Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito



O saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito alcançou R\$3.537,2 milhões em junho de 2025, com crescimento de 35,7% ou R\$930,6 milhões na comparação com junho de 2024 e de 36,0% ou R\$936,7 milhões frente a dezembro de 2024, refletindo o aumento das operações em atraso e da carteira de crédito, bem como a adoção dos critérios constantes na Resolução CMN nº 4.966/21, que substituiu o modelo

de provisão para perdas esperadas, Resolução CMN nº 2.682/99, de rating: “AA” até “H” para Estágios: Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3, a partir de 2025.

Em relação a março de 2025, o saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito demonstrou elevação de 6,3% ou R\$209,2 milhões, em um contexto de relativa estabilidade das operações em atraso e da carteira de crédito.

Composição da Carteira de Crédito por Estágios

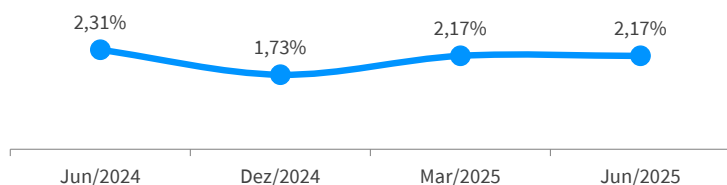
Operações de Crédito segregadas por Estágios - R\$ Milhões

	Carteira de Crédito	Provisão*
Estágio 1	59.860,0	1.039,3
Estágio 2	757,8	158,8
Estágio 3	3.400,5	2.194,0
Total	64.018,3	3.392,0

*Refere-se à provisão sobre as operações de crédito concedidas.

As operações de crédito de estágio 1, que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não possuem parcelas vencidas a mais de 30 dias, segundo normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, representam 93,5% da carteira de crédito em junho de 2025.

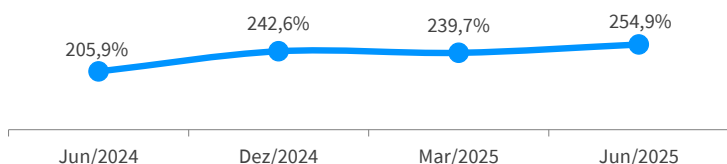
Índice de Inadimplência



O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas acima de 90 dias até 2024 e a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas entre 90 e 360 dias, em relação ao volume total de operações de crédito ativas. O indicador de inadimplência de junho 2025, 2,17%

das operações de crédito, apresentou redução de 0,14 p.p. em doze meses, aumento de 0,44 p.p. em seis meses e estabilidade em três meses. O saldo de operações de crédito vencidas entre 90 e 360 dias alcançou R\$1.387,7 milhões em junho de 2025, com crescimento de 9,6% ou R\$121,5 milhões na comparação com junho de 2024, de 29,5% ou R\$315,7 milhões frente a dezembro de 2024 e relativa estabilidade em relação a março de 2025.

Índice de Cobertura



O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, modelo substituído pela Resolução CMN nº4.966/21, e o saldo das operações vencidas acima de 90 dias até 2024 e a

a partir de 2025, para critérios de comparabilidade, vencidas entre 90 e 360 dias, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência. O índice de cobertura das operações em atraso de junho de 2025, 254,9%, apresentou elevação de 49,0 p.p. em relação a junho de 2024, de 12,3 p.p. frente a dezembro de 2024 e crescimento de 15,2 p.p. na comparação com março de 2025, refletindo em todos os períodos, principalmente, o aumento do saldo de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em maior proporção que o aumento de operações de crédito em atraso.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, e os recursos administrados alcançaram R\$123.982,0 milhões em junho de 2025, com crescimento de 11,7% ou R\$13.020,7 milhões em doze meses, de 6,8% ou R\$7.852,7 milhões frente a dezembro de 2024 e de 4,8% ou R\$5.707,8 milhões em relação a março de 2025, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento dos depósitos, dos recursos em letras e dos recursos administrados, minimizado pela redução da dívida subordinada. O Banco oferece produtos prefixados e pós-fixados para os clientes, dentro dessas modalidades de produtos, 71,4% são pós-fixados, com remuneração atrelada ao DI.

Composição de Recursos Captados e Administrados por Produto - R\$ Milhões

	Jun 2025	Mar 2025	Dez 2024	Jun 2024	Jun2025/ Jun2024	Jun2025/ Dez2024	Jun2025/ Mar2025
Depósitos	92.711,9	88.421,1	88.194,9	85.066,9	9,0%	5,1%	4,9%
Depósitos à Vista	2.812,0	2.841,9	4.387,0	3.879,5	-27,5%	-35,9%	-1,1%
Depósitos de Poupança	11.201,6	11.141,3	11.402,3	11.543,0	-3,0%	-1,8%	0,5%
Depósitos Interfinanceiros	2.062,5	1.807,9	1.697,1	2.144,6	-3,8%	21,5%	14,1%
Depósitos a Prazo	66.546,4	63.828,3	62.213,9	58.840,8	13,1%	7,0%	4,3%
Depósitos Judiciais e Administrativos	9.852,5	8.572,1	8.221,1	8.387,7	17,5%	19,8%	14,9%
Outros Depósitos	236,9	229,7	273,4	271,3	-12,7%	-13,4%	3,1%
Recursos em Letras	9.742,8	8.359,1	7.358,3	6.826,6	42,7%	32,4%	16,6%
Letras Financeiras ⁽¹⁾	3.114,6	2.206,3	1.547,8	1.328,6	134,4%	101,2%	41,2%
Letras de Crédito Imobiliário	3.021,1	2.730,6	2.580,6	2.003,8	50,8%	17,1%	10,6%
Letras de Crédito do Agronegócio	3.607,1	3.422,2	3.229,8	3.494,2	3,2%	11,7%	5,4%
Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.663,3	1.723,4	1.880,7	1.683,3	-1,2%	-11,6%	-3,5%
Total Recursos Captados	104.118,0	98.503,6	97.433,9	93.576,8	11,3%	6,9%	5,7%
Recursos Administrados	19.864,0	19.770,6	18.695,4	17.384,5	14,3%	6,3%	0,5%
Total Recursos Captados e Admin.	123.982,0	118.274,2	116.129,2	110.961,3	11,7%	6,8%	4,8%

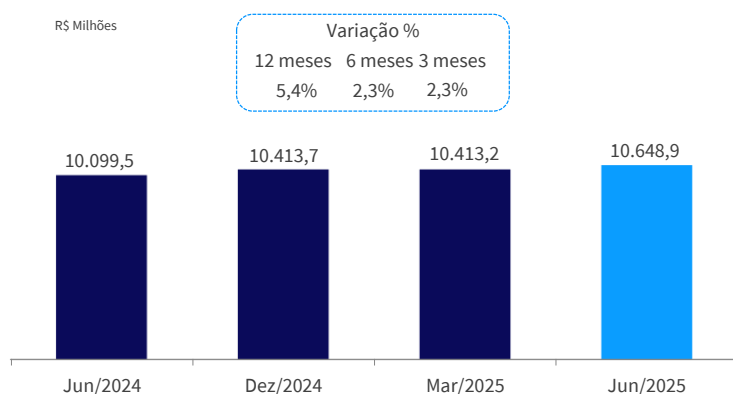
(1) Inclui Letras Financeiras Subordinadas. (2) Refere-se à captação externa subordinada.

Depósitos - os depósitos de junho de 2025 apresentaram crescimento de 9,0% ou R\$7.645,0 milhões frente a junho de 2024, de 5,1% ou R\$4.517,0 milhões na comparação com dezembro de 2024 e de 4,9% ou R\$4.290,8 milhões em relação a março de 2025, refletindo, principalmente, a ampliação dos depósitos a prazo. Os depósitos a prazo, R\$66.546,4 milhões em junho de 2025, representam 63,9% dos recursos captados, sendo o principal instrumento de captação do Banco.

Recursos em Letras - os recursos em letras de junho de 2025 apresentaram aumento de 42,7% ou R\$2.916,2 milhões em doze meses, de 32,4% ou R\$2.384,6 milhões frente a dezembro de 2024 e de 16,6% ou R\$1.383,7 milhões na comparação com março de 2025, trajetórias influenciadas, principalmente, pelo incremento do saldo das letras financeiras e das letras de crédito imobiliário.

Dívida Subordinada - a dívida subordinada de junho de 2025 apresentou redução de 1,2% ou R\$20,1 milhões em doze meses, de 11,6% ou R\$217,4 milhões frente a dezembro de 2024 e de 3,5% ou R\$60,1 milhões na comparação com março de 2025, refletindo, principalmente, a variação cambial e marcação a mercado ocorrida nos períodos.

Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido - PL do Banrisul totalizou R\$10.648,9 milhões ao final de junho de 2025, com crescimento de 5,4% ou R\$549,4 milhões em relação a junho de 2024 e de 2,3% ou R\$235,2 milhões frente a dezembro de 2024, influenciado, especialmente, pela incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas

Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Na comparação com março de 2025, o PL de junho de 2025 apresentou elevação de 2,3% ou R\$235,7 milhões refletindo, principalmente, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio, o provisionamento de dividendos e a remensuração do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)).

Índice de Basileia

As Resoluções nº 4.955/21 e 4.958/21 do Bacen determinam que a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tenha como base o Conglomerado Prudencial. O Índice de Basileia - IB mede a relação entre a soma do Capital de Nível I - CNI e do Capital de Nível II - CNII e o total dos ativos ponderados pelo risco calculados para a data-base. A manutenção dos Índices de Capital acima dos níveis definidos pelo regulador busca proteger o Banrisul em caso de eventos de estresse.

A Gestão de Capital busca potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, além de garantir a solvência da Instituição. O Patrimônio de Referência - PR encerrou junho de 2025 em R\$11.759,4 milhões, contra R\$10.911,9 milhões em junho de 2024 e R\$11.582,5 milhões em março de 2025. Para este período de apuração, o PR é composto pela soma do Capital de Nível I, R\$9.639,8 milhões, e do Capital de Nível II, R\$2.119,7 milhões. A variação do PR foi de R\$847,6 milhões e R\$177,0 milhões, no comparativo com junho de 2024 e março de 2025, respectivamente.

Em 30 de junho de 2025, o Índice de Basileia atingiu 16,2%, 5,7 p.p. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%). Para este mesmo período, o Índice de Capital Principal

e o Índice de Nível I são iguais e encerraram o período em 13,3%, sendo, respectivamente, 6,3 p.p. e 4,8 p.p. acima do mínimo regulatório. Em relação a junho de 2024, o IB reduziu 2,3 p.p. e 0,4 p.p. na comparação com março de 2025. A seguir são apresentadas as variações do PR.

Variações do Patrimônio de Referência

Variação PR Jun2025 x Jun2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Derivativos	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
847,6	687,8	59,3	119,0	(135,7)	42,8	74,2

Variação PR Jun2025 x Mar2024	Resultado após JSCP	Avaliação Patrimonial e TVM	Ajuste Derivativos	Ajustes Prudenciais	Nível II	Outras Variações
177,0	287,6	(52,3)	6,0	24,2	(41,7)	(46,7)

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava em dezembro de 2024 (última data base divulgada pelo Bacen) a 12ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional - SFN, 14ª posição em patrimônio líquido, 12ª posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 6ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Bacen, excluindo o BNDES.

Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Mar 2025	Mar 2024	Dez 2024	Dez 2023
Depósitos à Vista	0,9257%	1,0193%	27,2557%	33,8540%
Depósitos de Poupança	1,1092%	1,1281%	11,9778%	12,4895%
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2,3156%	2,1699%	44,8365%	35,4743%
Operações de Crédito	0,9872%	0,9129%	18,9524%	20,0631%
Nº de Agências	3,1421%	2,9580%	34,3545%	32,9140%

(1) Data base: dezembro 2024 e dezembro 2023; última informação divulgada pelo Bacen.

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao primeiro semestre de 2025, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

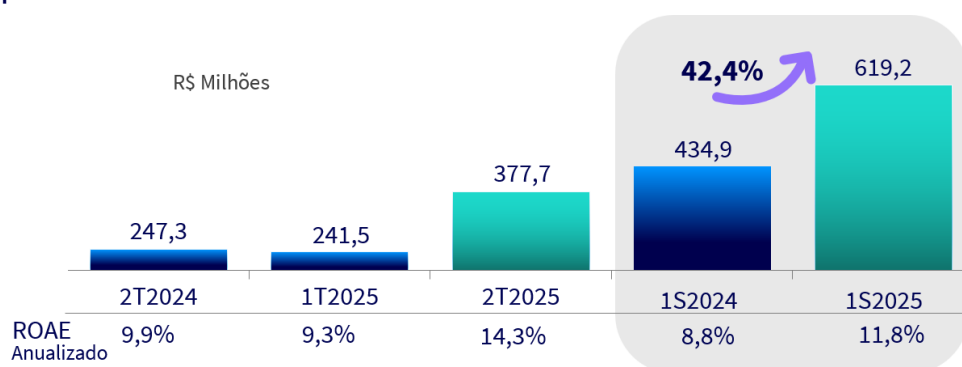
Cenário Econômico

O cenário econômico global em 2025 tem sido marcado por um aumento das incertezas, com destaque para os impactos das novas políticas tarifárias dos Estados Unidos (EUA). Nesse contexto, o crescimento econômico mundial deve desacelerar para 2,5% em 2025 (vs. 2,9% em 2024). EUA, China e zona do euro mostram sinais de moderação. Em contrapartida, a Argentina surpreende positivamente, com crescimento acima de 4%, o que pode beneficiar as exportações brasileiras, especialmente as do Rio Grande do Sul.

No Brasil, a economia mostra resiliência, em que pese alguma expectativa de desaceleração, com previsão de crescimento de 2,1% em 2025 (vs. 3,4% em 2024). O setor agropecuário, impulsionado por uma safra recorde no primeiro trimestre, provavelmente encerrará 2025 com forte crescimento em relação ao ano anterior. Já a indústria, que estimamos possa se expandir próximo de 2,0% ante 2024, deve refletir a desaceleração em bens de consumo não duráveis. Ainda, o setor de serviços deve crescer 1,8%, abaixo de 2024, refletindo impactos defasados e graduais de uma política monetária restritiva. A inflação elevada, pressionada pela desvalorização cambial de 2024, pelo impulso fiscal e pela resiliência da atividade econômica e do mercado de trabalho doméstico, levou o Banco Central (Bacen) a adotar uma política monetária restritiva, com a taxa Selic definida em 15,0% ao ano a partir de junho.

No Rio Grande do Sul, no primeiro trimestre de 2025 o PIB cresceu 1,3% em relação ao trimestre anterior, desempenho semelhante ao da média nacional. O destaque foi a agropecuária, com alta de 27,3%, impulsionada pelas produções de arroz, milho, fumo e uva, apesar da queda na soja. A indústria teve leve crescimento de 0,2%, enquanto o setor de serviços registrou retração. Na comparação com o mesmo período de 2024, o PIB estadual cresceu 1,8%, abaixo dos 2,9% da economia brasileira. O mercado de crédito apresentou crescimento interanual de 15,7%, acima da média nacional de 11,8%. Esse avanço foi impulsionado principalmente pelas concessões às empresas (+19,0%) e também pelo aumento do crédito às famílias (+14,1%). A taxa média de inadimplência no Estado avançou para 3,0% e, apesar da expansão, permanece abaixo da média nacional de 3,5%.

Desempenho Consolidado

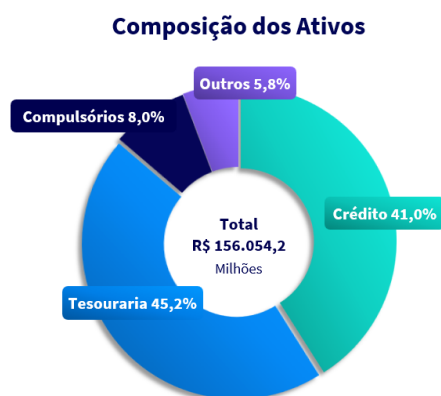


O lucro líquido no 1S2025 totalizou R\$619,2 milhões, crescimento de 42,4% ou R\$184,3 milhões frente ao 1S2024. A variação no exercício reflete especialmente: (i) o incremento da margem financeira, (ii) as perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, (iii) o crescimento das receitas de prestação de serviços, (iv) o moderado aumento das despesas administrativas, (v) o resultado favorável de outras receitas e despesas operacionais e (vi) o consequente efeito tributário.

A riqueza gerada pelo Banrisul no 1S2025, medida pelo conceito de valor adicionado, totalizou R\$2.440,5 milhões, dos quais 47,1% foram destinados ao pagamento de pessoal, 26,8% ao pagamento de impostos,

taxas e contribuições, 25,4% à remuneração de capitais próprios e 0,7% à remuneração de capitais de terceiros.

O patrimônio líquido alcançou R\$10.648,9 milhões no final de junho de 2025, 2,3% superior a dezembro de 2024, refletindo, em especial, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre capital próprio e o provisionamento de dividendos, a remensuração do passivo atuarial referente aos benefícios pós-emprego (CPC33(R1)) e a adoção inicial dos requerimentos que constam nas Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21 do CMN. O total em ativos alcançou R\$156.054,2 milhões em junho de 2025, crescimento de 5,9% frente a dezembro de 2024. As aplicações em tesouraria totalizaram R\$70.510,2 milhões em junho de 2025, incremento de 13,7% frente a dezembro de 2024.



Produtos e Serviços

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$64.018,3 milhões em junho de 2025, alta de 3,2% frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo em crédito comercial, financiamentos de longo prazo e carteira de câmbio. O crédito comercial, nossa maior carteira, totalizou R\$39.144,9 milhões, e corresponde a 61,1% do total de operações de crédito.

Ao longo do segundo trimestre de 2025 mantivemos nosso compromisso com a inovação e a proximidade com os clientes, promovendo avanços significativos no portfólio de crédito através de iniciativas que refletem a busca contínua por soluções mais acessíveis, modernas e alinhadas às necessidades dos diferentes perfis de clientes, tanto no segmento de pessoas físicas quanto jurídicas.

No segmento Pessoa Física reabrimos o CDC Educação - linha de crédito voltada ao financiamento de cursos de graduação. Acompanhando o mercado, passamos a oferecer o Crédito Consignado CLT tanto na rede de agências quanto de forma digital, via App Banrisul ou aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, ampliando nossa atuação no segmento de consignado.

No segmento Pessoa Jurídica, a Conta Única Banrisul (limite de crédito rotativo e recorrente, gerenciado pelo próprio empresário) mantém sua posição de destaque como principal produto voltado às empresas. No portfólio de crédito, no 2T2025 implementamos uma nova modalidade de capital de giro flexível e multigarantias para empresas de todos os portes, que conta com opção de pagamento parcelado ou em parcela única e que permite a composição de diferentes garantias em uma mesma operação.

Possuímos o compromisso de propiciar meios que impulsionem a economia do nosso Estado, oferecendo linhas de fomento ao desenvolvimento com recursos do BNDES, voltadas a projetos que estimulem a expansão da indústria e a geração de emprego e renda, contribuindo de forma concreta para o fortalecimento da economia e o futuro do Rio Grande do Sul.



No agronegócio, o primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente desafiador no Rio Grande do Sul devido à estiagem severa registrada nos primeiros meses, que comprometeu a produtividade principalmente da cultura da soja. Trabalhamos para viabilizar a prorrogação excepcional de parcelas de custeio, autorizadas pela Resolução CMN n.º 5.220/25, e implementamos ações complementares como a recontração de operações para clientes adimplentes, visando manter a liquidez do segmento, garantir a próxima safra e apoiar a retomada sustentável da produção agropecuária. Seguimos oferecendo linhas de crédito com recursos equalizados, com liberações no montante de R\$1,3 bilhão no 2T2025 principalmente para custeio e pré-custeio. Mesmo diante de um cenário adverso mantivemos nosso compromisso com a gestão prudente do crédito rural, observando os princípios de seletividade, segurança e rentabilidade, reforçando nossa atuação como agente promotor do desenvolvimento do agronegócio gaúcho, com responsabilidade e aderência às melhores práticas de governança.



Com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade financeira, reestruturamos nossa área de cobrança de ativos financeiros e criamos o projeto “Finanças em Dia”: uma iniciativa institucional com foco na redução da inadimplência e no fortalecimento da saúde financeira desses ativos. Como parte desse movimento, no segundo trimestre disponibilizamos uma nova solução digital simples, transparente e eficaz voltada à renegociação de dívidas e ao apoio na organização financeira pessoal de nossos clientes.

A iniciativa, além de oferecer autonomia e praticidade para que o cliente resolva sua situação financeira diretamente pelo app, também se traduz na redução de custos operacionais e contribui significativamente para a recuperação de créditos, que no 1S2025 alcançou R\$217,0 milhões.

Soluções em Câmbio

Trabalhamos com soluções completas em câmbio para pessoas físicas e jurídicas, como Conta Internacional, Câmbio Pronto, Cartas de Crédito e Financiamentos à Importação e Exportação.

Nossa carteira de câmbio tem apresentado um desempenho notável, refletido no crescimento expressivo de 51,1% em comparação a junho de 2024 e de 9,7% em comparação a dezembro de 2024. Esse crescimento foi impulsionado pela expansão da atuação comercial e pelo aumento significativo nas operações de câmbio pronto, cujo volume foi de R\$9,1 bilhões - R\$3,0 bilhões a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. A qualidade da carteira fica evidente pelo baixo índice de inadimplência que se manteve em 0,15%, reflexo do cuidado na gestão, atendimento personalizado e profundo conhecimento dos negócios dos clientes. O desempenho reforça o compromisso do Banrisul com a inovação e com o apoio à forte vocação exportadora do Rio Grande do Sul.

Carteira de câmbio



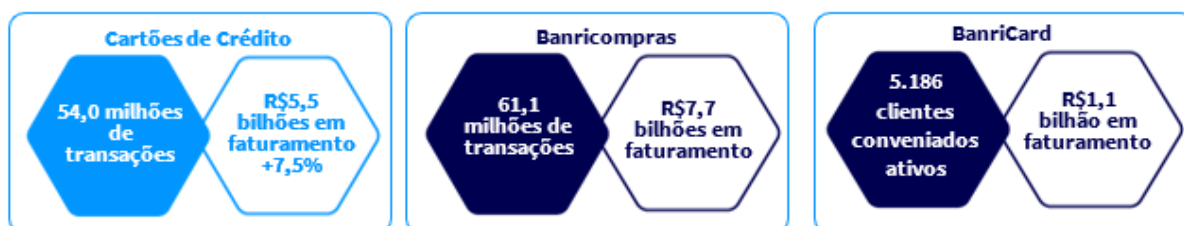
Para outras informações sobre a nossa carteira de crédito, acesse o relatório Análise de Desempenho.

Recursos Captados e Administrados

No 1S2025, o saldo dos recursos captados e administrados alcançou R\$123.982,0 milhões, com crescimento de 6,8% em relação a dezembro de 2024, alavancado especialmente pela captação em depósitos a prazo, depósitos judiciais e administrativos e letras financeiras. O CDB Progressivo Pré, lançado no primeiro trimestre de 2025, destacou-se com crescimento de 128,4% em relação ao trimestre anterior, chegando ao saldo de R\$974,0 milhões ao final de junho. As captações em LCI e LCA cresceram 17,1% e 11,7% respectivamente em relação a dezembro de 2024, e a captação em Letras Financeiras, incluindo subordinadas, cresceu 101,2% no mesmo período.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,4 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de junho de 2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$441,5 milhões no 1S2025.



Ao longo do 1S2025 mantivemos vantagens nos cartões de crédito como a isenção de anuidade e de mensalidade da Tag Banisul, em parceria com a Veloe, reforçando nosso compromisso com a valorização dos clientes. Com foco na fidelização de clientes e no posicionamento do Banriclub em oferecer vantagens personalizadas, em abril lançamos a funcionalidade “Crédito em Fatura”: clientes pessoa física com cartões Mastercard e Visa (Gold, Platinum, Black e Infinite) passaram a poder converter seus pontos acumulados em valores monetários, creditados diretamente na fatura do cartão. Para aprimorar a experiência digital do

cliente, o Banricompras passou a contar com um extrato detalhado no app, que permite ao cliente visualizar suas compras de forma detalhada e acompanhar a previsão de gastos futuros.



O Banricompras também tem se destacado como solução de pagamento para pessoas jurídicas, com limites para compras pré-datadas e parceladas que podem substituir os pagamentos com boleto ou cartão de crédito, diferenciando-se pelos prazos flexíveis e parametrizáveis: os pagamentos podem ser diluídos ao longo do mês, evitando picos de despesas e integrando uma excelente ferramenta de gestão de fluxo de caixa.

Consórcio

Oferecemos soluções completas em consórcio para aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola e veículos pesados, com segurança, credibilidade e atendimento presencial e digital. No 1S2025 foram contempladas 5.874 cotas nas modalidades de veículos e imóveis.



No mesmo período lançamos o grupo de imóveis voltado ao público de alta renda e perfil investidor - Clube do Milhão, obtendo ótimo resultado a partir de uma estratégia comercial com planejamento e integração entre as áreas da empresa, reforçando o protagonismo da instituição no setor de consórcio imobiliário como alternativa de investimento patrimonial.

Rede de Adquirencia Vero

A Vero encerrou o 1S2025 com 146,2 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 277,2 milhões de transações, incremento de 3,2% em relação ao 1S2024, sendo 192,1 milhões com cartões de débito e 85,1 milhões com cartões de crédito. O volume financeiro transacionado totalizou R\$25,6 bilhões, refletindo crescimento de 6,2% frente ao mesmo período do ano anterior, sendo R\$13,6 bilhões com cartões de débito e R\$12,0 bilhões com cartões de crédito. A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$5,2 bilhões no 1S2025 representando 40,6% do volume passível de antecipação, 20,9% superior ao 1S2024.



Seguridade

Nosso segmento de seguros e previdência privada possui produtos pensados para assegurar o futuro e a tranquilidade de nossos clientes e seus familiares. No primeiro semestre, avançamos significativamente na estratégia de crescimento, com iniciativas voltadas à melhoria da experiência do cliente e ao fortalecimento da força de venda. Entre os destaques do período estão as melhorias nas jornadas de contratação e pagamento com a ampliação das funcionalidades via aplicativo, incluindo a contratação digital e novas opções de pagamento via Pix e cartão de crédito, e o desenvolvimento de ferramentas comerciais para apoiar nossos colaboradores na geração de novos negócios, incluindo um guia prático com argumentos estratégicos para superar resistências e aumentar a conversão em vendas.

A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e títulos de capitalização alcançou R\$1,2 bilhão no 1S2025. As receitas totais atingiram R\$191,7 milhões; destas, as receitas de comissões de corretagem corresponderam a R\$149,4 milhões, 4,9% maiores que no 1S2024. Em junho de 2025, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,4 milhões de contratos.

Relacionamento com o Cliente



Como parte da estratégia para expandir nossa carteira comercial, no primeiro semestre de 2025 inauguramos em Pelotas, Santa Cruz do Sul, Bento Gonçalves, São Leopoldo e na Zona Sul de Porto Alegre novos espaços Banrisul Empresas, destinados exclusivamente a negócios desse segmento com foco na especialização, eficiência e oferta de produtos e serviços, de maneira ágil e aderente ao segmento, reforçando a expansão da presença institucional em regiões com elevado potencial econômico.

Como diferencial do nosso relacionamento com empresários, o segmento oferece iniciativas inovadoras de colaboração com os clientes, como a **Consultoria Financeira Banrisul Empresas**: um conjunto de vantagens e serviços especializados e de forma integrada, destinados a micro e pequenas empresas para auxiliar no entendimento de suas contas e na melhoria contínua dos negócios. A consultoria conta com uma ferramenta de dados e diagnóstico financeiro do cliente com a qual criamos soluções personalizadas e estratégias de negócios através dos nossos produtos e serviços.

Paralelamente, o processo de otimização da rede de agências segue em ritmo consistente, mantendo a qualidade do atendimento nas localidades onde já foi implementado e fortalecendo ainda mais o pilar de estratégia de eficiência operacional.

Seguimos com a modernização dos equipamentos de autoatendimento (ATMs) e, no primeiro semestre, instalamos e disponibilizamos 117 ATMs Recicladores, que contam com tecnologia de recirculação local de cédulas, em estabelecimentos comerciais de várias cidades do RS e também em agências de Porto Alegre. Até o final desse ano serão ao todo mil equipamentos distribuídos em pontos externos e na rede de agências, que possibilitam transações de saques e depósitos online para mais de 150 bancos interligados à Rede Banco24Horas, ampliando a base de usuários e impulsionando a geração de receitas recorrentes de serviços bancários. Somos o 1º banco no Brasil a compartilhar nossa rede de autoatendimento.



Entre as opções de atendimento presencial, contamos ainda com 931 Banripontos em 67% dos municípios do RS. Essa rede tem se consolidado como canal estratégico para negócios como consórcios, crédito consignado e abertura de contas, com horários diferenciados e presença em áreas com baixa cobertura bancária ou pontos estratégicos urbanos. Em 2025, a meta é ampliar a cobertura para 100% dos municípios e diversificar o portfólio, reforçando o compromisso com a inclusão financeira e a capilaridade da marca.



926
Pontos de Atendimento



498
Agências

479 no Rio Grande do Sul
15 em Santa Catarina
4 em outros Estados

313 pontos de Atendimento eletrônico - PAEs
115 postos de Atendimento - PAs



931
banri
ponto

Nossa Ouvidoria analisa e busca a solução das demandas de clientes/usuários como atendimento complementar aos canais primários de atendimento.

Canais Digitais

Contamos com cinco canais digitais: Minha Conta, Afinidade e Office Mobile, disponíveis no aplicativo Banrisul; além do Office e do Home Banking, acessíveis via web. No 1S2025 todos os canais somaram 360,3 milhões de acessos, 11,1% superior ao mesmo período de 2024, resultando em uma média de 2,0 milhões de acessos diários. O total de operações realizadas por meio desses canais cresceu 14,4%, enquanto a quantidade de transações financeiras aumentou 11,4% e o volume transacionado teve alta de 15,3% na comparação com o 1S2024.

87,8% das operações no 1s2025 ocorreram em canais digitais

Nesse segundo trimestre mantivemos o foco na evolução da experiência dos clientes usuários dos nossos canais digitais com o desenvolvimento de novas funcionalidades no Aplicativo Banrisul. Além das melhorias na experiência em contratação de empréstimos implementadas no primeiro trimestre, disponibilizamos também a gestão de produtos de crédito e a possibilidade de amortização e quitação de contratos de financiamento imobiliário com recursos próprios. Na jornada Pix, disponibilizamos pagamentos para chaves internacionais.



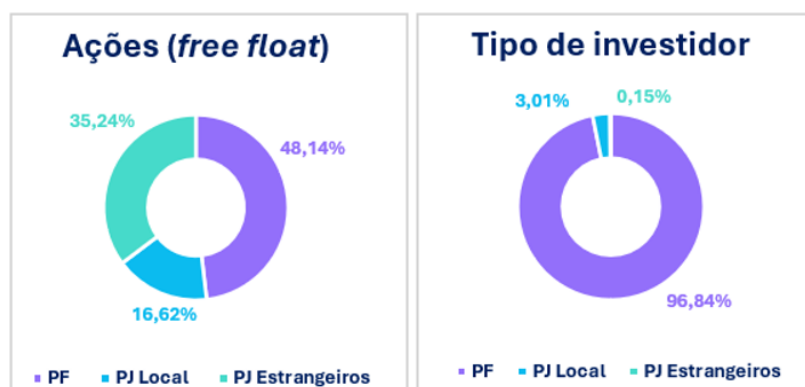
A expansão da marca Banrisul para todo o território nacional com a abertura da Conta Digital para pessoa física chegou a 200 mil novos clientes, e a abertura de conta digital para microempreendedores individuais (MEI) residentes no Rio Grande do Sul atraiu 1,7 mil novos clientes, contribuindo com o fortalecimento da carteira pessoa jurídica e com a jornada de transformação digital do Banrisul.

Governança Corporativa

Possuímos uma Governança Corporativa estabelecida, com atribuições bem definidas, que busca constantemente aprimorar os métodos, políticas e processos decisórios, alinhado às melhores práticas de mercado. Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 2007, o Banrisul atende integralmente aos requisitos desse nível de listagem e aspectos adicionais que são exigências para companhias com ações listadas no Novo Mercado, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando gerar valor aos acionistas e reforçar a credibilidade junto aos investidores e clientes.

Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#)).

Estrutura Acionária



Nossas ações são negociadas sob os tickers BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em oito índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total do Banrisul.

Nossa base acionária conta ainda com aproximadamente 146 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25%, respectivamente. A seguir apresentamos alguns indicadores de mercado:



Ratings Banrisul

O rating corporativo é uma avaliação da solidez financeira da instituição e de sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras. Neste quesito somos monitorados pelas três principais agências de classificação de risco de crédito do mercado: Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings.



Em abril de 2025, a agência Moody's Local Brasil elevou a nota de crédito do Banrisul para AA-, com perspectiva estável na escala local.

De acordo com o relatório publicado em 29 de abril de 2025, "A elevação dos ratings do Banrisul reflete o histórico de operações resilientes do banco, mesmo em meio a desafios regionais. Consideramos como pontos positivos a preservação dos níveis de capital elevados, mesmo diante de um crescimento relevante dos ativos, a manutenção do amplo acesso a captação de depósitos de seus clientes, ainda que os indicadores de rentabilidade permaneçam pressionados."

A seguir, apresentamos uma tabela com as notas de longo prazo atribuídas ao Banrisul:

	Banrisul (Escala Nacional)	Banrisul (Escala Global)	Brasil – Risco Soberano (Escala Global)
S&P	brAA+	BB-	BB
Fitch	AA+(BRA)	BB-	BB
Moody's	AA-.br	Ba3	Ba1

Todas as informações sobre ratings podem ser encontradas no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – [Seção Informações ao Mercado/ Ratings](#)).

Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) e, historicamente, remuneramos os acionistas com pagamento de JSCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido. No 1S2025 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$246,4 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando informações financeiras da Companhia, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas do Banrisul, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal Fale com o RI e Cadastre-se no *mailling* para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Gestão de Capital e de Risco



A Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos é revisada anualmente, e está disponível no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e os riscos aos quais o Banco está sujeito:

- Risco de Crédito: melhorias constantes no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada - RWACPAD;
- Risco de Mercado: no 2T2025 os processos de monitoramento não detectaram eventos ou crises que indicassem aumento do risco, tendo permanecido em níveis adequados de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS;
- Risco de Liquidez: no 2T2025 manteve-se controlado e os cenários projetados, inclusive de estresse, não apontaram ameaças relevantes;
- Risco Operacional: implementada a nova metodologia (RWAOPAD) baseada em dados contábeis e nas perdas líquidas e provisões referentes a eventos de risco, conforme Resolução BCB n.º 356/23;
- Riscos ESG (Ambientais, Sociais e Climáticos): Monitoramento da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

O índice de Basileia atingiu 16,2% em 30 de junho de 2025, 5,7 p.p. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%).

Investimento e Inovação

Trabalhamos permanentemente no ecossistema de inovações para proporcionar produtos e serviços que combinem qualidade, confiança e tecnologia, centrados na experiência do cliente.


Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$177,9 milhões no semestre, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura de TI e de Segurança Patrimonial.

Ações e Iniciativas

No 2T2025 lançamos o serviço BaaS, que promove a abertura tecnológica e amplia as fronteiras de acesso às nossas soluções financeiras digitais - etapa inicial de uma ampla estratégia de expansão do uso de nossas APIs (Interface de Programação de Aplicações) voltada à ampliação das oportunidades de negócios para clientes pessoa jurídica e empresas parceiras.

developers.banrisul.com.br

O novo Portal do Desenvolvedor foi redesenhado com foco em atender de forma mais eficiente às demandas de desenvolvedores de software e parceiros de negócio, consolidando-se como uma plataforma estratégica para integração de serviços como transferências via Pix, emissão de boletos e muito mais.





Nas soluções de pagamentos, fomos pioneiros na disponibilização do Pix Automático em nossos canais digitais desde novembro de 2024. Com a interoperabilidade bancária plena implementada pelo Bacen em junho de 2025, a solução passa a permitir o cadastramento de pagadores de qualquer instituição financeira, ampliando significativamente seu alcance e potencial de uso. O produto já permite integração via API, ideal para empresas que desejam incorporar a cobrança recorrente aos seus sistemas de gestão. Complementando o portfólio de meios de pagamento, o Pix Parcelado manteve o ritmo de contratações, atingindo mais de vinte mil clientes.

No avanço da estratégia de digitalização, lançamos no aplicativo a funcionalidade de simulação e parcelamento do saldo total do cartão de crédito. A solução, inicialmente voltada a clientes inadimplentes e posteriormente estendida aos adimplentes, permite maior autonomia na gestão financeira e teve adesão expressiva, resultando na duplicação do número de contratações até o final de junho em relação a março de 2025. A iniciativa exigiu o desenvolvimento de soluções tecnológicas robustas, com foco em estabilidade, escalabilidade e segurança operacional.

No App Banrisul, destacamos:

- Transformação da experiência do cliente com a reorganização e otimização de menus de Segurança, Configurações, Limites e Autorizações na tela inicial, bem como na área de Investimentos uma nova jornada mais simples, intuitiva e alinhada aos objetivos dos clientes;
- Nova jornada de contratação e gestão de empréstimos no aplicativo;
- Melhorias na jornada Pix com suporte a chaves internacionais;
- Melhorias em *onboarding* digital com a inclusão de novas camadas de segurança para a abertura de conta MEI; e
- App Vero Gestão, com novas funcionalidades para gestão de vendas e padronização de taxas para credenciados.

Como parte da estratégia de modernização e eficiência operacional, avançamos na implantação do projeto Colabora 365 (adoção da ferramenta Microsoft 365 para colaboração integrada entre as equipes) que se encontra em fase de expansão para todas as áreas da organização, com potencial de gerar ganhos expressivos em produtividade, colaboração, eficiência operacional e redução de custos com infraestrutura de TI.

Banritech

Em consonância com a cultura da inovação e transformação, o ciclo de aceleração de Startups 2025 - Banritech FLY - encerrou o 1S2025 com importantes resultados para nossas necessidades estratégicas internas. Por meio de workshops colaborativos com diversas áreas, mapeamento de problemas estratégicos e estudo de mais de quarenta propostas, seis foram selecionadas para o edital do programa, considerando critérios de relevância estratégica, aderência às áreas demandantes e potencial de inovação. São elas: Gestão de Imóveis, Performance Interna, Inteligência de Mercado, Agregador Financeiro PJ, Programa de Fidelidade e Garantia Tokenizada. O processo reforça nosso compromisso com a inovação e a busca por soluções que gerem impacto real no Banco.

Nos meses de abril e maio, integrantes da equipe participaram de eventos de inovação, GOV Tech Summit e Web Summit Rio, que lhes permitiram ampliar a rede de relacionamentos no ecossistema de inovação, bem como realizar *scouting* de startups que possam participar no ciclo de aceleração Banritech Fly.

Sustentabilidade

No âmbito da gestão social, ambiental e climática, destacamos a evolução da análise e diagnóstico da Carteira de Crédito Sustentável e a elaboração do Framework de Finanças Sustentáveis, documento que possibilita a captação de recursos para financiamentos com viés social ou ambiental. Estes projetos contaram com assessoria de consultoria técnica em Finanças Sustentáveis e possibilitam novas oportunidades de negócios, além do aprimoramento de produtos já existentes.

Em 2025, as ações do Banrisul foram incluídas no Índice Carbono Eficiente B3 (ICO2 B3), na carteira de janeiro a abril.

No 1S2025 concluímos o inventário de gases de efeito estufa (GEE) do Programa Brasileiro GHG (*Greenhouse Gas Protocol*) referente ao exercício de 2024, apuração que foi verificada por terceira parte externa e pelo qual recebemos, mais uma vez, o Selo Ouro. Comparado o ano de 2024 ao ano base 2020, reduzimos em 60,1% nossas emissões de escopos 1 (GEE mensurados na atividade direta) e 2 (emissões decorrentes do consumo de energia do Banco, considerando a abordagem de escolha de compra). Dentre as ações que contribuíram para a redução das emissões, destacamos a migração de 94 ambientes consumidores para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), processo iniciado em 2022 e que ao final do ano de 2024 alcançou cerca de 46% de toda energia consumida.

Pessoas

Reafirmamos nosso compromisso com a valorização contínua de nosso capital humano e com o desenvolvimento social por meio de políticas estruturadas de gestão de pessoas, educação corporativa e inclusão.



No segundo trimestre de 2025 lançamos um novo processo seletivo público para estagiários, promovendo oportunidades estratégicas de incorporação de ideias inovadoras alinhadas às transformações do mercado.

No mesmo período realizamos treinamentos presenciais e online com destaque para o programa Banrisul Nosso Jeito, que promove jornadas de desenvolvimento profissional em âmbito técnico e comportamental para todas as funções, incluindo lideranças, equipes comerciais e áreas técnicas. A educação corporativa é um de nossos recursos estratégicos para alcançar nosso propósito e objetivos, promover a cultura e reforçar os valores organizacionais.

Ações e Programas Culturais e Sociais



Nossas iniciativas refletem a estratégia de promover um ambiente de trabalho cada vez mais qualificado, inclusivo e alinhado às melhores práticas de responsabilidade social.

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais, como o Projeto Pescar, que atende jovens em situação de vulnerabilidade social; o Programa Jovem Aprendiz Legal voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho e viabilizado através de parcerias com instituições formadoras; e iniciativas de educação financeira por meio da plataforma Banrieduca, com ações presenciais em escolas, universidades e empresas.

No escopo da diversidade e acessibilidade, além de ações voltadas à conscientização sobre o autismo e orgulho LGBTQIAP+, contamos com 1.284 colaboradores habilitados em Libras.



Em junho/2025 anunciamos publicamente a proposta de criação do Banrisul Cultural, um braço institucional dedicado exclusivamente ao fomento, apoio e difusão de projetos culturais e sociais em todo o Estado, em uma iniciativa que tem como objetivo principal estimular a inclusão social, apoiar a formação de profissionais da área cultural, preservar o patrimônio histórico e

incentivar novas linguagens artísticas, consolidando nosso compromisso histórico com o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado, buscando sempre apoiar aqueles que tem capacidade de retornar valor à sociedade.

Reconhecimentos

Janeiro/2025.

Banrisul estreia na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3.

O Banrisul foi incluído, pela primeira vez, na 16ª carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 (IC02 B3), conforme detalhado no capítulo Sustentabilidade.

Março/2025.

Banrisul conquista Prêmio Ouvidorias Brasil pela quinta vez.

A Ouvidoria do Banrisul foi novamente reconhecida pela sua excelência no atendimento ao cliente ao conquistar o Prêmio Ouvidorias Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC). O Banco recebeu a premiação pela quinta vez na categoria Melhores Cases, com um projeto inovador voltado para a gestão de clientes vulneráveis. O prêmio reconhece empresas e profissionais que se destacam na inovação e excelência no atendimento por meio de suas ouvidorias, há mais de 20 anos.

Banrisul é a marca líder em Empresa Pública Gaúcha no Marcas de Quem Decide.

O Banrisul é a marca líder em Lembrança e Preferência dos executivos gaúchos na categoria Empresa Pública Gaúcha, além de obter destaque como a segunda empresa em Marca Símbolo da Retomada Econômica e a sexta companhia em Grande Marca Gaúcha do Ano, em ambos os quesitos. Os reconhecimentos integram a 27ª edição do Marcas de Quem Decide, promovido pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO). A instituição também está entre as cinco primeiras companhias em Lembrança e Preferência nas categorias Banco e Consórcio.



Abril/2025.

Moodys eleva o rating do Banrisul para AA-.br.

A agência de classificação Moody's Local Brasil elevou os ratings de emissor e de depósitos de longo prazo do Banrisul de A+.br para AA-.br. O rating de depósito de curto prazo foi reafirmado em ML A-1.br, com perspectiva estável, conforme descrito no capítulo Ratings Banrisul deste Relatório.

Banrisul conquista um dos prêmios mais importantes em gestão de pessoas do País.

O Banrisul conquistou o Prêmio ESARH – Doralício Siqueira 2025, na categoria Gestão Estratégica de Pessoas, concedido pela Associação Serrana de Recursos Humanos (ARH Serrana). O projeto premiado foi Programa de Integração Banrisul: Experiência de coprodução para acolher, orientar e inovar, tem como foco integrar novos colaboradores concursados, acolhendo e orientando sobre os valores, estratégias e negócios do Banco.



Banrisul é destaque no Top of Mind e reforça conexão com os gaúchos.

O Banrisul reafirmou sua força e conexão com a sociedade gaúcha ao conquistar posições de destaque na 35ª edição do Prêmio Top of Mind RS, a mais tradicional pesquisa de lembrança de marcas do Estado. Neste ano, a instituição alcançou o 1º lugar na categoria Banco e o 4º lugar na categoria Grande Empresa, confirmando sua relevância no setor financeiro e sua presença marcante na lembrança dos gaúchos.

Maio/2025.

Banrisul é destaque como um dos três agentes financeiros que mais concederam crédito na reconstrução do Estado devido aos eventos climáticos de 2024.

A premiação foi entregue pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante a 4ª edição do Evento de Reconhecimento dos Agentes Financeiros, realizada em São Paulo. O evento valorizou o papel das instituições parceiras na ampliação do crédito e de concessão de garantias no âmbito do modelo indireto do BNDES, sob a ótica de temas relevantes para a instituição: inovação, sustentabilidade, apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e ao setor de bens de capital, entre outros.

Fitch confirma ratings do Banrisul em BB- e AA+(bra), com perspectiva estável.

A Fitch Ratings confirmou os ratings do Banrisul de longo prazo e nacional de longo prazo, respectivamente em BB- e AA+(bra), com perspectiva estável. Segundo a agência, o Banrisul apresenta estabilidade do perfil de negócios, com controles de risco comparáveis aos dos bancos de grande porte, mantendo um perfil financeiro adequado. A Fitch ainda elevou o score do perfil de negócios do Banrisul de bb- para bb, reflexo do crescimento da receita operacional total e resiliência do Banco frente ao recente período de estresse. Para a agência de riscos, a instituição mantém um perfil equilibrado, com apetite moderado por risco. O Banrisul tem uma qualidade de ativos adequada, mantida mesmo após as enchentes de 2024, motivo pelo qual a Fitch elevou o score do banco gaúcho de b para b+.



O presidente da Fundação Theatro São Pedro, Antonio Hohlfeldt; o presidente do Banrisul, Fernando Lemos; e o presidente da Associação dos Amigos do Theatro São Pedro, José Roberto Goldim, durante a entrega da placa em homenagem ao Banrisul.

Banrisul recebe homenagem pelo patrocínio à programação de estreia do Teatro Simões Lopes Neto.

O Banrisul foi homenageado com a entrega de uma placa em reconhecimento ao patrocínio da programação de estreia do Teatro Simões Lopes Neto, em Porto Alegre. O ato foi realizado no próprio espaço e celebrou o encerramento da temporada inaugural que, entre março e maio, apresentou espetáculos de teatro, dança, circo e música. O Teatro integra o Multipalco Eva Sopher, que teve sua construção viabilizada pelo apoio do Banrisul desde o início das obras, em 2003.

Agradecimentos

O resultado obtido no período demonstra o acerto das ações que empreendemos. O desempenho positivo contou com a dedicação e empenho de nossos funcionários e a parceria de nossos clientes, investidores e fornecedores.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Individual	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	6	1.316.610	1.316.612
Ativos Financeiros		144.953.894	148.510.974
Ao Custo Amortizado		122.427.374	125.490.089
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	12.473.048	12.473.048
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	3.266.590	3.266.590
Títulos e Valores Mobiliários	9	42.989.743	42.998.161
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	64.004.273	64.018.274
Outros Ativos Financeiros	11	3.136.619	6.179.737
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.442.899)	(3.445.721)
(Operações de Crédito)	10	(3.391.659)	(3.392.042)
(Outros Ativos Financeiros)		(51.240)	(53.679)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		19.557.387	19.557.387
Títulos e Valores Mobiliários	12	19.557.387	19.557.387
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		2.969.133	3.463.498
Títulos e Valores Mobiliários	13	2.877.056	3.371.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	92.077	92.077
Ativos Fiscais		3.898.133	4.116.017
Correntes		218.245	356.226
Diferidos	15a	3.679.888	3.759.791
Outros Ativos	14	629.114	711.566
Investimentos		3.934.363	157.746
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	16	3.934.363	157.746
Imobilizado de Uso	17	688.997	866.104
Imobilizações de Uso		1.610.614	1.909.754
(Depreciação Acumulada)		(921.617)	(1.043.650)
Intangível	18	375.217	375.217
Ativos Intangíveis		1.909.614	1.911.063
(Amortização Acumulada)		(1.534.397)	(1.535.846)
Total do Ativo		155.796.328	156.054.236

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	Individual	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Passivos Financeiros		140.013.200	139.910.304
Ao Custo Amortizado		138.257.228	138.154.332
Depósitos	19	93.475.998	92.711.902
Captações no Mercado Aberto	19	23.816.027	23.698.954
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	10.116.348	9.286.453
Dívidas Subordinadas	19	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	19	2.421.038	2.425.019
Obrigações por Repasses	19	3.870.359	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	20	4.101.073	5.705.260
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.664.457	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	1.180	1.180
Dívidas Subordinadas	21	1.663.277	1.663.277
Provisão para Perda Esperada		91.515	91.515
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		86.013	86.013
Garantias Financeiras Prestadas		5.502	5.502
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	2.992.827	3.000.471
Passivos Fiscais		444.536	662.521
Correntes		142.918	347.025
Diferidos	15b	301.618	315.496
Outros Passivos	24	1.700.083	1.832.076
Total do Passivo		145.150.646	145.405.372
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		8.300.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		2.488.738	2.488.738
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		(148.154)	(148.154)
Participação de Não Controladores		-	3.182
Total do Patrimônio Líquido		10.645.682	10.648.864
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		155.796.328	156.054.236

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

		Individual	Consolidado
		01/01 a	01/01 a
	Nota	30/06/2025	30/06/2025
Receitas de Intermediação Financeira		10.046.254	10.084.664
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		5.265.717	5.265.717
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.028.934	4.067.344
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(276.248)	(276.248)
Resultado de Operações de Câmbio		231.300	231.300
Resultado das Aplicações Compulsórias		796.551	796.551
Despesas de Intermediação Financeira		(7.021.774)	(6.901.675)
Operações de Captação no Mercado		(6.609.131)	(6.488.850)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(412.643)	(412.825)
Resultado de Intermediação Financeira		3.024.480	3.182.989
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(518.281)	(519.083)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(603.343)	(603.399)
Outros Instrumentos Financeiros		85.062	84.316
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(1.858.981)	(1.836.689)
Receitas de Prestação de Serviços	26	504.446	1.046.943
Despesas de Pessoal	27	(1.303.833)	(1.314.131)
Outras Despesas Administrativas	28	(986.405)	(1.045.362)
Despesas Tributárias		(202.146)	(281.273)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	16	397.089	46.127
Outras Receitas Operacionais	29	284.315	337.336
Outras Despesas Operacionais	30	(297.841)	(371.787)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23a	(254.606)	(254.542)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		647.218	827.217
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31	(28.339)	(208.034)
Corrente		(26.010)	(217.813)
Diferido		(2.329)	9.779
Lucro Líquido do Período		618.879	619.183
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		618.879	618.879
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	304
Lucro por Ação	32		
Lucro Básico e Diluído por Ação- R\$			
Ação Ordinária		1,51	1,51
Ação Preferencial A		1,54	1,54
Ação Preferencial B		1,51	1,51

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Lucro Líquido do Período	618.879	619.183
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	11.235	11.235
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	11.235	11.235
Variação de Valor Justo	20.429	20.429
Efeito Fiscal	(9.194)	(9.194)
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração do Resultado	(53.175)	(53.175)
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(53.175)	(53.175)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(96.559)	(96.559)
Efeito Fiscal	43.384	43.384
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	(41.940)	(41.940)
Resultado Abrangente Líquido do Período	576.939	577.243
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	576.939	576.939
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	304

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos Acionistas da Controladora										Total Consolidado
		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total Individual	Participação de Não Controladores		
				Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros				ORA	
Saldo em 31/12/2024		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	-	10.410.002	3.706	10.413.708
Implementação de novas normas contábeis (Res. CMN nº 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21)		-	-	-	-	-	-	-	(164.160)	(164.160)	-	(164.160)
Saldo de Abertura 01/01/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	275.581	-	(106.214)	(164.160)	10.245.842	3.706	10.249.548
Aumento de Capital		300.000	-	-	(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	-
ORA												
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	-	11.235	-	11.235	-	11.235
Ajuste de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(53.175)	-	(53.175)	-	(53.175)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	618.879	618.879	304	619.183
Destinação do Lucro Líquido	25c											
Constituição de Reservas		-	-	30.944	154.720	25.551	-	-	(211.215)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)
Dividendos Provisionados		-	-	-	-	-	66.405	-	(66.405)	-	-	-
Saldo em 30/06/2025		8.300.000	5.098	836.051	1.560.731	25.551	66.405	(148.154)	-	10.645.682	3.182	10.648.864

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	647.218	827.217
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	426.998	801.102
Depreciação e Amortização	177.173	199.577
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(397.089)	(46.127)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	(125.973)	(125.973)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	518.281	519.083
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	254.606	254.542
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	1.592.743	1.637.939
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	763.835	763.835
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	(756.118)	(756.118)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.369.502	1.516.238
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	233.401	233.401
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.795.109)	(1.795.395)
Outros Ativos Financeiros	1.980.707	2.015.582
Ativos Fiscais	(122.453)	(245.948)
Outros Ativos	(81.022)	(93.656)
Aumento/(Redução) em Passivos	8.231.988	7.823.838
Depósitos	4.829.763	4.517.012
Captações no Mercado Aberto	1.479.796	1.459.960
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.421.730	2.349.989
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.017.374	770.824
Outros Passivos Financeiros	(1.701.934)	(905.759)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(156.946)	(156.967)
Passivos Fiscais	152.509	429.101
Outros Passivos	315.731	(309.423)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(126.035)	(330.899)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	10.898.947	11.090.096
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	214.885	64.614
(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros		
Resultados Abrangentes	(1.209.223)	(1.207.339)
(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(7.898.908)	(7.899.416)
Alienação de Investimentos em Controladas e Coligadas	4.302	2.946
Alienação de Imobilizado de Uso	9.037	14.677
Alienação de Intangível	186	186
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	(4.505)	(3.355)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(53.944)	(73.816)
Aquisição de Intangível	(18.315)	(18.315)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimento	(8.956.485)	(9.119.818)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(56.891)	(56.891)
Dividendos Pagos	(35.978)	(35.978)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(180.000)	(180.000)
Liquidação de Arrendamentos	(53.401)	(54.145)
Variação na Participação de Não Controladores	-	(524)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(326.270)	(327.538)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	1.616.192	1.642.740
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	1.734.417	1.792.278
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.350.609	3.435.018

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Receitas (a)	10.316.734	10.949.860
Receitas de Intermediação Financeira	10.046.254	10.084.664
Prestação de Serviços	504.446	1.046.943
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(518.281)	(519.083)
Outras	284.315	337.336
Despesas (b)	(7.021.774)	(6.901.675)
Despesas de Intermediação Financeira	(7.021.774)	(6.901.675)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(1.342.895)	(1.454.231)
Materiais, Energia e Outros	(1.017.122)	(1.107.002)
Serviços de Terceiros	(325.773)	(347.229)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	1.952.065	2.593.954
Depreciação e Amortização (e)	(177.173)	(199.577)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	1.774.892	2.394.377
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	397.089	46.127
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	397.089	46.127
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	2.171.981	2.440.504
Distribuição do Valor Adicionado	2.171.981	2.440.504
Pessoal	1.139.536	1.149.242
Remuneração Direta	792.751	800.208
Benefícios	296.296	297.761
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	50.489	51.273
Impostos, Taxas e Contribuições	394.782	654.196
Federais	368.485	613.173
Estaduais	9	196
Municipais	26.288	40.827
Remuneração de Capitais de Terceiros	18.784	17.883
Aluguéis	18.784	17.883
Remuneração de Capitais Próprios	618.879	619.183
Juros sobre o Capital Próprio	180.000	180.000
Dividendos	66.405	66.405
Lucros Retidos do Período	372.474	372.474
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	304

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas da seguinte forma:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras semestrais individuais e consolidadas (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o artigo 77º da Resolução CMN nº 4.966/21, que faculta às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen de elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) adicionalmente às demonstrações financeiras em padrão internacional (IFRS) até o exercício de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece regras contábeis para instrumentos financeiros as quais buscam se aproximar dos conceitos da norma internacional de contabilidade IFRS 9, emitida pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS). A resolução dispõe sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e instrumentos de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Nesse sentido, determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Em 23 de novembro de 2023, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, com aplicação para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a

funcionar pelo Bacen. A Resolução BCB nº 352/23 também trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (Teste SPPJ), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva (TJE) de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em Notas Explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Além disso, a Resolução BCB nº 352/23 estabeleceu que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

Conforme estabelecido no artigo 70º da Resolução CMN nº 4.966/21 e artigo 94º da Resolução BCB nº 352/23, as mudanças nos critérios e políticas contábeis decorrentes da adoção desses normativos foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial em 01 de janeiro de 2025.

A Resolução CMN nº 4.975/21 estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária. Os novos critérios estabelecidos pela norma são aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro 2025.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e as demonstrações financeiras consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (ORA) e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 08 de agosto de 2025.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação em 30/06/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação em 30/06/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%

Transações com Participações de Não Controladores: o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

(b) Informações da Adoção Inicial

Tendo em vista que as Resoluções BCB nº 92/21, em vigor desde 01 de janeiro de 2022, e nº 390/24, que dispõem sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), as Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21, que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025, foi operacionalizada transferência de saldo entre contas do Balanço Patrimonial, assim como a abertura de contas novas. As tabelas a seguir apresentam a classificação dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e a reclassificação e remensuração em 01 de janeiro 2025.

Balço Patrimonial – Ativo				Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21			Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	-	-	1.126.979
Ativos Financeiros	139.669.659	-	(6.193)	139.663.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	57.685.558	(22.594.722)	(60)	35.090.776
	-	4.246.558	-	4.246.558
	-	18.348.164	-	18.348.164
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.045.229	-	5.056	62.050.285
Outros Ativos Financeiros	5.293.727	(87.116)	-	5.206.611
	-	87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.650.553)	-	(116.459)	(2.767.012)
(Operações de Crédito)	(2.600.094)	-	(116.459)	(2.716.553)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	-	-	(50.459)
Ativos Fiscais	3.644.538	-	133.471	3.778.009
Correntes	143.649	-	-	143.649
Diferidos	3.500.889	-	133.471	3.634.360
Outros Ativos	545.642	-	2.450	548.092
Investimentos	3.663.411	-	(740)	3.662.671
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	3.663.411	-	(740)	3.662.671
Imobilizado de Uso	481.248	-	231.037	712.285
Imobilizações de Uso	1.152.022	-	461.899	1.613.921
(Depreciação Acumulada)	(670.774)	-	(230.862)	(901.636)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	-	-	1.891.692
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	-	-	(1.425.626)
Total do Ativo	146.946.990	-	243.566	147.190.556

Balço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Individual
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Passivos Financeiros	131.508.923	-	407.726	131.916.649
Depósitos	88.646.235	-	-	88.646.235
Captação no Mercado Aberto	22.336.231	-	-	22.336.231
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	-	-	7.694.618
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812
	-	1.880.714	-	1.880.714
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	246.950	2.509.184
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	5.201.889	(4.741)	-	5.197.148
	-	4.741	160.776	165.517
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.895.167	-	-	2.895.167
Obrigações Fiscais	420.391	-	-	420.391
Correntes	132.452	-	-	132.452
Diferidas	287.939	-	-	287.939
Outros Passivos	1.712.507	(359.555)	-	1.352.952
	-	643	-	643
	-	358.912	-	358.912
Total do Passivo	136.536.988	-	407.726	136.944.714
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	10.410.002	-	(164.160)	10.245.842
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	146.946.990	-	243.566	147.190.556

Balço Patrimonial – Ativo				Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21		Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Disponibilidades	1.126.982	-	-	1.126.982
Ativos Financeiros	143.296.100	-	(6.193)	143.289.907
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.603.917	-	(11.189)	2.592.728
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	-	-	11.716.930
Títulos e Valores Mobiliários	58.309.904	(23.211.158)	(60)	35.098.686
	-	4.861.110	-	4.861.110
	-	18.350.048	-	18.350.048
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	-	-	324.298
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil				
Financeiro	62.058.943	-	5.056	62.063.999
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	-	8.194.992
	-	87.116	-	87.116
(Provisões para Perdas Esperadas)	(2.651.713)	-	(116.991)	(2.768.704)
(Operações de Crédito)	(2.600.487)	-	(116.393)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(51.226)	-	(598)	(51.824)
Ativos Fiscais	3.726.655	-	133.635	3.860.290
Correntes	158.520	-	-	158.520
Diferidos	3.568.135	-	133.635	3.701.770
Outros Ativos	615.460	-	2.450	617.910
Investimentos	175.824	-	-	175.824
Investimentos em Participações em Coligadas e				
Controladas	175.824	-	-	175.824
Imobilizado de Uso	662.574	-	234.990	897.564
Imobilizações de Uso	1.462.657	-	468.547	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(800.083)	-	(233.557)	(1.033.640)
Intangível	466.066	-	-	466.066
Ativos Intangíveis	1.893.179	-	-	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.427.113)	-	-	(1.427.113)
Total do Ativo	147.417.948	-	247.891	147.665.839

Balço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido				Consolidado
Classificação anterior à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21	Efeitos das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21			Classificação após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificação	Remensuração	Saldo em 01/01/2025
Passivos Financeiros	131.616.061	-	412.051	132.028.112
Depósitos	88.194.890	-	-	88.194.890
Captação no Mercado Aberto	22.238.994	-	-	22.238.994
Rcursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.936.464	-	-	6.936.464
Dívidas Subordinadas	2.302.526	(1.880.714)	-	421.812
	-	1.880.714	-	1.880.714
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	-	251.275	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	-	-	3.065.190
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	6.615.763	(4.741)	-	6.611.022
	-	4.741	160.776	165.517
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.902.896	-	-	2.902.896
Obrigações Fiscais	554.540	-	-	554.540
Correntes	252.765	-	-	252.765
Diferidas	301.775	-	-	301.775
Outros Passivos	1.930.743	(643)	-	1.930.100
	-	643	-	643
Total do Passivo	137.004.240	-	412.051	137.416.291
Capital Social	8.000.000	-	-	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	-	-	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	-	-	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(106.214)	-	-	(106.214)
Lucros Acumulados	-	-	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	3.706	-	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.413.708	-	(164.160)	10.249.548
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.417.948	-	247.891	147.665.839

Reconciliação do Patrimônio Líquido após a adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21

Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	10.410.002	10.413.708
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.189)	(11.189)
Títulos e Valores Mobiliários	(60)	(60)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.056	5.056
(Provisões para Perdas Esperadas)	(116.459)	(116.991)
Ativos Fiscais	133.471	133.635
Outros Ativos	2.450	2.450
Investimentos	(740)	-
Imobilizado de Uso	231.037	234.990
Obrigações por Empréstimos	(246.950)	(251.275)
Provisão para Perda Esperada	(160.776)	(160.776)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	10.245.842	10.249.548

De forma resumida, as tabelas a seguir apresentam o Balanço Patrimonial, Individual e Consolidado, com os saldos contábeis em 01/01/2025 após à adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.

Balanço Patrimonial	Individual	Consolidado
Ativo	01/01/2025	01/01/2025
Disponibilidades	1.126.979	1.126.982
Ativos Financeiros	136.896.454	140.521.203
Ao Custo Amortizado	113.977.434	116.985.747
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.716.930	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.592.728	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	35.090.776	35.098.686
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.137.401	62.151.115
Outros Ativos Financeiros	5.206.611	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)	(2.767.012)	(2.768.704)
(Operações de Crédito)	(2.716.553)	(2.716.880)
(Outros Ativos Financeiros)	(50.459)	(51.824)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.348.164	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	18.348.164	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	4.570.856	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	4.246.558	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	324.298	324.298
Ativos Fiscais	3.778.009	3.860.290
Correntes	143.649	158.520
Diferidos	3.634.360	3.701.770
Outros Ativos	548.092	617.910
Investimentos	3.662.671	175.824
Investimentos em Participações em Controladas e Coligadas	3.662.671	175.824
Imobilizado de Uso	712.285	897.564
Imobilizações de Uso	1.613.921	1.931.204
(Depreciação Acumulada)	(901.636)	(1.033.640)
Intangível	466.066	466.066
Ativos Intangíveis	1.891.692	1.893.179
(Amortização Acumulada)	(1.425.626)	(1.427.113)
Total do Ativo	147.190.556	147.665.839

Balanco Patrimonial	Individual	Consolidado
Passivo	01/01/2025	01/01/2025
Passivos Financeiros	132.276.204	132.028.755
Ao Custo Amortizado	130.229.330	129.981.881
Depósitos	88.646.235	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	22.336.231	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.694.618	6.936.464
Dívidas Subordinadas	421.812	421.812
Obrigações por Empréstimos	2.509.184	2.513.509
Obrigações por Repasses	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.556.060	6.611.022
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.880.714	1.880.714
Dívidas Subordinadas	1.880.714	1.880.714
Provisão para Perda Esperada	166.160	166.160
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	165.517	165.517
Garantias Financeiras Prestadas	643	643
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	2.895.167	2.902.896
Passivos Fiscais	420.391	554.540
Correntes	132.452	252.765
Diferidos	287.939	301.775
Outros Passivos	1.352.952	1.930.100
Total do Passivo	136.944.714	137.416.291
Patrimônio Líquido		
Capital Social	8.000.000	8.000.000
Reservas de Capital	5.098	5.098
Reservas de Lucros	2.511.118	2.511.118
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(106.214)	(106.214)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(164.160)	(164.160)
Participação de Não Controladores	-	3.706
Total do Patrimônio Líquido	10.245.842	10.249.548
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	147.190.556	147.665.839

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

Lei nº 14.467/22 e Lei nº 15.078, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025: a Lei nº 14.467/22 modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026, podendo ser feita a opção por qual razão será utilizada até 31/12/2025. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

Conforme faculta a legislação, o Banrisul irá optar pela razão utilizada para a dedução da apuração do IR e CSLL até 31 de dezembro de 2025.

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde o Banrisul se enquadra.

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, o Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2026.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de *hedge*, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

O Banrisul irá reclassificar as operações de *hedge* a partir de 01 de janeiro de 2027.

Resolução BCB nº 397/24, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025 – Mensuração de Instrumentos Reestruturados: a Resolução nº 397/24 é adotada pelo Banrisul desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante à reestruturação de ativos financeiros, conforme previsto no artigo 95º-A da Resolução BCB nº 352/23 (incluído pela Resolução BCB nº 397/24), é facultado até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o artigo 22º da Resolução BCB nº 352/23.

Conforme faculta o normativo, o Banrisul irá utilizar da taxa de juros efetiva originalmente contratada a partir de 01 de janeiro de 2027.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação. O conceito de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada ORA. No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que são reclassificados para a Demonstração do Resultado.

- **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, exceto quanto a participação de uma de suas controladas que possui cotas de fundos de investimento, conforme apresentado na Nota 5g.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (Teste de SPPJ), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. São

inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (Teste de SPPJ).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA, conforme Resolução nº 4.966/21.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas, conforme Resolução nº 4.966/21. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizado a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;

- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

Percentuais Mínimos de Provisão de Perdas Incurridas Associadas ao Risco de Crédito: a Resolução nº 352/23 define percentuais mínimos de provisão a serem constituídas para perdas incurridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos). Os percentuais são definidos de acordo com a carteira onde esse ativo inadimplido se encontra enquadrado. A Resolução nº 352/23 enquadra os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

- Carteira 1 (C1):
 - Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
 - Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
- Carteira 2 (C2):
 - Créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099/74;
 - Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
 - Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
 - Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
 - Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen; e
 - Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20;
- Carteira 3 (C3):
 - Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;
 - Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e
 - Créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses nas carteiras C1 e C2;
- Carteira 4 (C4):
 - Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
 - Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

- Carteira 5 (C5):
 - Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas em C4 e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;
 - Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas em C4; e
 - Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteiras C1, C2, C3 e C4.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) Stop Accrual

Stop accrual é o procedimento de cessação do reconhecimento de receitas, multas, juros moratórios, despesas de originação ou outras atividades financeiras de qualquer natureza sobre o ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. O Banrisul realiza esse processo de forma consistente, não reconhecendo no resultado do período receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito.

(c.7) Rendas Represadas e Cura

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado *pro rata temporis*. No entanto, deixa-se de reconhecer a receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A partir do momento em que o instrumento financeiro deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, o Banrisul retoma o reconhecimento das receitas relativas ao instrumento financeiro, assim, toda a renda represada passa a ser reconhecida.

(c.8) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, está facultado até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação em vez da taxa de juros efetiva originalmente pactuada.

(c.9) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.10) Critérios para Write-Off

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada. Ainda, segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a receita de qualquer natureza de um

ativo financeiro com problema de recuperação de crédito somente poderá ser apropriada ao resultado após o seu efetivo recebimento ou, quando for objeto de renegociação, *pro rata temporis*.

(c.11) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.12) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados diariamente com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira

linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, essas operações passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.13) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, conseqüentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.14) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas abrangidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar. Os pisos não se aplicam às garantias financeiras, exceto quando a garantia é honrada, momento em que se torna um ativo.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao

item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	13,30

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme o CPC 06(R2), naquilo que não conflitar com a Resolução CMN nº 4.975/21, que passou a vigorar em 01/01/2025.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Destinados à Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul pode fazer a opção até 31/12/2025, por qual razão irá utilizar. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 31.

(i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes, dos ativos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na

opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas periodicamente por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados periodicamente por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que deveriam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito na Nota item 3c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de aquisição, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 26.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-

B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com data de referência 30/06/2025.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 33.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a origem, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando

possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

	Individual	Consolidado
Composição da Carteira por Setor de Atividade	30/06/2025	30/06/2025
Setor Público	179.345	188.791
Administração Pública - Direta e Indireta	179.345	188.791
Setor Privado	63.824.928	63.829.483
Pessoa Física	48.896.997	48.897.027
Pessoa Jurídica	14.927.931	14.932.456
Agropecuário	261.475	261.535
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.384.330	2.384.538
Automotivo	721.453	721.595
Celulose, Madeira e Móveis	364.555	364.577
Comércio Atacadista – Alimentício	1.076.885	1.077.148
Comércio Atacadista – não Alimentício	883.591	883.734
Comércio Varejista – Outros	1.503.951	1.504.263
Construção e Imobiliário	1.245.331	1.245.951
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.602.868	1.603.741
Eletroeletrônico e Informática	506.140	506.253
Financeiro e Seguro	187.732	187.733
Máquinas e Equipamentos	278.479	278.530
Metallurgia	434.208	434.276
Obras de Infraestrutura	28.069	28.304
Petróleo e Gás Natural	542.626	542.668
Químico e Petroquímico	888.816	889.066
Serviços Privados	582.512	582.927
Têxtil, Confecções e Couro	353.911	353.918
Transportes	453.808	454.043
Outros	627.191	627.656
Total	64.004.273	64.018.274

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria,

entre outros. As concentrações são observadas periodicamente e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	Individual 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	125.293.403	128.358.940
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	11.895.779	11.895.779
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	3.266.643
Títulos e Valores Mobiliários	42.990.089	42.998.507
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.004.273	64.018.274
Outros Ativos Financeiros	3.136.619	6.179.737
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	19.557.387	19.557.387
Títulos e Valores Mobiliários	19.557.387	19.557.387
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	2.969.133	3.463.498
Títulos e Valores Mobiliários	2.877.056	3.371.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	92.077	92.077
Off Balance	23.128.969	23.128.969
Garantias Financeiras	447.318	447.318
Crédito Imobiliário	533.731	533.731
Cheque Especial	6.129.987	6.129.987
Cartão de Crédito	4.713.958	4.713.958
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	5.861.041	5.861.041
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.910.394	4.910.394
Outros Limites Pré-Aprovados	532.540	532.540
Total	170.948.892	174.508.794

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Individual Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	45.835.121	792.558	616.662	125.963	2.445.214	1.602.747	48.896.997	2.521.268
Cartão de Crédito	2.328.236	119.876	49.274	10.067	238.694	182.351	2.616.204	312.294
Crédito Consignado	19.505.034	110.517	134.749	18.221	989.245	621.718	20.629.028	750.456
Crédito Pessoal	2.634.454	32.421	74.790	12.659	323.708	212.604	3.032.952	257.684
Crédito Imobiliário	5.754.041	27.228	79.851	32.037	59.682	34.917	5.893.574	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	13.178.614	362.343	197.912	31.739	396.576	224.177	13.773.102	618.259
Outros	2.434.742	140.173	80.086	21.240	437.309	326.980	2.952.137	488.393
Pessoa Jurídica	14.015.421	246.685	138.916	32.827	952.939	590.879	15.107.276	870.391
Operações de Câmbio	2.233.392	8.250	171	7	87.010	9.269	2.320.573	17.526
Capital de Giro	4.158.988	29.445	22.509	3.676	202.021	112.828	4.383.518	145.949
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	93.921	23.147	6.792	106.164	76.227	2.418.438	176.940
Crédito Imobiliário	655.077	10.098	3.233	43	223	129	658.533	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos								
Garantidores	3.523.326	64.687	54.399	13.342	315.312	246.728	3.893.037	324.757
Outros	1.155.511	40.284	35.457	8.967	242.209	145.698	1.433.177	194.949
Total em 30/06/2025	59.850.542	1.039.243	755.578	158.790	3.398.153	2.193.626	64.004.273	3.391.659

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Consolidado	
	Carteira de Crédito		Carteira de Crédito		Carteira de Crédito		Total	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
Pessoa Física	45.835.151	792.558	616.662	125.963	2.445.214	1.602.747	48.897.027	2.521.268
Cartão de Crédito	2.328.236	119.876	49.274	10.067	238.694	182.351	2.616.204	312.294
Crédito Consignado	19.505.034	110.517	134.749	18.221	989.245	621.718	20.629.028	750.456
Crédito Pessoal	2.634.454	32.421	74.790	12.659	323.708	212.604	3.032.952	257.684
Crédito Imobiliário	5.754.041	27.228	79.851	32.037	59.682	34.917	5.893.574	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	362.343	197.912	31.739	396.576	224.177	13.773.102	618.259
Outros	2.434.772	140.173	80.086	21.240	437.309	326.980	2.952.167	488.393
Pessoa Jurídica	14.024.818	246.730	141.130	32.831	955.299	591.213	15.121.247	870.774
Operações de Câmbio	2.233.392	8.250	171	7	87.010	9.269	2.320.573	17.526
Capital de Giro	4.158.988	29.445	22.509	3.676	202.021	112.828	4.383.518	145.949
Conta Empresarial/ Garantida	2.289.127	93.921	23.147	6.792	106.164	76.227	2.418.438	176.940
Crédito Imobiliário	655.077	10.098	3.233	43	223	129	658.533	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	64.687	54.399	13.342	315.312	246.728	3.893.037	324.757
Outros	1.164.908	40.329	37.671	8.971	244.569	146.032	1.447.148	195.332
Total em 30/06/2025	59.859.969	1.039.288	757.792	158.794	3.400.513	2.193.960	64.018.274	3.392.042

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Não vencidos	58.013.341	58.022.689
Vencidos em até 30 dias	1.837.201	1.837.280
Total	59.850.542	59.859.969

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Avaliação Coletiva	59.840.384	59.849.811
Avaliação Individual	10.158	10.158
Total	59.850.542	59.859.969

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Não Vencidos	71.296	73.427
Vencidos em até 30 dias	9.129	9.204
Vencidos de 31 a 60 dias	432.246	432.253
Vencidos de 61 a 90 dias	242.907	242.908
Total	755.578	757.792

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Avaliação Coletiva	753.955	756.169
Avaliação Individual	1.623	1.623
Total	755.578	757.792

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Não Vencidos	1.189.823	1.190.901
Vencidos em até 30 dias	129.659	130.199
Vencidos de 31 a 60 dias	90.080	90.499
Vencidos de 61 a 90 dias	98.571	98.595
Vencidos a mais de 90 dias	1.890.020	1.890.319
Total	3.398.153	3.400.513

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Avaliação Coletiva	2.895.247	2.897.607
Avaliação Individual	502.906	502.906
Total	3.398.153	3.400.513

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significativos no valor de R\$514.687, excluindo operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

	30/06/2025
Maior Devedor	20,57%
Cinco Maiores Devedores	57,17%
Dez Maiores Devedores	81,25%
Vinte Maiores Devedores	98,67%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociados: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

As tabelas a seguir são apresentadas considerando a segregação de carteiras conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

	Individual e Consolidado					
Instrumentos Financeiros Renegociados	Carteira					Total em 30/06/2025
	C1	C2	C3	C4	C5	
Write-Off (Nota 10d)	20	7.771	124	794	71.830	80.539
Novos Instrumentos Reconhecidos	2.585	172.738	3.882	-	388.537	567.742

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados à venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$17.458.

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação,

e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado periodicamente aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado, e periodicamente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução CMN nº 4.557/17 a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e *Maturity Ladder*: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos

e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco			Total em 30/06/2025
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	Ações	
1	1%	2.797	4.639	-	7.436
2	25%	2.266	115.967	-	118.233
3	50%	1.624	231.933	-	233.557

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e
- Ações: exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,4571 de 30/06/2025 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moeda Estrangeira” a maior perda, que representa 37,6% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moeda Estrangeira” representando respectivamente 98,1% e 99,3%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$233.557.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/06/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/06/2025.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado em 30/06/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Trading</i>	Alta do dólar	16.644	416.092	832.184
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Alta do dólar	16.653	416.336	832.672
Efeito Líquido			(9)	(244)	(488)
Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Trading</i>	Baixa do dólar	(16.644)	(416.092)	(832.184)
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Baixa do dólar	(16.653)	(416.336)	(832.672)
Efeito Líquido			9	244	488

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/06/2025.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	<i>Trading</i>	Alta da Taxa Futura de DI	(638)	(15.413)	(30.096)
FUT DI1	<i>Trading</i>	Baixa da Taxa Futura de DI	622	16.171	33.200

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	388
Cupom de Índices	IGP-M	-
Total		388

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	(62.864)
Cupom de Índices	TLP	183
	Outros	71
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	8.248
	Euro	35
	Libra Esterlina	10
Cupom de Taxas	TR	(97.194)
	TJLP	(122)
DI	CDI	(2.389.508)
Selic	Selic	3.053.648
Total		512.507

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R\$365.588. O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$83.377.

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R\$1.042.909.

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

					Individual
	Circulante		Não Circulante		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total em 30/06/2025
Ativos Financeiros	31.975.308	22.741.282	75.983.029	17.120.304	147.819.923
Ao Custo Amortizado	31.313.912	20.708.509	56.150.678	17.120.304	125.293.403
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.895.779	-	-	-	11.895.779
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.034.026	757.006	475.611	-	3.266.643
Títulos e Valores Mobiliários	4.961.627	5.071.049	25.268.820	7.688.593	42.990.089
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12.422.480	14.266.694	27.883.388	9.431.711	64.004.273
Outros Ativos Financeiros	-	613.760	2.522.859	-	3.136.619
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Títulos e Valores Mobiliários	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por meio do Resultado	599.668	2.032.773	336.692	-	2.969.133
Títulos e Valores Mobiliários	599.668	1.940.696	336.692	-	2.877.056
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	92.077	-	-	92.077
Passivos Financeiros	55.279.176	18.247.435	49.791.314	13.781.917	137.099.842
Ao Custo Amortizado	55.230.528	16.631.626	49.791.314	13.781.917	135.435.385
Depósitos	28.218.334	5.796.853	43.979.908	12.659.060	90.654.155
Captações no Mercado Aberto	23.793.847	22.180	-	-	23.816.027
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.323.681	4.414.085	3.378.582	-	10.116.348
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	613.317	1.625.385	173.638	8.698	2.421.038
Obrigações por Repasses	281.349	674.219	2.257.017	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	-	4.098.904	2.169	-	4.101.073
Ao Valor Justo por meio do Resultado	48.648	1.615.809	-	-	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.180	-	-	1.180
Dívidas Subordinadas	48.648	1.614.629	-	-	1.663.277
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(23.303.868)	4.493.847	26.191.715	3.338.387	10.720.081

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		Total em 30/06/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	
Ativos Financeiros	32.147.097	26.095.820	76.001.542	17.135.366	151.379.825
Ao Custo Amortizado	31.327.913	23.746.552	56.164.171	17.120.304	128.358.940
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.895.779	-	-	-	11.895.779
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.034.026	757.006	475.611	-	3.266.643
Títulos e Valores Mobiliários	4.961.627	5.071.049	25.277.238	7.688.593	42.998.507
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12.436.481	14.266.694	27.883.388	9.431.711	64.018.274
Outros Ativos Financeiros	-	3.651.803	2.527.934	-	6.179.737
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Títulos e Valores Mobiliários	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por meio do Resultado	757.456	2.349.268	341.712	15.062	3.463.498
Títulos e Valores Mobiliários	757.456	2.257.191	341.712	15.062	3.371.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	92.077	-	-	92.077
Passivos Financeiros	55.382.531	18.311.027	49.531.329	13.781.917	137.006.804
Ao Custo Amortizado	55.333.883	16.695.218	49.531.329	13.781.917	135.342.347
Depósitos	28.440.699	4.820.250	43.979.908	12.659.060	89.899.917
Captações no Mercado Aberto	23.676.774	22.180	-	-	23.698.954
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.321.453	3.849.179	3.115.821	-	9.286.453
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	613.608	1.626.299	176.414	8.698	2.425.019
Obrigações por Repasses	281.349	674.219	2.257.017	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	-	5.703.091	2.169	-	5.705.260
Ao Valor Justo por meio do Resultado	48.648	1.615.809	-	-	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1.180	-	-	1.180
Dívidas Subordinadas	48.648	1.614.629	-	-	1.663.277
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(23.235.434)	7.784.793	26.470.213	3.353.449	14.373.021

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante		Individual
	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 5	Acima de 5	Total em
	Meses	Meses	Anos	Anos	30/06/2025
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	58.285.531	18.560.306	50.846.820	14.062.073	141.754.730
Ao Custo Amortizado	58.241.533	16.879.178	50.846.820	14.062.073	140.029.604
Depósitos	31.141.494	5.883.620	44.642.717	12.850.123	94.517.954
Captações no Mercado Aberto	23.810.138	22.195	-	-	23.832.333
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.361.951	4.486.783	3.434.226	-	10.282.960
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	619.490	1.639.451	223.082	13.506	2.495.529
Obrigações por Repasses	308.460	748.068	2.544.114	742.059	4.342.701
Outros Passivos Financeiros	-	4.099.061	2.681	-	4.101.742
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Dívidas Subordinadas	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	30.829.447	23.637.933	91.234.420	26.616.189	172.317.989
Disponibilidades	1.316.610	-	-	-	1.316.610
Ativos Financeiros	29.512.837	23.637.933	91.234.420	26.616.189	171.001.379
Ao Custo Amortizado	28.851.441	21.697.237	71.402.069	26.616.189	148.566.936
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	-	-	-
Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	599.668	1.940.696	336.692	-	2.877.056

	Consolidado				
	Circulante		Não Circulante		Total em 30/06/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	58.383.645	18.606.750	50.597.081	14.064.877	141.652.353
Ao Custo Amortizado	58.339.647	16.925.622	50.597.081	14.064.877	139.927.227
Depósitos	31.355.222	4.893.305	44.652.404	12.852.927	93.753.858
Captações no Mercado Aberto	23.693.000	22.195	-	-	23.715.195
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.363.103	3.918.239	3.171.723	-	9.453.065
Dívidas Subordinadas	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos	619.862	1.640.567	226.159	13.506	2.500.094
Obrigações por Repasses	308.460	748.068	2.544.114	742.059	4.342.701
Outros Passivos Financeiros	-	5.703.248	2.681	-	5.705.929
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Dívidas Subordinadas	43.998	1.681.128	-	-	1.725.126
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	30.987.237	26.992.471	91.252.933	26.631.251	175.863.892
Disponibilidades	1.316.612	-	-	-	1.316.612
Ativos Financeiros	29.670.625	26.992.471	91.252.933	26.631.251	174.547.280
Ao Custo Amortizado	28.851.441	24.735.280	71.415.562	26.616.189	151.618.472
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	-	-	-
Abrangentes	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	757.456	2.257.191	341.712	15.062	3.371.421

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R\$9.895.835. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Individual		
			30/06/2025
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Mensurados ao Valor Justo	22.375.458	151.062	22.526.520
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.877.056	-	2.877.056
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.346.783	-	1.346.783
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.530.273	-	1.530.273
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.495.659	61.728	19.557.387
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	19.495.659	-	19.495.659
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.759	39.759
Outros	-	21.969	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.743	89.334	92.077
Passivo Mensurado ao Valor Justo	1.180	1.663.277	1.664.457
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.180	1.663.277	1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.180	-	1.180
Dívidas Subordinadas	-	1.663.277	1.663.277

	Consolidado			
	30/06/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Mensurados ao Valor Justo	22.868.419	151.062	1.404	23.020.885
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.370.017	-	1.404	3.371.421
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.683.359	-	-	1.683.359
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.530.274	-	-	1.530.274
Cotas de Fundo de Investimento	156.384	-	1.404	157.788
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	19.495.659	61.728	-	19.557.387
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	19.495.659	-	-	19.495.659
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.759	-	39.759
Outros	-	21.969	-	21.969
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.743	89.334	-	92.077
Instrumentos Financeiros Derivativos (<i>Swaps</i>)	2.743	89.334	-	92.077
Passivo Mensurado ao Valor Justo	1.180	1.663.277		1.664.457
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.180	1.663.277		1.664.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.180	-		1.180
Dívidas Subordinadas	-	1.663.277		1.663.277

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Individual	
	30/06/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos ao Custo Amortizado	125.870.672	123.311.383
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	12.473.048	12.473.048
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	3.298.145
Títulos e Valores Mobiliários	42.990.089	42.797.408
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.004.273	61.606.163
Outros Ativos Financeiros	3.136.619	3.136.619
Passivos ao Custo Amortizado	138.257.228	138.041.356
Depósitos	93.475.998	93.179.180
Captações no Mercado Aberto	23.816.027	23.816.027
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	10.116.348	10.132.332
Dívidas Subordinadas	456.385	521.347
Obrigações por Empréstimos	2.421.038	2.421.038
Obrigações por Repasses	3.870.359	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	4.101.073	4.101.073

	Consolidado	
	30/06/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos ao Custo Amortizado	128.936.209	126.376.915
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	12.473.048	12.473.048
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.266.643	3.298.145
Títulos e Valores Mobiliários	42.998.507	42.805.821
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.018.274	61.620.164
Outros Ativos Financeiros	6.179.737	6.179.737
Passivos ao Custo Amortizado	138.154.332	137.938.459
Depósitos	92.711.902	92.415.083
Captações no Mercado Aberto	23.698.954	23.698.954
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	9.286.453	9.302.437
Dívidas Subordinadas	456.385	521.347
Obrigações por Empréstimos	2.425.019	2.425.019
Obrigações por Repasses	3.870.359	3.870.359
Outros Passivos Financeiros	5.705.260	5.705.260

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.

- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum. O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático é definido, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos do próprio Banco e atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 7,00%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na

Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	30/06/2025
Patrimônio de Referência (PR)	11.759.426
Nível 1	9.639.763
Capital Principal (CP)	9.639.763
Capital Social	8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	2.495.204
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(148.108)
Contas de Resultado Credoras	-
Ajustes Prudenciais	(1.128.192)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	119.000
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos Registrados no Passivo	-
Nível 2	2.119.663
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.119.663
RWA	72.709.140
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	60.417.901
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.117.867
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	1.056.354
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	6.761
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	1.042.909
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	6.684
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	10.117.018
Carteira Banking (IRRBB)	538.997
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	3.585.970
Índices de Capital	
Índice de Basileia	16,17%
Índice de Nível 1	13,26%
Índice de Capital Principal	13,26%
Índice de Imobilização	11,70%
Razão de Alavancagem	6,99%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$11.759.426.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity* – ΔEVE) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income* – ΔNII).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$538.997.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 16,17% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível I e de Capital Principal foram de 13,26% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	1.316.610	1.316.612
Disponibilidades em Moeda Nacional	851.992	851.994
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	464.618	464.618
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.033.999	2.033.999
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	799.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	1.234.000
Títulos e Valores Mobiliários	-	84.407
Cotas de Fundos de Investimento	-	84.407
Total	3.350.609	3.435.018

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

		Individual e Consolidado
Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	30/06/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	577.269
Depósitos de Poupança	Poupança	335.428
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	10.897.436
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	406.841
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	6.075
Outros Depósitos	Taxa Selic	249.999
Total		12.473.048

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Individual e Consolidado			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025
Aplicações no Mercado Aberto	799.999	-	-	799.999
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	799.999	-	-	799.999
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	799.999	-	-	799.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	756.990	475.601	2.466.591
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.234.000	756.990	475.601	2.466.591
Total em 30/06/2025	2.033.999	756.990	475.601	3.266.590

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

									Individual 30/06/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.545.319	3.733.594	14.077.818	10.712.157	7.399.463	40.468.351	-	40.468.351	40.546.467
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	35.202	-	-	35.202	-	35.202	31.926
Letras Financeiras (LF)	416.308	1.327.157	143.754	105.108	-	1.992.327	(341)	1.991.986	1.802.400
Debêntures	-	10.298	20.157	174.624	287.772	492.851	(5)	492.846	415.363
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.358	1.358	-	1.358	1.252
Total	4.961.627	5.071.049	14.276.931	10.991.889	7.688.593	42.990.089	(346)	42.989.743	42.797.408

									Consolidado 30/06/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais									
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.545.319	3.733.594	14.086.235	10.712.157	7.399.463	40.476.768	-	40.476.768	40.554.880
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	35.202	-	-	35.202	-	35.202	31.926
Letras Financeiras (LF)	416.308	1.327.157	143.755	105.108	-	1.992.328	(341)	1.991.987	1.802.400
Debêntures	-	10.298	20.157	174.624	287.772	492.851	(5)	492.846	415.363
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.358	1.358	-	1.358	1.252
Total	4.961.627	5.071.049	14.285.349	10.991.889	7.688.593	42.998.507	(346)	42.998.161	42.805.821

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Individual			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/06/2025
Pessoa Física	45.835.121	616.662	2.445.214	48.896.997
Cartão de Crédito	2.328.236	49.274	238.694	2.616.204
Crédito Consignado	19.505.034	134.749	989.245	20.629.028
Crédito Pessoal	2.634.454	74.790	323.708	3.032.952
Crédito Imobiliário	5.754.041	79.851	59.682	5.893.574
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	197.912	396.576	13.773.102
Outros	2.434.742	80.086	437.309	2.952.137
Pessoa Jurídica	14.015.421	138.916	952.939	15.107.276
Operações de Câmbio	2.233.392	171	87.010	2.320.573
Capital de Giro	4.158.988	22.509	202.021	4.383.518
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	23.147	106.164	2.418.438
Crédito Imobiliário	655.077	3.233	223	658.533
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	54.399	315.312	3.893.037
Outros	1.155.511	35.457	242.209	1.433.177
Total	59.850.542	755.578	3.398.153	64.004.273
(Provisão)	(1.039.243)	(158.790)	(2.193.626)	(3.391.659)
Total Líquido da Provisão 30/06/2025	58.811.299	596.788	1.204.527	60.612.614

	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30/06/2025
Pessoa Física	45.835.151	616.662	2.445.214	48.897.027
Cartão de Crédito	2.328.236	49.274	238.694	2.616.204
Crédito Consignado	19.505.034	134.749	989.245	20.629.028
Crédito Pessoal	2.634.454	74.790	323.708	3.032.952
Crédito Imobiliário	5.754.041	79.851	59.682	5.893.574
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.178.614	197.912	396.576	13.773.102
Outros	2.434.772	80.086	437.309	2.952.167
Pessoa Jurídica	14.024.818	141.130	955.299	15.121.247
Operações de Câmbio	2.233.392	171	87.010	2.320.573
Capital de Giro	4.158.988	22.509	202.021	4.383.518
Conta Empresarial/Garantida	2.289.127	23.147	106.164	2.418.438
Crédito Imobiliário	655.077	3.233	223	658.533
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.523.326	54.399	315.312	3.893.037
Outros	1.164.908	37.671	244.569	1.447.148
Total	59.859.969	757.792	3.400.513	64.018.274
(Provisão)	(1.039.288)	(158.794)	(2.193.960)	(3.392.042)
Total Líquido da Provisão 30/06/2025	58.820.681	598.998	1.206.553	60.626.232

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

	Individual	Consolidado
Prazo por Vencimento	30/06/2025	30/06/2025
Vencidas a partir de 1 dia	1.917.532	1.918.976
A vencer até 3 meses	10.504.948	10.517.505
A vencer de 3 a 12 meses	14.266.694	14.266.694
A vencer acima de 1 ano	37.315.099	37.315.099
Total	64.004.273	64.018.274

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	Individual e Consolidado	
Concentração dos Maiores Tomadores	Total	30/06/2025
		% da Carteira
Maior Devedor	258.181	0,40
10 Maiores Devedores	1.639.788	2,56
20 Maiores Devedores	2.714.739	4,24
50 Maiores Devedores	4.661.916	7,28
100 Maiores Devedores	6.359.597	9,94

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	708.288	(13.256)	(34.886)	17.355	88.863	-	26.194	792.558
Cartão de Crédito	108.240	(776)	(12.138)	-	2.691	-	21.859	119.876
Crédito Consignado	104.150	(676)	(2.943)	693	6.358	-	2.935	110.517
Crédito Pessoal	25.078	(943)	(2.553)	407	3.652	-	6.780	32.421
Crédito Imobiliário	23.940	(894)	(628)	10.624	18.787	-	(24.601)	27.228
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(6.950)	(5.842)	4.380	8.266	-	34.051	362.343
Outros	118.442	(3.017)	(10.782)	1.251	49.109	-	(14.830)	140.173
Pessoa Jurídica	274.240	(7.433)	(14.618)	2.201	70.292	-	(77.997)	246.685
Operações de Câmbio	8.747	-	(273)	-	-	-	(224)	8.250
Capital de Giro	24.914	(468)	(1.692)	31	5.183	-	1.477	29.445
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(1.717)	(5.394)	67	1.157	-	(30.604)	93.921
Crédito Imobiliário	8.316	(50)	-	-	-	-	1.832	10.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(4.050)	(4.709)	1.714	4.776	-	(2.604)	64.687
Outros	32.291	(1.148)	(2.550)	389	59.176	-	(47.874)	40.284
Total	982.528	(20.689)	(49.504)	19.556	159.155	-	(51.803)	1.039.243

Estágio 2	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Individual
								Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	75.036	(17.355)	(38.057)	13.256	3.141	-	89.942	125.963
Cartão de Crédito	2	-	(1)	776	376	-	8.914	10.067
Crédito Consignado	4.952	(693)	(2.569)	676	56	-	15.799	18.221
Crédito Pessoal	6.531	(407)	(3.791)	943	542	-	8.841	12.659
Crédito Imobiliário	19.132	(10.624)	(4.377)	894	1.493	-	25.519	32.037
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.380)	(17.898)	6.950	86	-	18.078	31.739
Outros	15.516	(1.251)	(9.421)	3.017	588	-	12.791	21.240
Pessoa Jurídica	15.914	(2.201)	(8.198)	7.433	1.772	-	18.107	32.827
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	7	7
Capital de Giro	2.635	(31)	(1.316)	468	48	-	1.872	3.676
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(786)	1.717	21	-	4.577	6.792
Crédito Imobiliário	-	-	-	50	-	-	(7)	43
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.714)	(4.608)	4.050	1.219	-	6.857	13.342
Outros	4.411	(389)	(1.488)	1.148	484	-	4.801	8.967
Total	90.950	(19.556)	(46.255)	20.689	4.913	-	108.049	158.790

Estágio 3								Individual
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	1.055.927	(88.863)	(3.141)	34.886	38.057	(71.890)	637.771	1.602.747
Cartão de Crédito	104.887	(2.691)	(376)	12.138	1	-	68.392	182.351
Crédito Consignado	423.964	(6.358)	(56)	2.943	2.569	(58.692)	257.348	621.718
Crédito Pessoal	147.414	(3.652)	(542)	2.553	3.791	(4.155)	67.195	212.604
Crédito Imobiliário	36.583	(18.787)	(1.493)	628	4.377	(1.452)	15.061	34.917
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(8.266)	(86)	5.842	17.898	(79)	76.806	224.177
Outros	211.017	(49.109)	(588)	10.782	9.421	(7.512)	152.969	326.980
Pessoa Jurídica	587.148	(70.292)	(1.772)	14.618	8.198	(8.649)	61.628	590.879
Operações de Câmbio	5.356	-	-	273	-	-	3.640	9.269
Capital de Giro	114.252	(5.183)	(48)	1.692	1.316	-	799	112.828
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(1.157)	(21)	5.394	786	(28)	21.660	76.227
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(41)	129
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(4.776)	(1.219)	4.709	4.608	(8.621)	13.543	246.728
Outros	179.293	(59.176)	(484)	2.550	1.488	-	22.027	145.698
Total	1.643.075	(159.155)	(4.913)	49.504	46.255	(80.539)	699.399	2.193.626

Consolidado dos Três Estágios				Individual
	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	1.839.251	(71.890)	753.907	2.521.268
Cartão de Crédito	213.129	-	99.165	312.294
Crédito Consignado	533.066	(58.692)	276.082	750.456
Crédito Pessoal	179.023	(4.155)	82.816	257.684
Crédito Imobiliário	79.655	(1.452)	15.979	94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(79)	128.935	618.259
Outros	344.975	(7.512)	150.930	488.393
Pessoa Jurídica	877.302	(8.649)	1.738	870.391
Operações de Câmbio	14.103	-	3.423	17.526
Capital de Giro	141.801	-	4.148	145.949
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(28)	(4.367)	176.940
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.784	10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(8.621)	17.796	324.757
Outros	215.995	-	(21.046)	194.949
Total	2.716.553	(80.539)	755.645	3.391.659

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$603.343 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$152.302.

Estágio 1								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	708.288	(13.256)	(34.886)	17.355	88.863	-	26.194	792.558
Cartão de Crédito	108.240	(776)	(12.138)	-	2.691	-	21.859	119.876
Crédito Consignado	104.150	(676)	(2.943)	693	6.358	-	2.935	110.517
Crédito Pessoal	25.078	(943)	(2.553)	407	3.652	-	6.780	32.421
Crédito Imobiliário	23.940	(894)	(628)	10.624	18.787	-	(24.601)	27.228
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	328.438	(6.950)	(5.842)	4.380	8.266	-	34.051	362.343
Outros	118.442	(3.017)	(10.782)	1.251	49.109	-	(14.830)	140.173
Pessoa Jurídica	274.280	(7.433)	(14.618)	2.201	70.292	-	(77.992)	246.730
Operações de Câmbio	8.747	-	(273)	-	-	-	(224)	8.250
Capital de Giro	24.914	(468)	(1.692)	31	5.183	-	1.477	29.445
Conta Empresarial/Garantida	130.412	(1.717)	(5.394)	67	1.157	-	(30.604)	93.921
Crédito Imobiliário	8.316	(50)	-	-	-	-	1.832	10.098
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	69.560	(4.050)	(4.709)	1.714	4.776	-	(2.604)	64.687
Outros	32.331	(1.148)	(2.550)	389	59.176	-	(47.869)	40.329
Total	982.568	(20.689)	(49.504)	19.556	159.155	-	(51.798)	1.039.288

Estágio 2								Consolidado
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 30/06/2025
Pessoa Física	75.036	(17.355)	(38.057)	13.256	3.141	-	89.942	125.963
Cartão de Crédito	2	-	(1)	776	376	-	8.914	10.067
Crédito Consignado	4.952	(693)	(2.569)	676	56	-	15.799	18.221
Crédito Pessoal	6.531	(407)	(3.791)	943	542	-	8.841	12.659
Crédito Imobiliário	19.132	(10.624)	(4.377)	894	1.493	-	25.519	32.037
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	28.903	(4.380)	(17.898)	6.950	86	-	18.078	31.739
Outros	15.516	(1.251)	(9.421)	3.017	588	-	12.791	21.240
Pessoa Jurídica	15.917	(2.201)	(8.198)	7.433	1.772	-	18.108	32.831
Operações de Câmbio	-	-	-	-	-	-	7	7
Capital de Giro	2.635	(31)	(1.316)	468	48	-	1.872	3.676
Conta Empresarial/Garantida	1.330	(67)	(786)	1.717	21	-	4.577	6.792
Crédito Imobiliário	-	-	-	50	-	-	(7)	43
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	7.538	(1.714)	(4.608)	4.050	1.219	-	6.857	13.342
Outros	4.414	(389)	(1.488)	1.148	484	-	4.802	8.971
Total	90.953	(19.556)	(46.255)	20.689	4.913	-	108.050	158.794

Estágio 3	Consolidado							Saldo Final 30/06/2025
	Saldo Inicial 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	
Pessoa Física	1.055.927	(88.863)	(3.141)	34.886	38.057	(71.890)	637.771	1.602.747
Cartão de Crédito	104.887	(2.691)	(376)	12.138	1	-	68.392	182.351
Crédito Consignado	423.964	(6.358)	(56)	2.943	2.569	(58.692)	257.348	621.718
Crédito Pessoal	147.414	(3.652)	(542)	2.553	3.791	(4.155)	67.195	212.604
Crédito Imobiliário	36.583	(18.787)	(1.493)	628	4.377	(1.452)	15.061	34.917
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	132.062	(8.266)	(86)	5.842	17.898	(79)	76.806	224.177
Outros	211.017	(49.109)	(588)	10.782	9.421	(7.512)	152.969	326.980
Pessoa Jurídica	587.432	(70.292)	(1.772)	14.618	8.198	(8.649)	61.678	591.213
Operações de Câmbio	5.356	-	-	273	-	-	3.640	9.269
Capital de Giro	114.252	(5.183)	(48)	1.692	1.316	-	799	112.828
Conta Empresarial/Garantida	49.593	(1.157)	(21)	5.394	786	(28)	21.660	76.227
Crédito Imobiliário	170	-	-	-	-	-	(41)	129
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.484	(4.776)	(1.219)	4.709	4.608	(8.621)	13.543	246.728
Outros	179.577	(59.176)	(484)	2.550	1.488	-	22.077	146.032
Total	1.643.359	(159.155)	(4.913)	49.504	46.255	(80.539)	699.449	2.193.960

Consolidado dos Três Estágios	Consolidado				Saldo Final 30/06/2025
	Saldo Inicial 01/01/2025	Write-Off	Constituição/ (Reversão) ⁽¹⁾		
Pessoa Física	1.839.251	(71.890)	753.907		2.521.268
Cartão de Crédito	213.129	-	99.165		312.294
Crédito Consignado	533.066	(58.692)	276.082		750.456
Crédito Pessoal	179.023	(4.155)	82.816		257.684
Crédito Imobiliário	79.655	(1.452)	15.979		94.182
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	489.403	(79)	128.935		618.259
Outros	344.975	(7.512)	150.930		488.393
Pessoa Jurídica	877.629	(8.649)	1.794		870.774
Operações de Câmbio	14.103	-	3.423		17.526
Capital de Giro	141.801	-	4.148		145.949
Conta Empresarial/Garantida	181.335	(28)	(4.367)		176.940
Crédito Imobiliário	8.486	-	1.784		10.270
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	315.582	(8.621)	17.796		324.757
Outros	216.322	-	(20.990)		195.332
Total	2.716.880	(80.539)	755.701		3.392.042

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$603.399 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$152.302.

Do valor da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para o estágio 3, o montante de R\$186.904 refere-se ao complemento de provisão para atender aos requisitos de provisão mínima incorrida estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Individual e Consolidado
			Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	2.951	(1.594)	2.582
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	5.653	(2.939)	3.922
Total em 30/06/2025	8.604	(4.533)	6.504

(f) Direcionamento de Recursos para Aplicação no Crédito Rural

Direcionamento do Manual de Crédito Rural	Subexigibilidade	Fonte de Recursos	Individual e Consolidado	
			30/06/2025	Total da Exigibilidade (%)
Recursos Obrigatórios (MCR6.2)	Pronaf	Depósito à Vista	294.597	30%
	Pronamp	Depósito à Vista	441.895	45%
	Demais	Depósito à Vista	245.497	25%
Poupança Rural (MCR6.4)		Poupança Rural	431.510	65%
Letras de Crédito de Agronegócios (LCA) (MCR6.7)		LCA	1.686.330	50%

No que se refere eventuais custos por descumprimento das exigibilidades relacionadas aos recursos para aplicação no crédito rural, o Banrisul atualmente não incorre nos referidos custos, visto o cumprimento integral das exigibilidades.

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Individual	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses
Relações Interfinanceiras	164.251	1.035.010
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.035.010
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	154.882	-
Outros	9.369	-
Relações Interdependências	9.936	-
Rendas a Receber	147.110	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.220.296
Pagamentos a Ressarcir	44.881	-
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	230.503	267.553
Outros	17.079	-
Total	613.760	2.522.859

	Consolidado	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses
Relações Interfinanceiras	3.236.178	1.035.010
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	1.035.010
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	3.226.809	-
Outros	9.369	-
Relações Interdependências	9.936	-
Rendas a Receber	116.644	-
Negociação e Intermediação de Valores	9.036	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.225.371
Pagamentos a Ressarcir	22.617	-
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	240.309	267.553
Outros	17.083	-
Total	3.651.803	2.527.934

(1) Créditos vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$41.005 refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$991.593 refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e

- R\$2.412 refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$1.032.598. O seu valor de face é de R\$1.035.321. Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$3.071.926 provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, aguardando julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$246.589 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$53.802 relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$50.025; e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$128.461.

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

						Individual e Consolidado
						30/06/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	-	19.495.659	-	19.495.659	19.444.159
Cotas de Fundos de Investimento	39.759	-	-	-	39.759	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	61.728	-	19.495.659	-	19.557.387	19.494.837

(1) Tratam-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

							Individual
							30/06/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.010.091	336.692	-	1.346.783	1.346.542
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	599.668	930.605	-	-	1.530.273	1.543.272
Total	-	599.668	1.940.696	336.692	-	2.877.056	2.889.814

							Consolidado
							30/06/2025
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.326.585	341.712	15.062	1.683.359	1.678.194
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	599.668	930.606	-	-	1.530.274	1.543.272
Cotas de Fundo de Investimento	157.788	-	-	-	-	157.788	157.788
Total	157.788	599.668	2.257.191	341.712	15.062	3.371.421	3.379.254

Nota 14 – Outros Ativos

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Adiantamentos a Empregados	48.594	48.868
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 33e)	184.968	185.452
Devedores Diversos	154.945	177.918
Bens Destinados à Venda	109.525	110.092
Despesas Antecipadas	121.535	175.643
Outros	9.547	13.593
Total	629.114	711.566

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	01/01/2025	Constituição	Realização	Individual 30/06/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.167	457.254	(346.729)	1.900.692
Provisão para Riscos Fiscais	247.844	8.167	(1.621)	254.390
Provisão para Riscos Trabalhistas	788.737	98.292	(56.568)	830.461
Provisão para Riscos Cíveis	128.515	7.730	(13.414)	122.831
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	200	-	5.442
Benefício Pós-Emprego	170.047	40.837	-	210.884
Outras Provisões Temporárias	234.185	93.772	(96.450)	231.507
Prejuízo Fiscal	136.178	-	(12.471)	123.707
Total dos Créditos Tributários	3.500.915	706.252	(527.253)	3.679.914
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.500.889	706.252	(527.253)	3.679.888
Obrigações Fiscais Diferidas	(287.939)	(36.394)	22.715	(301.618)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.212.950	669.858	(504.538)	3.378.270

	01/01/2025	Constituição	Realização	Consolidado 30/06/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.790.799	458.761	(347.683)	1.901.877
Provisão para Riscos Fiscais	247.937	8.170	(1.622)	254.485
Provisão para Riscos Trabalhistas	789.800	98.384	(56.693)	831.491
Provisão para Riscos Cíveis	130.100	7.844	(13.522)	124.422
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	200	-	5.442
Benefício Pós-Emprego	170.697	41.061	(39)	211.719
Outras Provisões Temporárias	296.802	166.114	(156.242)	306.674
Prejuízo Fiscal	136.784	-	(13.077)	123.707
Total dos Créditos Tributários	3.568.161	780.534	(588.878)	3.759.817
Créditos não Registrados	(26)	-	-	(26)
Total de Créditos Tributários Registrados	3.568.135	780.534	(588.878)	3.759.791
Obrigações Fiscais Diferidas	(301.775)	(67.109)	53.388	(315.496)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.266.360	713.425	(535.490)	3.444.295

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total	Individual	Consolidado
				Total Registrados	Total Registrado
2025	230.627	184.501	415.128	415.128	431.824
2026	433.631	346.905	780.536	780.536	797.449
2027	332.894	266.315	599.209	599.209	612.483
2028	293.785	235.028	528.813	528.813	538.350
2029	358.800	287.040	645.840	645.840	653.174
2030 a 2032	213.048	170.438	383.486	383.486	399.439
2033 a 2035	181.598	145.278	326.876	326.876	327.072
A partir de 2036	14	12	26	-	-
Total em 30/06/2025	2.044.397	1.635.517	3.679.914	3.679.888	3.759.791

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.678.833 e no Consolidado R\$2.739.981, calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Superveniência de Depreciação	3.705	3.705
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	28.147	28.149
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	-	400
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	6.619	6.619
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	163.495	163.495
Superávit Atuarial	99.652	99.817
Outros Débitos Temporários	-	13.311
Total	301.618	315.496

Nota 16 – Investimentos em Controladas e Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas controladas e coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Participações em Controladas	3.776.617	-
Participações em Coligadas	157.746	157.746
Total	3.934.363	157.746

	Individual				
	Patrimônio	Participação	Valor do	Resultado	Resultado de
	Líquido	do Capital	Invest.	Líquido	Equivalência
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	01/01/ a 30/06/2025	01/01/ a 30/06/2025
Empresas Controladas					
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	84.011	100,00	84.011	6.267	6.246
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	150.785	98,98	149.272	15.612	15.453
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	520.404	99,68	518.755	45.742	45.597
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	2.734.002	100,00	2.734.002	195.815	195.815
Banrisul Seguridade Participações S.A.	290.577	100,00	290.577	87.851	87.851
Total	3.779.779		3.776.617	351.287	350.962
Empresas Coligadas					
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	64.060	49,90	31.966	7.691	3.838
Banrisul Icatu Participações S.A.	251.610	49,99	125.780	84.596	42.289
Total	315.670		157.746	92.287	46.127
					64.614

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido 30/06/2025	Participação do Capital Social (%) 30/06/2025	Valor do Invest. 31/03/2025	Resultado Líquido 01/01/ a 30/06/2025	Resultado de Equivalência 01/01/ a 30/06/2025	Dividendos e JCP Pagos/ Provisionados ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	64.060	49,90	31.966	7.691	3.838	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	251.610	49,99	125.780	84.596	42.289	62.140
Total	315.670		157.746	92.287	46.127	64.614

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Individual						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Saldo em 30/06/2025
Total em 01/01/2025							
Custo	182.050	5.111	315.583	177.021	448.214	24.041	1.152.020
Depreciação Acumulada	(98.255)	-	(156.793)	(95.743)	(299.457)	(20.524)	(670.772)
Valor Contábil Líquido	83.795	5.111	158.790	81.278	148.757	3.517	481.248
Aquisições – Adoção Inicial							
CPC 06(R2)	449.235	-	-	-	8.657	4.007	461.899
Aquisições	25.392	820	18.874	6.350	2.400	108	53.944
Alienações – Baixas Custo	(43.772)	-	(3.457)	(1.304)	(8.710)	(6)	(57.249)
Alienações – Baixas da Depreciação	37.691	-	1.838	1.166	7.511	6	48.212
Depreciação – Adoção Inicial							
CPC 06(R2)	(224.688)	-	-	-	(5.706)	(468)	(230.862)
Depreciação	(40.129)	-	(5.774)	(3.862)	(17.709)	(721)	(68.195)
Transferências Líquido Custo	(1)	(1.710)	-	1.797	(92)	6	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(292)	270	22	-
Movimentação Líquida no Período	203.728	(890)	11.481	3.855	(13.379)	2.954	207.749
Total em 30/06/2025							
Custo	612.904	4.221	331.000	183.864	450.469	28.156	1.610.614
Depreciação Acumulada	(325.381)	-	(160.729)	(98.731)	(315.091)	(21.685)	(921.617)
Valor Contábil Líquido	287.523	4.221	170.271	85.133	135.378	6.471	688.997

	Consolidado						
	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Saldo em 30/06/2025
Total em 01/01/2025							
Custo	198.688	39.498	332.644	187.931	678.530	25.366	1.462.657
Depreciação Acumulada	(103.353)	-	(164.588)	(100.982)	(409.405)	(21.755)	(800.083)
Valor Contábil Líquido	95.335	39.498	168.056	86.949	269.125	3.611	662.574
Aquisições Adoção Inicial CPC 06(R2)	455.883	-	-	-	8.657	4.007	468.547
Aquisições	25.392	20.472	18.874	6.350	2.400	328	73.816
Alienações – Baixas Custo	(43.773)	(49)	(3.457)	(1.483)	(46.400)	(104)	(95.266)
Alienações – Baixas da Depreciação	37.692	-	1.837	1.345	39.611	104	80.589
Depreciação – Adoção Inicial CPC 06(R2)	(227.384)	-	-	-	(5.705)	(468)	(233.557)
Depreciação	(40.781)	-	(6.366)	(4.259)	(38.431)	(762)	(90.599)
Transferências Líquido Custo	(1)	(24.648)	-	1.797	22.846	6	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(292)	270	22	-
Movimentação Líquida no Período	207.028	(4.225)	10.888	3.458	(16.752)	3.133	203.530
Total em 30/06/2025							
Custo	636.189	35.273	348.061	194.595	666.033	29.603	1.909.754
Depreciação Acumulada	(333.826)	-	(169.117)	(104.188)	(413.660)	(22.859)	(1.043.650)
Valor Contábil Líquido	302.363	35.273	178.944	90.407	252.373	6.744	866.104

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	Individual e Consolidado
	30/06/2025
Até 12 Meses	74.724
De 1 a 5 Anos	147.458
Acima de 5 Anos	8.698
Total ⁽¹⁾	230.880

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R\$85.513 (Nota 35b).

Nota 18 – Intangível

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Individual Saldo em 30/06/2025
Total em 01/01/2025				
Custo	314.697	1.576.337	658	1.891.692
Amortização Acumulada	(196.874)	(1.228.094)	(658)	(1.425.626)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	5.820	12.495	-	18.315
Alienações – Baixas Custo	-	(393)	-	(393)
Alienações – Baixas da Amortização	-	207	-	207
Amortização do Período	(13.669)	(95.309)	-	(108.978)
Movimentação Líquida no Período	(7.849)	(83.000)	-	(90.849)
Total em 30/06/2025				
Custo	320.517	1.588.439	658	1.909.614
Amortização Acumulada	(210.543)	(1.323.196)	(658)	(1.534.397)
Valor Contábil Líquido	109.974	265.243	-	375.217

	Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Saldo em 30/06/2025
Total em 01/01/2025				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.144)	(1.228.094)	(875)	(1.427.113)
Valor Contábil Líquido	117.823	348.243	-	466.066
Aquisições	5.820	12.495	-	18.315
Alienações – Baixas Custo	(38)	(393)	-	(431)
Alienações – Baixas da Amortização	38	207	-	245
Amortização do Período	(13.669)	(95.309)	-	(108.978)
Movimentação Líquida no Período	(7.849)	(83.000)	-	(90.849)
Total em 30/06/2025				
Custo	321.749	1.588.439	875	1.911.063
Amortização Acumulada	(211.775)	(1.323.196)	(875)	(1.535.846)
Valor Contábil Líquido	109.974	265.243	-	375.217

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Individual 30/06/2025
Depósitos	23.890.522	7.149.655	5.796.853	30.224.051	13.755.857	12.659.060	93.475.998
À Vista	2.821.843	-	-	-	-	-	2.821.843
Poupança	11.201.622	-	-	-	-	-	11.201.622
Interfinanceiros	-	1.639.078	179.970	243.437	-	-	2.062.485
A Prazo ⁽¹⁾	-	5.510.577	5.616.883	29.980.614	13.755.857	12.659.060	67.522.991
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	9.852.809	-	-	-	-	-	9.852.809
Outros Depósitos	14.248	-	-	-	-	-	14.248
Captações no Mercado Aberto	-	23.793.847	22.180	-	-	-	23.816.027
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	2.323.681	4.414.085	3.353.790	24.792	-	10.116.348
Dívidas Subordinadas (LFSN) ⁽³⁾	-	-	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	613.317	1.625.385	133.882	39.756	8.698	2.421.038
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	281.349	674.219	1.377.413	879.604	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros (Nota20)	-	4.098.904	-	2.169	-	-	4.101.073
Total	23.890.522	38.260.753	12.532.722	35.091.305	14.700.009	13.781.917	138.257.228

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Consolidado 30/06/2025
Depósitos	24.103.029	7.149.655	4.820.250	30.224.051	13.755.857	12.659.060	92.711.902
À Vista	2.811.985	-	-	-	-	-	2.811.985
Poupança	11.201.622	-	-	-	-	-	11.201.622
Interfinanceiros	-	1.639.078	179.970	243.437	-	-	2.062.485
A Prazo ⁽¹⁾	-	5.510.577	4.640.280	29.980.614	13.755.857	12.659.060	66.546.388
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	9.852.536	-	-	-	-	-	9.852.536
Outros Depósitos	236.886	-	-	-	-	-	236.886
Captações no Mercado Aberto	-	23.676.774	22.180	-	-	-	23.698.954
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	2.321.453	3.849.179	3.091.029	24.792	-	9.286.453
Dívidas Subordinadas (LFSN) ⁽³⁾	-	-	-	-	-	456.385	456.385
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	613.608	1.626.299	135.950	40.464	8.698	2.425.019
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	281.349	674.219	1.377.413	879.604	657.774	3.870.359
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	5.703.091	-	2.169	-	-	5.705.260
Total	24.103.029	39.745.930	10.992.127	34.830.612	14.700.717	13.781.917	138.154.332

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,11% e 17,89% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 63,05% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 34a).

(3) Em 16/09/2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), no montante de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As LFSN estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do Patrimônio de Referência (PR) do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme CPC 06(R2).

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

			Individual
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025
Relações Interfinanceiras	1.074.687	-	1.074.687
Relações Interdependências	686.097	-	686.097
Operações de Câmbio	126.276	-	126.276
Credores por Recursos a Liberar	64.117	-	64.117
Transações com Cartões a Pagar	1.230.816	-	1.230.816
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	757.419	-	757.419
Outros	159.492	2.169	161.661
Total	4.098.904	2.169	4.101.073

			Consolidado
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2025
Relações Interfinanceiras	891.417	-	891.417
Relações Interdependências	686.098	-	686.098
Operações de Câmbio	126.276	-	126.276
Negociação e Intermediação de Valores	9.110	-	9.110
Credores por Recursos a Liberar	64.253	-	64.253
Transações com Cartões a Pagar	1.230.816	-	1.230.816
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.401.253	-	2.401.253
Outros	293.868	2.169	296.037
Total	5.703.091	2.169	5.705.260

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Individual e Consolidado
	30/06/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo (Nota 22) ⁽¹⁾	(90.897)
Operações de Swap	(89.334)
Operações de Câmbio	(1.577)
Operações Futuros DI	14
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	1.663.277
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 22)	1.660.292
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	2.985
Total	1.572.380

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (Tier 2) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que a reclassificação dos instrumentos de proteção (*hedge*) ocorrerá a partir de 01/01/2027.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Individual e Consolidado				
Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo 30/06/2025
Swap		105.017	(15.683)	89.334
Ativo	1.493.020	187.032	(15.684)	171.348
Passivo	(1.493.020)	(82.015)	1	(82.014)
Futuros de DI ⁽¹⁾	1.529.895	1.131.426	398.469	1.529.895

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Individual e Consolidado				
Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Swap		89.334	(636)	89.970
Ativo	1.493.020	171.348	4.488	166.860
Passivo	(1.493.020)	(82.014)	(5.124)	(76.890)
Futuros de DI	1.529.895	1.529.895	599.670	930.225
Ajuste Líquido Swap 30/06/2025		89.334	(636)	89.970

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma “casada” com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset* (*ratio analysis*) para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

Individual e Consolidado						
Hedge e Risco de Mercado	Valor de Referência (US\$)	Index Ativo	Index Passivo	MTM	MTM DV1	Efeito MTM
Instrumento de Hedge						
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	59.384	59.348	36
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	29.950	29.932	18
Total				89.334	89.280	54
Objeto de Hedge						
Tier 2	300.000		USD+5,375%	(1.660.292)	(1.660.238)	(54)
DV01						-99,94%

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada pelo Banrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R\$111.110.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação. A tabela a seguir apresenta as operações de câmbio na data de reporte.

A tabela a seguir apresenta as operações de câmbio na data de reporte:

Individual e Consolidado			
30/06/2025			
Operações de Câmbio	Nocional	Valor Justo	MTM
Compra			
Liquidação Pronta	30.197	29.958	(239)
Liquidação Futura	11.339	10.911	(428)
Subtotal	41.536	40.869	(667)
Venda			
Liquidação Pronta	(126.206)	(124.458)	1.748
Liquidação Futura	(100.979)	(100.483)	496
Subtotal	(227.185)	(224.941)	2.244
Total	(185.649)	(184.072)	1.577

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Individual				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.375	1.752.748	285.589	7.455	2.895.167
Constituição e Atualização Monetária	18.897	218.427	28.950	103	266.377
Reversão da Provisão	-	-	(11.771)	-	(11.771)
Baixas por Pagamento	(1.431)	(125.706)	(29.809)	-	(156.946)
Saldo Final em 30/06/2025	866.841	1.845.469	272.959	7.558	2.992.827
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/06/2025	166.514	902.595	151.187	-	1.220.296

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2025	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Constituição e Atualização Monetária	18.905	218.330	29.026	103	266.364
Reversão da Provisão	-	-	(11.822)	-	(11.822)
Baixas por Pagamento	(1.432)	(125.707)	(29.828)	-	(156.967)
Saldo Final em 30/06/2025	867.121	1.848.499	277.293	7.558	3.000.471
Devedores por Depósitos em Garantia em 30/06/2025	167.740	906.444	151.187	-	1.225.371

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As principais causas de natureza fiscal referem-se a:

- IR e CSLL sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na FBSS, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda no montante de R\$838.039; e
- Outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável no montante de R\$1.519.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$801.662 e no Consolidado R\$840.936. Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$242.676, classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$215.393 e como perda provável o montante de R\$27.283, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$801.047 e no Consolidado R\$802.907. Adicionalmente, o valor de R\$101.548 e no Consolidado R\$103.537 foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.075.443 e no Consolidado R\$1.082.954, que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$151.187 no Individual e no Consolidado.

Existem ainda R\$401.719 e no Consolidado R\$401.919 relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, houve a reversão da provisão em R\$158.929, restando provisionado o valor de R\$7.558.

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	181.883	181.883
Obrigações Sociais e Estatutárias	137.332	137.681
Provisão de Pessoal	207.045	208.025
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	189.859	196.910
Credores Diversos	122.500	201.473
Passivos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	567.236	569.694
Provisões para Pagamentos a Efetuar	180.587	221.421
Rendas Antecipadas	110.097	110.094
Outros	3.544	4.895
Total	1.700.083	1.832.076

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 33e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.300.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Outros								
Quantidade de Ações em Circulação em 01/01/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 30/06/2025	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Total em 01/01/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 30/06/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- **Ações Preferenciais Classe A:**
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- **Ações Preferenciais Classe B:**
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- **Reserva de Capital:** refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.
- **Reserva Legal:** objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- **Reserva Estatutária:** tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- **Reserva de Expansão:** tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em

lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$180.000, referente aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do período de reporte, imputado aos dividendos, líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$81.000.

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2024 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	618.879
Ajuste	
Reserva Legal	(30.944)
Base de Cálculo dos Dividendos	587.935
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	146.984
Dividendo Adicional 15%	88.190
Total dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	235.174
Juros sobre Capital Próprio Pagos ¹	168.769
Ações Ordinárias – R\$440,12526 por lote de mil ações	90.254
Ações Preferenciais A – R\$440,12526 por lote de mil ações	604
Ações Preferenciais B – R\$440,12526 por lote de mil ações	89.142
Imposto de Renda na Fonte	(11.231)
Distribuição de Dividendos ⁽¹⁾	66.405
Ações Ordinárias – R\$162,36981 por lote de mil ações	33.296
Ações Preferenciais A – R\$162,36981 por lote de mil ações	223
Ações Preferenciais B – R\$162,36981 por lote de mil ações	32.886
Total de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	235.174

(1) Valores por lote de mil ações relativos ao período corrente.

Nota 26 – Receitas de Prestação de Serviços

	Individual	Consolidado
	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Administração de Fundos	31.355	63.661
Cobrança e Custódia	27.532	27.548
Administração de Consórcios	-	62.410
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	-	266.640
Arrecadação	15.961	15.961
Comissões de Corretagem de Seguros	-	149.380
Cartão de Crédito	115.686	120.522
Serviços de Conta Corrente	294.938	303.749
Outras	18.974	37.072
Total	504.446	1.046.943

Nota 27 – Despesas de Pessoal

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Remuneração Direta	657.146	664.603
Benefícios	223.041	224.147
Encargos Sociais	285.483	287.139
Treinamento	2.558	2.637
Participações dos Empregados no Resultado	135.605	135.605
Total	1.303.833	1.314.131

Nota 28 – Outras Despesas Administrativas

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Comunicações	35.366	37.244
Processamento de Dados	124.864	128.402
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	69.131	69.131
Amortização e Depreciação	177.173	199.577
Aluguéis e Condomínios	28.224	27.609
Materiais	5.301	5.360
Serviços de Terceiros	226.680	241.468
Serviços Técnicos Especializados	99.093	105.761
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	71.544	78.990
Manutenção e Conservação de Bens	56.832	57.024
Água, Energia e Gás	16.337	16.690
Serviços do Sistema Financeiro	19.958	21.028
Outras	55.902	57.078
Total	986.405	1.045.362

(1) É composto principalmente por R\$29.390 e no Consolidado R\$35.621 de despesa com propaganda institucional e R\$40.474 e no Consolidado R\$40.506 de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 29 – Outras Receitas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	110.051	11.642
Reversão de Provisões Operacionais	30.310	31.749
Tarifas Interbancárias	8.209	8.209
Títulos de Créditos a Receber	13.317	13.332
Receitas Diversas com Cartões	9.219	9.219
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	4.688	5.591
Atualização de Depósitos Judiciais	42.713	42.831
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	-	145.612
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	19.712	19.712
Atualização de Ativo Atuarial	26.160	26.277
Outras	19.936	23.162
Total	284.315	337.336

Nota 30 – Outras Despesas Operacionais

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	49.248	49.248
Despesas com Cartões	5.364	5.364
Convênio INSS	150.613	150.613
Convênios Crédito Consignado	4.263	4.263
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	5.859	5.859
Despesas Associadas a Transações de Pagamento	3.297	68.869
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	6.388	6.388
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	4.239	4.239
Bônus Banrisul de Vantagens	20.328	20.328
Tarifas Não Recebidas	9.991	9.991
Atualização de Passivo Atuarial	36	56
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	11.220	11.220
Outras	26.995	35.349
Total	297.841	371.787

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	Individual	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2025	30/06/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	647.218	827.217
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(291.248)	(315.412)
Efeito no Cálculo dos Tributos	262.909	107.378
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	81.000	81.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	178.690	20.757
Outros Valores	3.219	5.621
Total de IR e CSLL	(28.339)	(208.034)
Corrente	(26.010)	(217.813)
Diferido	(2.329)	9.779

Nota 32 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	Individual e Consolidado
	01/01 a
	30/06/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R\$ Mil	618.879
Ações Ordinárias	310.293
Ações Preferenciais A	2.118
Ações Preferenciais B	306.468
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$	
Ação Ordinária	1,51
Ação Preferencial A	1,54
Ação Preferencial B	1,51

Nota 33 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Instrução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 30/06/2025	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,23	7,10	7,18	7,07	7,17	7,08	7,08	7,08	7,43
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,67	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00		1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	98,00	100,00
Inflação Esperada	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58	4,58
Taxa de Desconto Nominal	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	12,14	12,01	12,09	11,97	12,08	11,98	11,98	11,98	12,35
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,41	4,58	7,37	7,37	6,91	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,37
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,89	4,58	4,58	4,58	4,58		5,63	5,63	4,58

Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	0,00	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00		1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96		6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As Hipóteses Demográficas de 30 de junho de 2025 permanecem as mesmas informações divulgadas em 31 de dezembro de 2024 conforme abaixo:

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência							
PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 30/06/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por

invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

30/06/2025		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	0,01	-	-	0,05
Renda Fixa	79,90	80,04	77,32	79,60	83,62	98,94
Renda Variável	6,23	4,20	4,18	3,02	4,21	1,01
Imóveis	6,48	3,82	-	1,32	6,69	-
Outros	7,39	11,94	18,49	16,06	5,48	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2024		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,8	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$3.282 (31/12/2024 – R\$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R\$163.762 (31/12/2024 – R\$163.762).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	30/06/2025	31/12/2024
Planos de Previdência		
PBI	367.253	332.368
PBS	48.334	3.157
FBPREV	(6)	(2)
FBPREV II	(72)	(68)
FBPREV III	24.691	24.639
Planos de Saúde	(185.374)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	129.416	123.321
Total	384.242	310.468

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.125.757	1.283.678	19.163	213.994	316.313	185.374	129.416
Valor Justo dos Ativos do Plano	(758.504)	(1.235.344)	(40.341)	(292.327)	(312.396)	(381.326)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	367.253	48.334	(21.178)	(78.333)	3.917	(195.952)	129.416
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.172	78.261	-	10.578	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	20.774	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	367.253	48.334	(6)	(72)	24.691	(185.374)	129.416

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Resultado no Período – 01/01/2025 a 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.188	5.098	2.204	899	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	20.136	(87)	54	146	1.506	(11.146)	8.268

Resultado do Exercício – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.573	(7.476)	(15.551)	(4.409)	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	38.493	49.798	229	68	96	5.266	2.609

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	20.136	(87)	54	146	1.506	(11.146)	8.268
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	38.493	49.798	229	68	96	5.266	2.609
Contribuições do Empregador	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	(6.547)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(4.782)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	367.253	48.334	(6)	(72)	24.691	(185.374)	129.416

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	93.035	60.137	1.038	10.255	20.488	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(38.436)	(4.733)	(295)	(219)	(1.192)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(23.744)	(4.534)	(287)	(218)	(1.550)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(47.148)	(74.295)	(2.413)	(17.248)	(18.976)	(22.983)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	26.382	10.842	(520)	(2.776)	(882)	1.639	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(758.504)	(1.235.344)	(40.341)	(292.327)	(312.396)	(381.326)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 30/06/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Custo do Serviço Corrente Líquido	(18)	-	101	150	1	748	1.859
Contribuições de Participante Realizadas no Período	38.436	4.733	295	219	1.192	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	67.302	74.208	1.178	12.146	18.277	10.190	6.409
Benefícios Pagos no Período	(93.035)	(60.137)	(1.038)	(10.255)	(20.488)	(6.547)	(4.782)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	12.111	38.956	(824)	10.320	16.529	8.036	2.609
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.125.757	1.283.678	19.163	213.994	316.313	185.374	129.416

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	8	-	249	(387)	(14)	812	1.845
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	62.368	71.295	1.062	11.852	17.444	10.691	6.061
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(42.175)	(68.781)	(2.325)	(16.478)	(17.301)	(22.850)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1.279	4.686	1.255	633	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	20.201	2.514	265	(327)	1.384	(10.714)	7.906

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	23.744	5.227	160	598	1.445	7.163	-
Contribuições do Participante	38.436	5.227	160	598	1.445	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	93.035	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	28.310

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2025	110.436	66.529	1.066	10.265	20.419	7.163	28.310
2026	207.429	129.119	1.964	18.730	37.991	13.886	33.242
2027	202.024	127.570	1.960	18.580	36.841	14.167	9.669
2028	195.201	125.604	1.920	18.363	35.643	14.387	8.845
2029	190.012	123.564	1.896	18.174	34.415	14.631	10.579
2030 a 2034	836.029	581.905	9.307	87.271	152.534	73.189	19.836

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
30/06/2025	6,90	8,76	7,50	9,17	7,55	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,62	10,65	5,25
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

Quantidade de Participantes – 31/12/2023	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	114	318	4.897	2.526	102	1.437	312	7.186	9.138
Assistidos	2.884	2.559	106	2.237	1.469	7.366	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	3.082	6.556	-
Total	2.998	2.877	5.003	4.763	1.571	8.803	3.394	13.742	9.138

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(35.081)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	37.349
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(26.779)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.191
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(50.051)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	53.983
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(31.267)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	34.840
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(663)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	710
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(936)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	943
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.420)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.118
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(2.683)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.026
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.277)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.992
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(7.612)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.306
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(7.824)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.560
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.913)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.367
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.134)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.382
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(234)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	235

Nota 34 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei nº 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei nº 9.289/96; e artigo 12º da Lei nº 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$15.940.832, dos quais R\$9.895.835 foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva,

está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a Legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Individual e Consolidado
	30/06/2025
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	19.863.959
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	57.146
Fundos de Ações	127.097
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.021
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	14.974.433
Carteiras Administradas	483.719
Total	35.516.375

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 138 grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 78.643 consorciados ativos.

Nota 35 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23/07/2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;

- Coligadas do Banrisul:
 - Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado; e
 - Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Individual	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.299.495)	(958.245)
Outros Ativos	5.032	-
Depósitos à Vista	(287.057)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(14.974.433)	(958.245)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(10.196)	-
Outros Passivos	(32.841)	-
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(2.842.963)	(50.026)
Outros Ativos Financeiros	11.304	65.068
Outros Ativos	20.150	11.004
Depósitos à Vista	(9.857)	-
Depósitos a Prazo	(1.010.863)	(61.521)
Captações no Mercado Aberto	(117.073)	(6.502)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(795.123)	(52.259)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽³⁾	(940.671)	-
Outros Passivos	(830)	(5.816)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(75.416)	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(75.317)	-
Outros Passivos	(99)	-
Total	(18.217.874)	(1.008.271)

	Consolidado	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(15.299.495)	(958.245)
Outros Ativos	5.032	-
Depósitos à Vista	(287.057)	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(14.974.433)	(958.245)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(10.196)	-
Outros Passivos	(32.841)	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(75.416)	-
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽²⁾	(75.317)	-
Outros Passivos	(99)	-
Total	(15.374.911)	(958.245)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Contempla contratos de *leasing* financeiro no valor de R\$85.513.

(3) Referem-se principalmente a direitos a receber referente a Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	Individual e Consolidado
	01/01 a 30/06/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	12.351
Remuneração	9.618
Encargos Sociais	2.733
Benefícios Pós-Emprego	502
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	502
Total	12.853

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, sendo pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000 em 28/04/2025.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 10.422 ações, conforme Nota 25a.

Nota 36 – Outras Informações

a) Resultado não Recorrente

O Banrisul considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Até a data de reporte, não ocorreram eventos tratados como não recorrentes.

Nota 37 – Evento Subsequente

Emissão de Letras Financeiras

Em 14 de julho de 2025, em reunião do Conselho de Administração do Banrisul, foram aprovados os termos e condições da terceira emissão de Letra Financeira Subordinada (LFSN) no valor de R\$700.000. Foram emitidas duas mil LFSN com valor nominal unitário de R\$350, cuja remuneração é de CDI+1,65% a.a. O prazo de vencimento é de dez anos, com possibilidade de resgate a partir do quinto ano.

Relatórios

Relatório do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 30 DE JUNHO DE 2025

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), com o Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e por seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria elabora semestralmente relatório, contendo a descrição de suas atividades no período, a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, das auditorias independente e interna. Avalia, ainda, a qualidade das demonstrações financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, evidenciando as deficiências encontradas.

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2019 (Lei das Estatais), Resolução CMN nº 4.910/2021 e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

Sua atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificados como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição; e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e as Diretorias do Banco.

É responsabilidade da Administração manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e leis, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Independente.

À Auditoria Independente (Deloitte Touche Tohmatsu Limited) cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul, Empresas Controladas e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira.

2. ATIVIDADES E DESTAQUES DO PERÍODO

O planejamento dos trabalhos para o ano de 2025, aprovado em 09 de dezembro de 2024, foi realizado considerando as principais atribuições do Comitê, e é revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. No período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025, o Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis pela auditoria, contabilidade, o controle interno, o gerenciamento de riscos, entre outros. Nesse período realizou 10 reuniões, contemplando 43 sessões, devidamente formalizadas em atas. Foram recebidas 172 matérias para análise.

Ao longo do 1º semestre de 2025 foram realizadas reuniões o Comitê de Riscos, Diretores do Banrisul e das Empresas Controladas, Auditores Independentes, a Auditoria Interna, os executivos das Unidades de Contabilidade, Controles, *Compliance* e Inspeção, Estratégia e Inteligência de Crédito, Agronegócios, entre outras áreas que integram a Instituição.

Entre os assuntos tratados, importante ressaltar a avaliação e monitoramento sobre: os mecanismos de controle interno; as demonstrações financeiras, transações com partes relacionadas, informações e medições divulgadas; as constatações relevantes em acompanhamento pela Auditoria Interna; os indicadores de risco de crédito; as ações de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLD/FT); as ocorrências e tentativas de golpes e fraudes contra clientes; a avaliação atuarial; o canal de denúncias; a ouvidoria; e o atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Além disso, o Comitê tomou ciência das atas das reuniões da Diretoria.

O Comitê encaminhou regularmente as atas das reuniões ao Conselho Fiscal, reunindo-se com seus integrantes.

Trimestralmente, foram apresentados ao Conselho de Administração relatórios sobre as atividades do Comitê, abrangendo os temas dentro do escopo de sua atuação. Além disso, foram recomendadas ao Conselho correções e aprimoramentos em políticas, práticas e procedimentos identificados no exercício de suas atribuições.

Os representantes do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central do Brasil participaram de reunião do Comitê com o objetivo de se inteirarem das atividades desenvolvidas, bem como de atualizarem os integrantes sobre o andamento de suas próprias ações e o atendimento aos respectivos apontamentos.

O Comitê de Auditoria analisou os relatórios mensais emitidos pela Auditoria Interna. Reuniu-se frequentemente para esclarecimentos e tomada de providências corretivas em relação aos apontamentos, realizando alinhamentos contínuos dos trabalhos. Também analisou e aprovou o Relatório Anual das Atividades desenvolvidas.

O planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise da estrutura de controles internos. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e do balanço semestral, os integrantes do Comitê reuniram-se com a Auditoria Independente para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados, bem como a independência dos auditores.

Importante destacar que, (i) não chegou ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que possam colocar em risco a continuidade da instituição e; (ii) não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

3. CONCLUSÕES

A análise dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna, pela Unidade de Controles, *Compliance* e Inspeção, e pela Unidade de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Governança em Privacidade – considerada dentro das limitações naturais do escopo de atuação de cada órgão – não identificou elementos que comprometam a efetividade do sistema de controles internos.

Com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos do Banco.

O sistema de controle interno do Banrisul é adequado ao porte e à complexidade das operações do Conglomerado, recebendo atenção contínua da Administração.

A Auditoria Independente e a Auditoria Interna atuam de maneira efetiva, com objetividade e independência, contribuindo significativamente para a qualidade dos controles internos.

O exame regular das demonstrações financeiras, que são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e o contato frequente com a Unidade de Contabilidade, com a Auditoria Interna e com os Auditores Independentes, permite ao Comitê avaliar a qualidade dessas demonstrações e afirmar que elas estão livres de distorções relevantes.

Considerando o escopo de suas atividades, os trabalhos e as avaliações realizadas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e com as demais práticas contábeis da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, adotadas no Brasil, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2025, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2025.

Carlos Biedermann

Urbano Schmitt
Coordenador

João Zani

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo período, nos relatórios sem ressalvas sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, emitidos pela Deloitte Auditores Independentes, nesta data, concluem não terem conhecimento de fato algum que os leve a acreditar que os documentos anteriormente citados não foram elaborados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2025.

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente

André Flores Coronel
Conselheiro

Mateus José de Lima Wesp
Conselheiro

Pricilla Maria Santana
Conselheira

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas (“Banco”), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas em 30 de junho de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis à auditoria das demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN, em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil - BCB, a qual estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, além de definir diretrizes para a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

A constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito envolve o julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.c., nº 4.c e nº 10.d às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Banco desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da Resolução, visando gerar a expectativa das perdas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro ao longo de um dado horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD (“Probability of Default”), LGD (“Loss Given Default”) e EAD (“Exposure at Default”). Para tanto, o Banco utiliza modelos internos para considerar todos os históricos de dados disponíveis e pondera possíveis cenários de perdas, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de sua carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância dos ativos financeiros relacionados a operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, à utilização de modelos internos e ao fato de envolver julgamento e determinação de premissas por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da Resolução nº 4.966/2021 do CMN; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito; (c) revisão e desafio dos modelos utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito expandida nos estágios requeridos pela Resolução nº 4.966/2021, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas em risco de crédito; (d) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para perda esperada associada ao risco de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem dos ambientes de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria, devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios, quanto à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação, relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

A avaliação dos processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, nos permitiram considerar aceitáveis as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, a época e a extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos*Demonstrações financeiras consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e foram apresentadas separadamente pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. nessa data, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, sem modificação, com data de 11 de agosto de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de

auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

